UNIVERSIDADE DE ÉVORA

INTERFACE ENTRE CENTRO HISTÓRICO E MALHAS URBANAS CONSOLIDADAS

BASES PARA A INTEGRAÇÃO DAS MALHAS URBANAS LIMÍTROFES DO
CASTELO ALCAIDARIA - PRAÇA DA REPÚBLICA
LOULÉ

Victor Manuel Teigão

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO
ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO

1995

INTERFACE ENTRE CENTRO HISTÓRICO E MALHAS URBANAS CONSOLIDADAS

BASES PARA A INTEGRAÇÃO DAS MALHAS URBANAS LIMÍTROFES DO CASTELO ALCAIDARIA - PRAÇA DA REPÚBLICA LOULÉ

Victor Manuel Teigão

Orientador Científico
Professor Virgolino Jorge

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO

UNIVERSIDADE DE ÉVORA, 1995

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, ao Professor Virgolino Jorge, que desde o primeiro momento me honrou com a sua amizade. Como orientador científico deste trabalho, desejo manifestar um especial agradecimento pelo apoio constante, orientação, ensinamentos prestados, não só durante a elaboração desta tese, mas durante o tempo que durou todo o mestrado.

Ao Arquitecto José Aguiar, não devo deixar de manifestar o meu profundo reconhecimento, pela amizade, interesse e disponibilidade que sempre demonstrou na discussão de questões que se foram colocando ao longo da realização do trabalho.

Expresso também o meu agradecimento aos responsáveis da Câmara Municipal de Loulé, e muito especialmente aos seus técnicos, pela amizade e disponibilidade que mostraram.

A elaboração desta tese foi facilitada e estimulada pelo bom ambiente de trabalho em que se efectuou, pelo que agradeço a quem com amizade comigo colaborou.

Por último, um especial agradecimento à minha família e amigos, exprimindo um profundo reconhecimento e gratidão pelos incentivos, ensinamentos, motivação e apoio, que sempre me proporcionaram, muito para além desta tese, ao longo de toda a minha vida.

ÍNDICE

1. **Introdução**

1.1. - Breve caracterização da cidade de Loulé

1.2. - Objectivos gerais do trabalho

2. **Caracterização física e biológica da unidade paisagem**

2.1. - Sistema natural da envolvente

2.1.1. - Análise Biofisica

- Localização
- Relevo
- Geologia
- Hidrografia
- Clima
- Coberto Vegetal

2.1.2. - Análise Natural

3. **Leitura da Cidade de Loulé, evolução e transformação**

3.1. - Evolução Histórica

3.2. - Caracterização da zona urbana

3.2.1. - Origem e evolução urbana

3.2.2. - Evolução Toponímica

3.2.3. - Estrutura Funcional

3.2.4. - Tipologia das malhas urbanas

3.2.5. - Zonas Homogéneas

3.2.6. - Tipologia do espaço urbano

3.2.7. - Análise da imagem urbana

3.3. - Estudos / Planos para a zona urbana

4. **Estudo do Caso: O problema do interface Centro Histórico, Malha Urbana limítrofe**

4.1. - Situação e Principais relações da área em estudo com o conjunto urbano limítrofe

4.2. - O Centro Histórico e as áreas em estudo

4.2.1. - Morfologia do terreno - Topografia e Exposições

4.2.2. - Estrutura do tecido urbano

Malha urbana

Rede viária

4.2.3. - Tipologia fundiária

4.3. - Tipologia dos edificios

4.3.1. - Linguagem arquitectónica

4.3.2. - Interesse arquitectónico

4.3.3. - Estado de Conservação

4.3.4. - Volumetria

4.3.5. - Fraccionamento

4.4. - Toponímias da Área

4.5. - Características Sócio-Económicas

4.6. - Conclusões

5. **Património Urbano / Legislação**

6. **Sustentabilidade das Cidades Europeias**

7. **Bases para a Integração das Malhas Urbanas em Estudo**

7.1. - Das Estratégias do Planeamento

7.2. - Reabilitação Urbana, Conceitos e Estratégias

7.3. - Do Sistema Natural da Envolvente de Loulé

7.4. - A Promoção da Conservação e Educação da População

7.5. - Da Imagem Urbana

7.6. - Da Intervenção dos Arquitectos

7.7. - Articulação com as Malhas Urbanas Envolventes

7.8. - Soluções da Intervenção, a Propôr

Bibliografia

lista de desenhos
anexo I

Desenho nº 1 -	Plano Director Municipal Planta de Ordenamento Territorial	escala 1/25 000
Desenho nº 2 -	Envolvente de Loulé - Os Solos	escala 1/125 000
Desenho nº 3 -	Envolvente de Loulé Sistema Natural - Morfologia	escala 1/25 000
Desenho nº 4 -	Envolvente de Loulé Sistema Natural - Usos	escala 1/25 000
Desenho nº 5 -	Plano Director Municipal Envolvente de Loulé - Limite Urbano Cidade	escala 1/25 000
Desenho nº 6 -	Envolvente de Loulé Análise da Imagem Urbana	escala 1/25 000
Desenho nº 7 -	Limites Administrativos na Cidade de Loulé e Área em Estudo	escala 1/ 5 000
Desenho nº 8 -	Origem e Evolução Urbana	escala 1/ 8 000
Desenho nº 9 -	Tipologia das Malhas Urbanas	escala 1/ 5 000
Desenho nº 10 -	Ocupação dos Quarteirões	escala 1/ 5 000
Desenho nº 11 -	Imagem Urbana - Cidade	escala 1/ 5 000
Desenho nº 12 -	Estrutura Viária Principal	escala 1/ 5 000
Desenho nº 13 -	Estrutura Funcional	escala 1/ 5 000
Desenho nº 14 -	Estrutura Comercial e Serviços	escala 1/ 5 000
Desenho nº 15 -	Estrutura de Equipamentos e Serviços Colectivos	escala 1/ 5 000
Desenho nº 16 -	Estrutura de Áreas de Uso Misto	escala 1/ 5 000

Desenho nº 17 - Estrutura de Espaços Verdes Públicos escala 1/ 5 000

Desenho nº 18 - Ante-Planos de Urbanização de Loulé 1953/55 e 1958 escala 1/ 5 000

Desenho nº 19 - Plano de Pormenor da Expansão Nordeste de Loulé - 1976

Desenho nº 20 - Plano Geral de Urbanização de Loulé - 1985

Desenho nº 21 - Rede Viária Principal e Circuitos Pedonais Preferenciais

lista de figuras
anexo II

		Pág.
Figura nº 1	- Castelo de Loulé - O Sítio	1
Figura nº 2	- Castelo de Loulé - Localização	2
Figura nº 3	- Castelo de Loulé - Torre 1	3
Figura nº 4	- Planta do Castelo e Alcaidaria	3
Figura nº 5	- Pátio da Alcaidaria I	4
Figura nº 6	- Pátio da Alcaidaria II	4
Figura nº 7	- Muralhas do Castelo	5
Figura nº 8	- Castelo de Loulé - Torres 2 e 3	5
Figura nº 9	- Dupla Cerca de Muralhas	6
Figura nº 10	- Acesso à Sala da Torre 3	6
Figura nº 11	- Caminho de Ronda	6
Figura nº 12	- Marca de Pedreiro	6
Figura nº 13	- Pórtico Gótico	6
Figura nº 14	- Marca de Pedreiro	6
Figura nº 15	- Foral de Loulé, D. Afonso III, 1266	7
Figura nº 16	- Foral de Loulé, D. Manuel I, 1504	7
Figura nº 17	- Esboço da Planta da Vila de Loulé, ínicio século xx	9
Figura nº 18	- Planta de parte da Vila de Loulé, ínicio século xx	9
Figura nº 19	- Fotografia Aérea (Asa Delta) da Área de Loulé, em Estudo	10
Figura nº 20	- Toponímia Arcaica da Área em Estudo	11
Figura nº 21	- Toponímia Existente da Área em Estudo	12
Figura nº 22	- Espaço Público da Àrea em Estudo	13
Figura nº 23	- Superfície Edificada da Àrea em Estudo	14
Figura nº 24	- Orientação do Traçado N / S	15

Figura nº 25 - Orientação do Traçado E / O 15
Figura nº 26 - Orientação do Traçado NO / SE 15
Figura nº 27 - Orientação do Traçado NE / SO 15
Figura nº 28 - Tipologia dos Quarteirões 16
Figura nº 29 - Origem e Evolução de alguns Quarteirões 17
Figura nº 30 - Ocupação dos Quarteirões 18
Figura nº 31 - Espaços Verdes Públicos 19
Figura nº 32 - Linguagem Arquitectónica 20
Figura nº 33 - Interesse Arquitectónico 21
Figura nº 34 - Estado de Conservação 22
Figura nº 35 - Número de Pisos 23
Figura nº 36 - Pólos e Percursos de Revitalização Urbana 24
Figura nº 37 - Pormenor Envolvente do Castelo (Proposta) 24
Figura nº 38 - Bases para Proposta de Intervenção 25
Figura nº 39 - Rua da Barbacã (S/N) 26
Figura nº 40 - Rua da Barbacã (N/S) 26
Figura nº 41 - Rua da Barbacã 26
Figura nº 42 - Largo Dr. Bernardo Lopes 27
Figura nº 43 - Praça da República (Praça de Loulé) 27
Figura nº 44 - Avenida 25 de Abril 28
Figura nº 45 - Praça da República 28
Figura nº 46 - Avenida Marçal Pacheco 28
Figura nº 47 - Avenida José da Costa Mealha (1925) 29
Figura nº 48 - Avenida José da Costa Mealha (1995) 29
Figura nº 49 - Gaveto no Largo Gago Coutinho 30
Figura nº 50 - Avenida José da Costa Mealha 30
Figura nº 51 - Gaveto com Avenida José da Costa Mealha 30
Figura nº 52 - Avenida José da Costa Mealha (O/E) 31
Figura nº 53 - Avenida José da Costa Mealha (E/O) 31
Figura nº 54 - Avenida José da Costa Mealha (E/O) 31
Figura nº 55 - Rua Condestável Nuno Alvares Pereira 32
Figura nº 56 - Rua Miguel Bombarda 32

Figura nº 57 - Rua de Portugal 32
Figura nº 58 - Rua Filipa de Vilhena 33
Figura nº 59 - Rua Cândido Guerreiro 33
Figura nº 60 - Rua S. Domingos 33
Figura nº 61 - Rua Bernardo Passos 33
Figura nº 62 - Rua Sá de Miranda 34
Figura nº 63 - Rua Filipa de Vilhena 34
Figura nº 64 - Rua do Poço 34
Figura nº 65 - Rua da Laranjeira 35
Figura nº 66 - Rua Cândido Guerreiro 35
Figura nº 67 - Rua da Laranjeira 35
Figura nº 68 - Rua Sacadura Cabral (Rua Ancha) 36
Figura nº 69 - Travessa 1º de Maio 36
Figura nº 70 - Rua Egas Moniz 37
Figura nº 71 - Rua Bernardo Passos 37
Figura nº 72 - Rua Cândido Guerreiro 37
Figura nº 73 - Rua 5 de Outubro 37
Figura nº 74 - Rua Marttim Farto 38
Figura nº 75 - Rua Vice-Almirante Cândido dos Reis 38
Figura nº 76 - Rua do Municipío 38
Figura nº 77 - Rua Martim Farto 38
Figura nº 78 - Rua José Fernandes Guerreiro e Rua 9 de Abril 39
Figura nº 79 - Rua José Fernandes Guerreiro 39
Figura nº 80 - Rua Vice-Almirante Cândido dos Reis 39
Figura nº 81 - Rua Dr. Joaquim Nunes Saraiva 40
Figura nº 82 - Calçada dos Sapateiros 40
Figura nº 83 - Rua Martim Moniz 40
Figura nº 84 - Travessa Nossa Senhora do Pilar 41
Figura nº 85 - Rua Arco do Pinto 41
Figura nº 86 - Rua do Municipío 41
Figura nº 87 - Rua dos Almadas 42
Figura nº 88 - Rua Filipa de Vilhena 42

Figura nº 89 - Rua Filipa de Vilhena 42
Figura nº 90 - Calçada dos Sapateiros 43
Figura nº 91 - Calçada dos Sapateiros / Rua Martim Moniz 43
Figura nº 92 - Calçada Horta D'EL Rei 44
Figura nº 93 - Rua 1º de Maio 44
Figura nº 94 - Rua 5 de Outubro 44
Figura nº 95 - Rua da Hora 44
Figura nº 96 - Largo do Chafariz (1920) (Praça D. Afonso III) 45
Figura nº 97 - Praça D. Afonso III 45
Figura nº 98 - Largo Dr. Bernardo Lopes 46
Figura nº 99 - Largo Ancha 46
Figura nº 100 - Largo D. Pedro I 47
Figura nº 101 - Largo das Bicas Novas 47
Figura nº 102 - Largo do Batalhão de Sapadores do Caminho de Ferro (Largo da Matriz) 48
Figura nº 103 - Largo Professor Cabrita da Silva 48
Figura nº 104 - Largo dos Inocentes (1925) (Largo Gago Coutinho) 49
Figura nº 105 - Largo Gago Coutinho 49
Figura nº 106 - Largo de São Francisco 50
Figura nº 107 - (Ex.) Largo da Rodoviária Nacional 50
Figura nº 108 - Tipo Popular Arcaico 51
Figura nº 109 - Tipo Neo Popular 51
Figura nº 110 - Tipo Burguês Arcaico 52
Figura nº 111 - Tipo Neo Burguês 52
Figura nº 112 - Tipo "Prédio Urbano" anos 50 - 60 53
Figura nº 113 - Tipo "Prédio de Habitação Colectiva" 53
Figura nº 114 - Mercado Municipal 54
Figura nº 115 - Convento Espírito Santo, Tribunal, Galeria de Arte 54
Figura nº 116 - Câmara Municipal de Loulé 54
Figura nº 117 - Igreja Matriz (Monumento Nacional) 55
Figura nº 118 - Igreja de S. Francisco 55
Figura nº 119 - Igreja de Santa Ana 55

Figura nº 120 - Ermida de N. S. da Conceição (Imóvel de Interesse Público) 56
Figura nº 121 - Pórtico e Cruzeiro da Misericórdia (Monumento Nacional) 56
Figura nº 122 - Gaveto Rua Eng. Duarte Pacheco 57
Figura nº 123 - Largo Batalhão Sapadores do Caminho de Ferro 57
Figura nº 124 - Gaveto Rua Martim Moniz Figura 57
Figura nº 125 - Avenida Marçal Pacheco 58
Figura nº 126 - Avenida Marçal Pacheco 58
Figura nº 127 - Rua Vice Almirante Cândido dos Reis 58
Figura nº 128 - Solar (Família Aboim) - Alçado Principal 59
Figura nº 129 - Solar (Família Aboim) - Alçado Tardoz 59
Figura nº 130 - Solar (Família Barros Aragões) - Alçado Principal 60
Figura nº 131 - Solar (Família Barros Aragões) - Alçado Principal 60
Figura nº 132 - Solar (Família Barros Aragões) - Alçado Tardoz 61
Figura nº 133 - Solar (Família Barros Aragões) - Alçado Lateral Esquerdo 61
Figura nº 134 - Rua Sacadura Cabral (Rua Ancha) (N/S) 62
Figura nº 135 - Rua Sacadura Cabral (Rua Ancha) (S/N) 62

Fontes Cartográficas 63

1. introdução

1. Introdução

1.1 Breve caracterização da Cidade de Loulé

A Cidade de Loulé é um dos principais e mais antigos aglomerados urbanos do Algarve, possuindo um valioso património arquitectónico e urbano, onde se sedimentam bem mais de 700 anos de história (Loulé foi conquistada aos mouros em 1249).

A previsível fundação será anterior ao século XIII, tendo a cidade se desenvolvido em volta do castelo, com largos períodos de estagnação.

Os árabes deixaram vestígios materiais e grande vínculo no sangue e nos costumes, desde a arquitectura até ao sistema de rega (as noras que regavam as hortas, que encontramos à volta de Loulé, os poços de roldanas e as já desaparecidas "cegonhas").

Com a reconquista cristã termina o ciclo de comércio com o Norte de África, vendo-se a economia de base agrícola, sujeita apenas a um sistema de trocas de nível regional, recuperando no essencial as técnicas de rega e transporte de água da civilização árabe.

A decadência económica do Algarve, não obstante uma certa recuperação agrícola na Idade Média portuguesa, foi-se acentuando, prolongando-se mesmo por alguns séculos.

Em 1 de Novembro de 1755, Loulé sofre profundamente os efeitos do terrível terramoto, houve muitas mortes e muitas construções ficaram em ruínas ou muito danificadas.

As invasões francesas contribuíram também para a delapidação do património.

As lutas entre liberais e miguelistas marcaram igualmente, pela destruição e morte, a fisionomia da cidade, até ao ano de 1833, data da aclamação da Rainha, em Loulé.

No final do séc. XIX, às tradicionais pescas e agricultura, junta-se agora, algumas indústrias significativas (curtumes, olaria, cestaria, calçado, moagem, sabões, etc.), provocando um surto económico, com as consequentes repercussões urbanas e demográficas.

A cidade "moderna" aparece com a expansão para Poente, com base num traçado de geometria reticulada, com ruas definindo quarteirões, dentro do espírito urbanista da época. Em 1918 é iniciada nova expansão urbana, esta de geometria ortogonal, a partir do Largo dos Inocentes (hoje Largo Gago Coutinho) para Nascente em direcção à Campina, a Av. José da Costa Mealha, que pela sua dimensão viria a marcar de uma forma significativa o desenvolvimento urbano de Loulé até aos dias de hoje. Nas últimas décadas foram criadas novas áreas urbanizadas, de características disseminadas, a Poente do Castelo, na Horta D'El Rei, a Sudeste nas Portas do Céu, a Norte e a Nordeste, resultando sensivelmente um aumento para o dobro da área pré-existente. Finalmente o Plano Director Municipal ratificado em Setembro de 1995, vem possibilitar áreas de expansão em volta do aglomerado urbano existente (v. des. nº 1).

O Centro Histórico mantém-se como centro nevrálgico da cidade sendo igualmente o seu centro cívico, e se bem que as áreas de equipamentos entretanto edificadas se encontram nas periferias, bem como as grandes áreas de expansão residencial, não perde de forma alguma o seu papel de centro urbano.

As solicitações são cada vez maiores e o Plano Director Municipal e outros planos de nível inferior em curso, não deixarão de ser peças fundamentais para uma política urbana que entenda o desenvolvimento urbano, a salvaguarda e reabilitação do casco histórico, como elementos de um mesmo processo, com vista à requalificação, e planeamento urbano integrado, condição indispensável a um correcto desenvolvimento.

As primeiras preocupações com a defesa do Património Arquitectónico surgem em Portugal, no reinado de D. João V no ano de 1721, pelo «Alvará em Forma de Lay» sobre a Conservação dos Monumentos Antigos. O Estado Novo, passados mais de dois séculos, promove uma série de legislação com o objectivo da classificação dos imóveis cujo valor artístico, histórico, arqueológico e arquitectónico reunissem condições para a sua conservação e salvaguarda.

Em Loulé, foram classificados como Monumentos Nacionais em 1924, os restos do Castelo, a Igreja Matriz S. Clemente, restos da Igreja da Graça, Portal e Cruzeiro da Misericórdia, como imóvel de interesse público a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (em 1953).

Em toda a Europa, sobretudo a partir dos anos 50, as preocupações com o Património Histórico alargaram-se ao urbanismo e adquirem uma visão mais lata; as destruições provocadas pela 2ª Guerra Mundial em importantes cidades e monumentos, leva a uma nova filosofia comum, no enunciar de princípios gerais para a defesa e salvaguarda do Património Histórico e Cultural (Carta de Veneza 1964, onde também é

criado o ICOMOS) Conselho Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, Toledo 1986, que completa a Carta de Veneza de 1964 e igualmente aprovada pelo ICOMOS; 1992, Rio de Janeiro, Plenário da Cimeira da Terra, onde foi aprovado um documento denominado "Agenda 21", no Processo Local da Agenda 21, apela-se à urgência da elaboração de Planos de Acção Local para a Sustentabilidade das cidades. Em Aalborg, Outubro de 1994 é aprovada a Carta das Cidades Europeias Sustentadas.

O conceito de protecção, restauro e reabilitação aplicado aos monumentos passa a ser alargado a todo o tecido urbano envolvente, reflexo ou razão desse monumento, neste sentido por portaria nº 425/85 é definido o perímetro de protecção aos monumentos já referidos, perímetro que delimita uma área a que se tem vindo a chamar Núcleo Histórico. Aquela portaria terá resultado do despertar da consciência dos responsáveis políticos e dos Louletanos para a preservação e salvaguarda dos valores da cultura e da história, gravados na memória colectiva.

1.2 Objectivos gerais do trabalho

O designado Centro Histórico de Loulé tem sido sistematicamente interpretado, como as zonas urbanas limitadas pelas muralhas ou o que resta delas.

As malhas urbanas limítrofes, embora muitas vezes contemporâneas das áreas intramuros, têm sido sistematicamente violadas, e nalguns casos totalmente destruídas, veja-se o caso da proposta de intervenção da Direcção das Obras Públicas do Distrito de Faro, "*onde se projectavam fazer as ruas que deviam ligar as estradas distritais nº 129 e 130*[1]", apesar de tudo, só a parte da intervenção projectada para a Av. Marçal Pacheco foi executada (v. fig. 18).

Uma vez motivadas, as administrações e o público, para a conservação dos núcleos históricos, não pode deixar de se associar o planeamento e a reabilitação da cidade como um todo.

O património tem que ser entendido e gerido como um recurso insubstituível, não renovável, mas a que se pode acrescentar algo.

O interface entre a zona do Castelo de Loulé e as muralhas urbanas limítrofes não pode constituir uma fronteira para além da qual, tudo é desprezado, mas pelo contrário, deverá ser uma charneira em que a zona histórica e principal centro urbano se articula e como tal deve ser tido em conta, na construção de qualquer cenário de desenvolvimento harmonioso e sustentável, situação que só pode ser conseguida de uma forma integrada, isto é, articulando políticas de ambiente, cultura e território.

[1] Da planta da D.O.P.D.F., cedida pela C. M. Loulé

A zona motivo de estudo (v. des. nº 7), coincide a grosso modo, com a zona de protecção definida pela Portaria nº 425/85 e pretende realçar que nada tem sido feito numa perspectiva de reabilitação das malhas urbanas limítrofes, nomeadamente, a Norte do eixo formado pela Rua da Barbacã, Largo Bernardo Lopes e Praça de Loulé, enquanto a Sul, zona do castelo, se têm desenvolvido alguns estudos, com mais ou menos sucesso, numa perspectiva de salvaguarda desse património

Todas as zonas antigas e centrais da cidade, com o envelhecimento, têm vindo a degradar-se. Algumas construções de maior significado arquitectónico foram decaindo, o que levou a classe média com maiores recursos, a procurar em construções modernas nas zonas de expansão, o que as construções antigas dificilmente podiam oferecer. A população de mais fracos recursos foi ficando, acelerando-se portanto a degradação.

Os migrados rurais, são muitas vezes acolhidos nestas zonas antigas até organizarem a sua vida, constituindo assim zonas de aculturação, onde aqueles vão alterando os seus hábitos e cultura.

Da relação com modos específicos da sociedade e ambiente urbano, surgem nestas zonas antigas, uma cultura característica deste meio ligada às artes, não será por acaso que é nesta zona que está instalada a Sociedade Filarmónica Artistas de Minerva num solar (Família Aboim) situado no alto da Rua Sacadura Cabral (Rua Ancha) (v. fig. 128) onde, em meados do século passado, foi centro de muitas reuniões e grandes bailes. Igualmente o edifício brasonado dos Gama Lobos ao Norte da Rua de Portugal é hoje ocupado pela Escola Municipal de Música e Ginásios (v. fig. 119).

De um modo geral a prática urbanística das últimas décadas tem sido, para estas zonas, a da chamada "Renovação Urbana", o deita abaixo e faz de novo, se possível especulando, resultando no desalojamento das populações residentes e construção de novas edificações incaracterísticas, sem nenhuma relação com a morfologia existente. Felizmente que os casos constatados embora por vezes significativos ainda não são em grande quantidade.

Na reabilitação pretendida, há sobretudo que melhorar as condições de habitabilidade e de ambiente urbano dos residentes, evitando-se por um lado, a ocupação das construções por actividades terciárias (escritórios, comércio), por outro a periferização da população, a terciarização do centro e a consequente perda da memória da cidade.

A reabilitação urbana pretendida para as zonas em estudo, numa perspectiva de Salvaguarda e Valorização do Património não é uma obrigação para com gerações

vindouras, porque é querer qualidade ambiental hoje e no futuro, estas questões são no fundo questões de sustentabilidade da política de património.

O desafio da sustentabilidade é estimular uma conservação e reabilitação urbana mais sensível e ambiental, e ao mesmo tempo procurar uma maior coordenação ao nível do planeamento e dos projectos de intervenção urbana, tendo sempre em atenção que cada situação é parte integrante do conjunto, a cidade.

2. caracterização física e biológica

da unidade paisagem

2. Caracterização Física e Biológica da Unidade Paisagem

2.1 Sistema Natural da Envolvente

2.1.1 Análise Biofísica

Localização

Loulé está localizada numa posição central em relação ao concelho, situado na zona central do Algarve, e que podemos dividir em três zonas distintas, Serra, Barrocal e Litoral, daí a diversidade de características geológicas, morfológicas e consequentemente paisagísticas (v. des. nº 1).

" A notável Villa de Loulé fica no coração do reino do algarve, dista de Faro duas léguas, fica-lhe a costa do oceano ao meio dia, em distância de légua e meia. Está fundada em um campo lhano, fresco e agradável, e cingida de antigos muros com um grande e forte castello e junto a elle uma copiosa fonte de excellente água. A sua fundação se atribui aos cartaginezes. Depois a possuiram os romanos, dos quaes se conservam ainda algumas memórias."

Santuário Mariano

Relevo

A cidade de Loulé encontra-se protegida a Norte e Nascente / Sul por um sistema colinar, a Sul da Serra do Caldeirão com cotas superiores a 300m, formando uma barreira de protecção aos ventos de Norte e Noroeste, implantando-se num para-planalto sensivelmente à cota 170m, última encosta do último monte da Serra (Stª Luzia) antes do Atlântico, terrenos pertencentes à zona do Barrocal, entre a serra e a planície litoral (v. des. nº 3).

A origem da cidade, castelo e muralhas, localiza-se entre dois talvegues que correm paralelo no sentido Sudoeste, o talvegue da Horta D'El Rei, a Poente, a uma cota média de 155m e a Nascente o leito da Ribeira do Cadoiço, com cotas 20m mais altas, desenvolvendo-se a cidade numa área que envolve o primeiro daqueles vales, um anfiteatro virado para Sudoeste (v. fig. 1).

Geologia

A estrutura geológica dos solos em que a cidade de Loulé foi implantada, abrange uma série de extractos mesozóicos de litografias variadas, predominando contudo os calcários brancos, margas e crostas calcárias do Jurássico, Cretácio e do Terciário, originaram no caso, solos calcários pardos, os quais são separados devido ao seu teor de calcário.

A Poente estende-se uma vasta área que desce até à planície litoral, constituída predominantemente por solos vermelho-brilhantes ou vermelhos-amarelados, geralmente isentos de calcários, ou "solos mediterrâneos vermelhos ou amarelos" (Vcd) que resultaram dos calcários compactos e frequentemente dolomitizados do Jurássico e do Cretácio (v. des. nº 2).

Hidrografia

Como já foi referido, a cidade encontra-se situada entre a ribeira do Cadoiço e o talvegue da Horta D'El Rei, apresentando o solo grande potencial hidrológico, situação certamente determinante na sua origem e posterior desenvolvimento.

Por volta de 1905 foi feito um levantamento dos poços existentes na povoação, tendo sido registados mais de 60 unidades o que comprova a riqueza em águas, (v. fig.17).

As referências toponímicas, como "Bicas Velhas", "Bicas Novas", "Fonte", "Chafariz", etc, dão-nos outros exemplos comprovativos.

Clima

A zona em estudo, Loulé e sua envolvente, apresenta características do tipo climático sub-húmido chuvoso. Loulé é uma das áreas com maior precipitação do Barrocal, certamente por ter nas suas costas, um sistema colinar que fará com que as nuvens que vêm do Atlântico ao chegarem aqui, encontrem condições mais favoráveis para a precipitação.

Segundo Köppen[2], o clima é mediterrânico, que se pode classificar como do tipo CSA, com verões quentes e uma temperatura média para o mês mais quente acima dos 22 °C..

[2] In Kopp Erwin, (Coordenador) *Os Solos do Algarve e as suas Características* , editado por MAPA-GDHEA-DRAA-GTZ, Faro 1989, p. 13

Em Fevereiro/Março é possível o aparecimento matinal de geada. As geadas matinais limitam a produção de culturas tropicais.

O número de horas sol/ano atinge no Barrocal 3 000 - 3 200 h. No Outono/Inverno (Outubro a Março) são ainda 1 100 horas.

O número de horas de sol e a energia da radiação solar, juntamente com a quantidade e a distribuição da precipitação, originam sob condições naturais, prolongados meses de verão, secos e sem produção. No entanto, com a utilização da irrigação dos solos pode-se obter elevados rendimentos através da possibilidade de obtenção permanente de produções.

A secura do Verão e o calor, as quantidades de precipitação extremamente variadas e os anos secos, as quantidades da precipitação e o aparecimento de frequentes períodos secos durante as épocas de chuva, garantem um prosseguimento seguro do desenvolvimento da agricultura, horticultura e fruticultura, apenas através de uma "correcção ao clima" por meio de uma adequada e qualificada irrigação.

Coberto Vegetal

Os solos calcários pardos não compactos, com solos (Pc), apresentam pomar tradicional de sequeiro, oliveira, alfarrobeira e amendoeira, de utilização limitada pelo teor de calcário activo, que por este motivo limita o cultivo da vinha e fruteiras (v. des. nº 2).

A Norte e a Sudeste de Loulé, zona de calcários pardos não compactos verifica-se a existência do "Maquis Mediterrâneo", caracterizado pela raridade de espécies arbóreas, sendo a vegetação existente constituída por espécies arbustivas e subarbustivas típicas das regiões mediterrâneas.

Na zona de calcários compactos, com solos Vcd, nos antigos terraços das encostas, pratica-se a tradicional cultura de frutos secos, tais como: alfarrobeira, amendoeira, figueira e, algumas vezes a oliveira.

O arvoredo disperso de forma irregular provoca um subaproveitamento das áreas planas para cultivo de cereais ou hortícolas na Primavera.

Nos últimos tempos, em consequência da electrificação e maior facilidade de extracção de águas subterrâneas dos calcários, têm-se plantado muitos hectares de citrinos e novas plantações de fruteiras, depois de feita a sua despedrega e ou a construção de terraços.

2.1.2 Análise Natural

Inúmeros testemunhos provam-nos que esta região foi povoada desde os tempos pré-históricos, mais concretamente desde a passagem da cultura nómada de recolecção alimentar (neolítico) às fases iniciais de sedentarização.

Desde então, sofreu a influência de numerosos povos que aqui se instalaram, cartagineses, romanos, árabes, etc., que foram introduzindo espécies vegetais ainda hoje existentes.

Os árabes foram sem dúvida o povo que mais profundamente marcou a região nos aspectos sócio-culturais e consequentemente na paisagem.

Algumas características arquitectónicas das construções, as técnicas de agricultura de regadio e de horticultura intensiva, bem como as de defesa contra a aridez, incluindo a abertura de poços e cisternas para armazenamento de água, são ainda hoje um testemunho da influência árabe nesta região.

Há ainda a referir a presença que já então tinham na paisagem envolvente dos aglomerados urbanos, algumas espécies como a figueira e os pomares de frutícolas e nas zonas mais urbanas a oliveira, a laranjeira-azeda e a palmeira.

A evolução económica que a região teve desde o tempo dos árabes até à primeira República, acompanhou as tendências que a nível nacional se foram gerando, estrutura económica de base agrária, ligação ao mar, comércio e descoberta de novos territórios.

Os descobrimentos e o contacto com povos e culturas até então desconhecidas, provocam uma significativa alteração dos sistemas agrários portugueses, através da introdução de novas culturas vindas dos territórios descobertos e mais tarde com a implantação de indústrias ligadas à transformação de produtos agrícolas.

Nas últimas décadas com a sobrevalorização dos investimentos no turismo, em detrimento dos outros sectores de actividade, a ocupação anárquica do litoral, o ostracismo a que esteve votado o interior, derivado justamente do modelo de desenvolvimento adoptado, levam à total descaracterização do mundo rural, constituindo alguns dos principais problemas existentes e que é imperioso solucionar através do conhecimento das potencialidades reais da região.

Só com uma caracterização da zona, integrada no todo que é o Algarve e através da sua interpretação e confronto com a ocupação actual, se detectará os principais problemas e a consequente definição das soluções mais adequadas a utilizar.

A cidade de Loulé é uma "cidade de distribuição", sendo resultado de um cruzamento de estradas que já desde os romanos, pelo menos, ligam as terras a Ocidente

(barlavento) às de Oriente (sotavento) e as do Norte (serra-alentejo) ao mar (Quarteira) (v. des. nº 6).

É atravessada por duas estradas nacionais de Faro a Lagos e de Tavira para Boliqueime / E. N. 270 e cinco municipais para as povoações de Salir e Alte (serra), Boliqueime e Almancil (barrocal) e Quarteira (litoral), Barranco do Velho (Serra) (E. N. 396).

Actualmente foi concluída a Via do Infante, via rápida com três nós de acesso a Loulé (Nó de Loulé 1, Nó de Loulé 2 e Nó de Boliqueime).

Igualmente passa a 5 km a via férrea, que por diversos factores não tem tido o desenvolvimento que seria de esperar.

O concelho de Loulé sempre teve uma população semelhante à do concelho de Faro, capital de distrito, cerca de 60 000 habitantes actualmente.

Loulé pela sua posição, sempre foi uma boa praça de comércio, centro de uma grande actividade mercantil, pela sua proximidade de portos marítimos e terrestres. Próximo do Alentejo e no centro do Algarve, onde a propriedade está mais valorizada.

O comércio sempre teve como suporte principal a agricultura, conforme descrito por Ataíde de Oliveira[3] em 1905:

" A oliveira, a figueira, a vinha, a alfarrobeira, a amendoeira, o pinheiro, o loureiro, o limoeiro, a laranjeira, e todas as árvores de fruto produzem admiravelmente, acrescentando que os fructos mimosos das árvores fructiferas são os melhores do Algarve, com excepção dos de Monchique.

Dão-se ainda, os cereaes, legumes, batata redonda e batata doce, a canna sacharina e outros vegetaes exóticos, como o algodoeiro, a bananeira, o mandobi e outros. A palma, a pita, o sumagre, o labdano, o ópio ou a papoula, o carrasco e o carapeto, cujos grãos produzem milagres de tinturaria, plantas medicinaes e aromáticas, nascem expontaneamente nos nossos terrenos".

A partir de Loulé há muito que se verifica a disseminação do povoamento, sobretudo ao longo das vias de comunicação e em pequenas áreas isoladas. É nesta zona que aparece e se utiliza com mais frequência a açoteia em parte da cobertura, que serve para a seca dos frutos e recolha de água.

De uma forma geral todas as propriedades têm uma habitação, característica desta zona, com único piso, pouca fenestração, cobertura de telha de canudo, terraço (açoteia) ou mista, rodeadas de pequenas construções destinadas a forno, pocilga, galinheiro, cavalariça, etc.

---

[3] In OLIVEIRA, Ataíde, *Monografia do Concelho de Loulé*, Editora Algarve em Foco, 3ª Edição, p. 29

A cor das paredes é branca de cal, contribuindo em conjunto com a luminosidade da atmosfera, para criar um ambiente e uma paisagem única.

As chaminés, outrora, tiveram grande fama pela sua componente artística. Ainda hoje existem bons exemplares, embora raros, datados do século passado. Era no rendilhado das chaminés, trabalho aturado de verdadeiros artistas, e nas platibandas, que as casas, sobretudo as localizadas fora da sede do concelho, mais se distinguiam.

3. leitura da cidade de loulé

evolução e transformação

3. Leitura da Cidade de Loulé, Evolução e Transformação

3.1 Evolução Histórica

Da Fundação

Não existe um conhecimento profundo sobre o passado histórico de Loulé, nomeadamente desde a pré-história até ao desembarque na Hispânia cerca de 1364 A.C., de Fenícios e Cartagineses.

Regista-se no entanto alguns vestígios de povoamento (cavernas) localizadas por Estácio da Veiga na carta relativa a "Antiguidades Monumentais do Algarve".

Muitas cavernas estão referenciadas, sendo conhecidas de uma forma geral pelo nome do lugar onde existem.

Do período paleolítico, considera-se os casos das cavernas da Esparguina da Lapa, a Norte do Vale Judeu, do Barrocalinho a Oeste e distante 5 Km da gruta dos Matos da Nora, a Sudeste e a 6 Km da Torre de S. Clemente, de entre outras.

Do período Neolítico conhecem-se as "pedras de raio" e outros achados deste período, nas freguesias de Alte, Ameixial, Salir e em Loulé.

Outros vestígios de possíveis povoamentos estão já referenciados, tais como, diversos instrumentos de pedra polida, primitivas construções, as "Tumuli" (sepulturas funerárias da idade do ferro), galerias cobertas e antas funerárias.

Teriam sido povos originários da Península, que deram origem a esta primeira ocupação do território caracterizada pela prática da primeira agricultura de sobrevivência.

Do Povoamento

O casco histórico de Loulé localiza-se, na zona denominada de Barrocal, entre as cotas altimétricas de 160 a 175 metros, com um desnível máximo de 14 metros, sendo as exposições solares predominantes a Sul e Poente (v. fig. 2).

O desnível é mais acentuado a Poente, apresentando inclinações da ordem dos 15%, coincidindo estes com o traçado das muralhas, aproveitando uma chapada, ou ligeiro avanço do terreno, a Noroeste da cerca de muralhas. O Castelo está implantado

sobranceiro sobre a zona do Vale do Rocio e Horta D'El Rei, situando-se numa posição defensiva de proa ou em cunha.

A morfologia do terreno tem uma forte relação com o castelo, as muralhas e a morfologia urbana que se foi desenvolvendo através dos tempos.

A localização do Castelo, terá ainda a ver com o facto de a Rua da Barbacã coincidir com o início acentuado de uma linha de água, que atravessando a Horta D'El Rei, se prolonga pelos talvegues que se ligam às principais linhas de água a Sul-Sudoeste de Loulé (v. fig. 39).

A situação descrita proporcionaria uma protecção eficaz às fundações das muralhas, seria como que um "forro" natural. Das torres e do caminho de ronda, antes da construção de alguns edifícios existentes, disfrutava-se uma vista que abrangia o aglomerado urbano, as campinas de Loulé, e o horizonte em direcção ao mar (v. des. nº 6).

Fenícios e Cartagineses eventualmente seduzidos pela riqueza mineral da Península, teriam desembarcado aqui pela primeira vez alguns séculos A.C., vindo a estabelecerem relações comerciais com os povos indígenas e fixando-se ainda nos tempos pré-romanos.

O padre Luís Cardoso e Frei Agostinho de Santa Maria, atribuem a fundação da localidade, hoje sede do concelho, aos Cartagineses cerca de 404 A.C.

A localização da povoação denominada Loulé também não é certa, havendo autores que apontam Loulé Velho, uma das três "carteias" de fundação Romana, a 2 Km a Oriente de Quarteira, e hoje coberta pelo mar.

Terá sido com a romanização que se veio a consolidar o povoamento da região, através da participação dos povos e culturas que existiam na região nesses tempos.

Segundo o autor de "Portugal Antigo e Moderno"[4], Loulé existiria já em 745, não referindo no entanto o nome que então teria, donde a fundação de Loulé poderá ter mais a ver a colonização Romana.

Daquela época, encontram-se vestígios significativos nomeadamente das explorações mineiras romanas no interior do concelho, Querença e Alte, além de pequenas termas, colunas, mosaicos, lápides funerárias, pinturas e murais a fresco.

Os Visigodos contribuem com a recuperação e consolidação dos aglomerados e culturas legadas pelos romanos.

---

[4] LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, Livraria Editora Matos Maria e Companhia, Lisboa 1873

A Península Ibérica é conquistada pelos árabes no século VIII, vindo a marcar profundamente toda a organização e economia das povoações algarvias, através do comércio com o Norte de África. Loulé aparece-nos então, como importante cidade do principado independente de Silves, com a denominação de ALOLYA ou ALLOIDE, na época de grandes lutas entre os chefes almorávidas e almóadas pelo domínio do Algarve.

"Uygã", termo que precedido do artigo árabe deu AL'Uygã, aparece-nos nas crónicas árabes referindo-se a Loulé, que mais tarde derivaria em Laule e Loulé. A etimologia da cidade tem outras interpretações, no entanto o termo árabe tinha o sentido de outeiro, o que se enquadra na situação orográfica da actual cidade, edificada numa pequena elevação.

Outra versão no mínimo interessante, tem base numa lenda a qual descreve que numa das correrias que D. Fernando I, Rei de Leão, fez em terras de mouros do Al-Faghar, chegando próximo do Castelo de Loulé, presenciou grande discussão entre os cabos de guerra que o acompanhavam, acerca da identificação de uma árvore que de longe avistavam sobre o castelo, dizendo uns ser de uma alfarrobeira, outros um choupo, outros um álamo, outros um aloendro e outros ainda um loureiro, intervindo então o monarca dizendo, "Laurus est". Tratando-se de facto de loureiro ...Laurusé, Lauro é, Laulé, e finalmente Loulé.

As armas da cidade contemplam esta versão, um castelo sob um loureiro.

Aqui na região do Algarve, mais do que no resto do país, permanecem vestígios materiais, hábitos e costumes que os árabes deixaram, desde a arquitectura até ao sistema de rega, as noras que regavam as hortas e que encontramos com facilidade em volta de Loulé, os poços, as roldanas e as "cegonhas" hoje já quase desaparecidas.

Na parte mais antiga da cidade, encontram-se covas com o feitio de cisternas, denominadas matamorras, onde os árabes tinham por hábito guardar os cereais depois de debulhados e limpos.

Da Reconquista Cristã

Povoamento Medieval

É D. Sancho I que dá início à conquista da região do Algarve aos mouros, mas dadas as grandes dificuldades encontradas, só D. Afonso III levará a cabo a conquista definitiva, depois das vitórias alcançadas por D. Paio Peres Correia e pelos cavaleiros de S. Tiago em 1249, de que era mestre.

Com a conquista do Algarve por D. Afonso III gera-se um conflito com o Rei Afonso X de Castela, que considerava o Algarve parte integrante do Reino de Niebla, proveniente de doação feita ao Rei de Castela por Ibre Malofort (o Aben-Afam das crónicas portuguesas).

Só em 1267 a 16 de Fevereiro (data escolhida para feriado municipal de Loulé[5]) e por carta de Castela a D. Pedro Eanes de Portugal é que foram entregues os Castelos de Loulé, Faro, Silves, Paderne e Aljezur.

Com toda a província do Algarve na posse efectiva de D. Afonso III, começa o povoamento necessário para a sua reconstrução e dinamização.

Afonso III concedeu à povoação de Loulé o seu primeiro foral em Agosto de 1266, completado mais tarde em 12 de Julho de 1269 com segundo foral, onde era a povoação isentada de impostos e dizimas. Da leitura do foral observa-se a existência de actividades agrícolas e marítimas (v. fig. 15).

A reconquista cristã foi de certa forma negativa para a economia da região, uma vez que ficou privada do comércio com o Norte de África, restando-lhe as trocas de nível regional com base na agricultura, recuperando esta, as técnicas de rega e transporte de águas da civilização árabe.

Com o objectivo de reorganizar e fomentar as relações económicas, são introduzidas diversas leis agrárias.

D. Dinis ordenou que se fizesse uma feira, em 1291, com a duração de 15 dias, com o começo oito dias depois de S. Cristóvão no mês de Setembro. As feiras faziam-se no Rocio, zona baixa a Poente da vila frente às Escadinhas d'El Rei.

Com o aumento de importância no sistema administrativo português a vila de Loulé vê em 1462 ser ordenada a reedificação do castelo, por D. Henrique de Menezes por concessão de D. Afonso V, que dele fez doação.

D. Afonso V em 1471, ordena a transformação de uma albergaria muito antiga, no Hospital de Nossa Senhora dos Pobres ou do Ó. Em 1570 este hospital passa para o património da Misericórdia (v. fig. 121).

D. João II resolve a favor de Loulé, por alvará de 4 de Janeiro de 1482, numa já longa disputa entre Faro e Loulé pela apropriação do porto de Farrobilhas, construído pelos de Loulé.

[5] Esta data (o feriado Municipal) foi alterada por deliberação da Assembleia Municipal de 84/12/21 parra a Quinta -Feira da Ascensão - Dia da Espiga.

Da Idade Moderna ao Século XX

Com a expansão marítima, onde os portugueses se empenharam de forma determinada e corajosa, viria o Algarve a desempenhar papel preponderante, dada a sua posição geográfica, a que ficou para sempre ligado o nome do Infante D. Henrique e a mirífica escola náutica de Sagres.

Apesar disso, Loulé não vê neste período moderno, alterarem-se nem o sistema de relações, nem a economia existente.

D. Manuel I, com o objectivo de corrigir algumas irregularidades que existiam nos antigos forais, publicou uma carta Régia mandando executar os denominados "forais novos". O de Loulé tem a data de 20 de Agosto de 1501, outorgando a Loulé o título de Honrada, sendo nele tratados assuntos referentes à caça, pesca, ao gado, pão, etc. (v. fig. 16).

Ainda no reinado de D. Manuel I foi doada a vila e a sua alcaidaria a D. Francisco Coutinho.

Na narrativa de Frei Agostinho de Santa Maria, Loulé foi cabeça de condado, por título que El Rei D. Afonso V deu a D. Henrique de Menezes e teve votos em cortes.

D. Sebastião concede à vila de Loulé o título de Notável, referindo-se desde então como Notável e Honrada Vila de Loulé.

D. Afonso VI, por alvará de 11 de Agosto de 1666, altera a data da feira de Loulé para os três últimos dias de Agosto.

Em 1692, caiem sobre Loulé durante vários dias, chuvas torrenciais provocando terríveis inundações, com significativos prejuízos em vidas humanas, animais e bens.

Em 1693, foi estabelecido um hospício pelos religiosos descalços, de Santo Agostinho a que deram também o nome de Nossa Senhora dos Pobres.

A 27 de Dezembro de 1722, regista-se um violento tremor de terra, tendo caído muitas casas com a consequente perda de vidas humanas.

No dia 1 de Novembro de 1755, foi a vila atormentada pelo célebre terramoto que durou cerca de 10 minutos, sofrendo grandes estragos as Igrejas Matriz, de S. Francisco, dos Capuchos e caiu a Igreja da Graça. Foram derrubadas as torres do castelo e grande parte das muralhas, bem como a maior parte das casas.

Como em 1755 tinha caído o relógio da torre Matriz, foi então colocado numa das torres das muralhas, que existem à sua direita e um pouco atrás.

Em princípios de 1804, o juiz de fora que era Presidente da Câmara mandou levantar sobre o arco da praça uma torre ou acrescentou a existente, pertencente à muralha do castelo, para colocar o referido relógio, mas como fosse despachado para outra Câmara e desejasse terminar aquela obra, mandou fechar a torre na altura em que estava, ficando por isso mais baixa do que no projecto indicava.

Um pelourinho ficava quase em frente ao arco do relógio.

As invasões francesas contribuíram também para a delapidação do património existente.

Em 18 de Junho de 1808, Loulé é libertado do jugo francês pelo Major da Costa Leal e Brito e pelo capitão de milícias Francisco Palma de Aragão. Foi constituída então a primeira Guarda Nacional em Loulé.

As lutas entre liberais e miguelistas marcaram também, pela destruição e morte, a fisionomia da vila, tendo estes acontecimentos só terminado em 1833, aquando o Alferes Cláudio José Pinto, por ordem directa do Duque de Terceira veio propositadamente fazer a aclamação da Rainha.

Em 12 de Janeiro de 1836, novo forte abalo de terra é sentido em Loulé, tendo a população fugido para o Alto da Nossa Senhora da Piedade.

Em 22 de Março de 1881, foi aprovado em Assembleia Geral, o primeiro compromisso da Santa Casa da Misericórdia e Hospital de Nossa Senhora dos Pobres.

Em 18 de Julho de 1885, foi comprado o edifício onde se encontra hoje instalada a Câmara Municipal, obra efectuada por José Rafael Pinto (v. fig. 116). Anteriormente tinha estado instalada num prédio da Rua Almeida Garrett, em frente da cadeia de então, depois na Praça da República, e quando se efectivou a compra, funcionava em salas do edifício do actual Tribunal Judicial (v. fig. 115).

Por despacho de 13 de Agosto de 1890, foi desdobrada em duas a freguesia de S. Clemente de Loulé, datando de então a criação da freguesia de S. Sebastião. A 1 de Julho de 1891, por carta do prelado da Diocese, foi completada a divisão religiosa correspondente à civil já decretada (v. des. nºs 6 e 7).

A partir de 1890, Loulé fica inconformada por não ser contemplada pelo traçado da linha férrea do Sul.

O conselheiro Marçal Pacheco consegue que seja reestruturado o projecto de lançamento da via, mas as soluções atrasam-se.

Até final do séc. XIX é iniciada a expansão urbana para Poente, urbanização da Quinta do Olival de S. Francisco, área que veio a integrar a nova freguesia de S. Sebastião.

Do Século XX

No último quartel do séc. XIX, e como consequência da revolução industrial são introduzidos no país factores que possibilitam um significativo desenvolvimento económico, implicando um importante aumento demográfico e consequente expansão urbana.

Às actividades tradicionais, agricultura e pescas, juntam-se várias indústrias com algum significado como os curtumes, olaria, empreitas, calçado, moagem, etc., sendo as matérias primas ainda importadas.

Ao nível das exportações os produtos tradicionais são agora bastante procurados, (o figo, a alfarroba, a amêndoa).

A vila segue o desenvolvimento urbano próprio da época, continuando a expandir-se para Poente, tendo como suporte uma malha reticulada definindo quarteirões, constituindo a "cidade moderna" (v. des. nº 9).

O projecto do Mercado Municipal é aprovado em concurso público, tendo como autor o Arquitecto Mota Gomes, tendo sido a sua construção adjudicada em 1904 e concluída em Julho de 1907 (v. fig. 114).

A construção do Mercado Municipal veio alterar significativamente a estrutura urbana da zona central da vila, por derrube de uma vasta extensão da muralha do castelo, bem como de alguns edifícios de qualidade ali existentes.

Em sessão municipal de 20 de Março de 1907, é apresentado um plano de transformação do Rocio e Horta D'El Rei, com um recinto ajardinado, amplas Avenidas e ruas ligando à parte de cima da vila por um sistema de escadarias rasgadas e espaçosas (plano não concretizado).

A feira de Loulé, localizada no Largo das Oliveiras passa em 1907 para a Campina de Cima, regressando em 1908 para o anterior local.

A Câmara fez uma petição ao governo, em 12 de Agosto de 1908, no sentido de se fazer com a maior urgência a alteração da directriz da linha de caminho de ferro entre as estações de Boliqueime e Almancil, aproximando-a tanto quanto possível de Loulé.

Em 11 de Outubro de 1910, toma posse a Comissão Municipal Republicana.

Na sessão do dia 12 foi aprovada a alteração da toponímia de alguns arruamentos (v. fig. 20 e 21):

- Largo de S. Francisco - Praça da Liberdade
- Rua das Lojas
  ou
- Rua de S. Sebastião - Rua 5 de Outubro

- Praça de Loulé	- Praça da República
- Rua Santo António	- Rua Miguel Bombarda
- Rua do Espírito Santo ou Rua das Freiras	- Rua Vice Almirante Cândido dos Reis
- Rua dos Grilos	- Av. Marçal Pacheco

Em sessão de 9 de Novembro, é enviado um ofício ao conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado, solicitando a maior urgência para a execução do estudo do troço de linha que ligasse Loulé - Vila à estação existente.

Em 1911 a 19 de Janeiro foi decidido pedir a construção de um novo ramal que ligasse a estação de Loulé a Tavira passando por S. Brás de Alportel.

Em 15 de Janeiro de 1913, é resolvido substituir os candeeiros de carbureto de iluminação pública, por outros de petróleo. Dois meses depois é então deliberada a instalação de energia eléctrica para a iluminação pública.

Por lei de 13 de Abril de 1916, é criada a freguesia de Quarteira.

O cidadão José da Costa Mealha oferece à Câmara o terreno e a quantia de quinze mil escudos para que seja feita uma Avenida que ligaria o Largo dos Inocentes (Largo Gago Coutinho) à Campina, tendo este projecto sido submetido à aprovação do Governo em sessão de 11 de Abril de 1918.

São iniciados os enterramentos no novo cemitério no sítio da Costa, em Outubro de 1918, como consequência do elevado número de vítimas da gripe pneumónica.

Ainda em 1918, é decidido abrir a nova Av. José da Costa Mealha, uma das obras mais significativas do desenvolvimento urbano na história da vila, situação aproveitada pela burguesia endinheirada, que vem a edificar aqui belos exemplares da arquitectura civil deste século (v. fig. 47 a 54).

Em Dezembro do mesmo ano é arrendado por cinco anos o teatro municipal, para nele se realizarem sessões cinematográficas.

O Largo da Liberdade, por deliberação da sessão de 9 de Janeiro de 1919, muda de nome, para Largo Dr. Sidónio Pais, curiosamente , a referida deliberação é revogada em 20 de Março de 1933, passando a denominar-se Praça Dr. Oliveira Salazar e após 1974 voltou à toponímia primitiva de Largo de S. Francisco (v. fig. 106).

A pedido dos comerciantes de Loulé, é criado a 6 de Fevereiro de 1919, um mercado no primeiro Domingo de cada mês, a realizar nas ruas Ataíde de Oliveira e 1° de Dezembro (junto ao Mercado Municipal).

A Câmara Municipal de Faro solicita ao Governo o estabelecimento de uma linha telefónica que ligue o Algarve a Lisboa, tendo em sessão de 15 de Outubro de 1919, a Câmara de Loulé decidido apoiar entusiasticamente a iniciativa.

Em 20 de Janeiro de 1920 são encomendados os estudos necessários com vista à exploração de água para abastecimento público, no sítio da Campina.

Os nomes de Gago Coutinho e Sacadura Cabral são dados respectivamente ao Largo dos Inocentes e Rua Ancha em 21 de Julho de 1922.

Em conjunto com a Câmara Municipal de S. Brás de Alportel é proposto ao Governo, em 21 de Fevereiro de 1923, a construção do ramal de Loulé a Tavira.

Em 1923, é escolhida a Av. José da Costa Mealha para a realização da feira, tendo no ano seguinte a Câmara adquirido terreno para a realização da mesma até à aquisição da Quinta do Pombal.

O projecto de construção do Cine-Teatro Louletano é apresentado e aprovado em 27 de Junho de 1925, vindo a ser inaugurado em 1929 (v. des. nº 15).

A 6 de Outubro de 1926, é resolvido proceder à abertura das ruas transversais à Avenida José da Costa Mealha e adaptar o edifício do Teatro Municipal à residência dos Magistrados.

O Largo Dr. Bernardo Lopes é decidido alargar e regularizar, em sessão de Câmara de 11 de Maio de 1927, tendo sido concluídas as expropriações em 4 de Janeiro de 1928 (v. fig. 98).

A Corporação dos Bombeiros Municipais de Loulé é criada em 18 de Maio de 1927.

Foi aberto concurso para a segunda fase dos trabalhos de abastecimento de água a Loulé, em 22 de Junho de 1927, tendo os respectivos trabalhos sido iniciados em Maio de 1929.

O primeiro motor a gasóleo destinado à central eléctrica da vila foi adquirido em 1 de Março de 1928.

Em 8 de Outubro de 1928, é criado um Liceu Municipal que o Estado não autoriza, invocando a proximidade entre Faro e Loulé.

Por deliberação na sessão de 3 de Dezembro de 1928, é concedida a qualquer empresa que promovesse a construção de um hotel em Loulé, a isenção de pagamento de licenças e do consumo de água e luz durante cinco anos.

A 24 de Abril de 1932, é encomendado o estudo de uma estrada que permita o acesso de veículos à capela de Nossa Senhora da Piedade.

A 16 de Maio de 1932, é resolvido proceder à abertura da Av. General Carmona (actual Av. 25 de Abril).

A 6 de Dezembro de 1933, é inaugurado o actual relógio da vila.

A 13 de Novembro de 1935, é deliberado proceder ao alargamento do cemitério prevendo uma estrada de acesso.

A 15 de Janeiro de 1936, foi pedido para Loulé a criação de uma escola de artes e ofícios.

A 25 de Março de 1936, é aprovada a criação do Centro de Saúde de Loulé.

A área urbana de Loulé é fixada em sessão de 12 de Novembro de 1936, abrangendo todo o sítio da Campina até ao armazém que foi de Manuel Vaz de Mascarenhas à Rua dos Combatentes da Grande Guerra e entrada da Goldra e ao caminho hoje Rua Pedro Nunes (antiga Rua João Gomes) até encontrar o caminho que vem das Romeirinhas.

A planta de urbanização dos terrenos da Horta Nova é aprovada a 13 de Abril de 1938, que compreendia as ruas transversais das Avenidas General Carmona e José da Costa Mealha.

Em 1943, realizam-se obras de adaptação do edifício dos Paços do Concelho.

Em 1945, é levantada a planta fotogramétrica da Vila.

Em 1946, Loulé é reconduzido à sua antiga categoria de concelho de 1ª classe.

Em 1947, é criada na vila a feira franca que se realiza nos últimos dias de Outubro.

Por decreto de 11 de Julho de 1947, foi criada a escola de ensino técnico elementar.

Em 1953, é inaugurado em Loulé o monumento em memória do Engº Duarte Pacheco, da autoria do Professor Cristina da Silva e onde participaram vários escultores de grande prestígio nacional.

Ao acto da inauguração assistiu o Presidente do Conselho Dr. Oliveira Salazar, vários membros do Governo, diversas autoridades nacionais, regionais e locais e milhares de pessoas anónimas.

A Portaria nº 425 /85 de 5 de Junho, define o perímetro de protecção dos restos do Castelo, Igreja Matriz, Portal e Cruzeiro da Misericórdia e Restos da Igreja da Graça, em Loulé, classificados como Monumento Nacional pelo Decreto Lei nº 9842, de 20 de Junho de 1924, e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, classificada como imóvel de interesse público pelo Decreto Lei nº 39175 de 17 de Abril de 1953 (v. des. nº 7).

A Assembleia Municipal de Loulé, aprovou em 22 de Outubro de 1994, o respectivo Plano Director Municipal, tendo-se tornado plenamente eficaz com a resolução do Conselho de Ministros nº 81/95 de 27 de Julho de 1995, publicada em Diário da República de 24 de Agosto de 1995 (v. des. nº 1).

3.2 Caracterização da Zona Urbana

3.2.1 Origem e Evolução Urbana

A implantação do Castelo relaciona-se com a morfologia do terreno, pela coincidência existente entre a Rua da Barbacã e o início acentuado de uma linha de água que, atravessando a Horta D'El Rei, se prolonga pelos talvegues que se desenvolvem aos lados da elevação do actual cemitério, ligando-se às principais linhas de água da região. As muralhas estariam assim, melhor defendidas por um "fosso" natural para protecção das suas fundações (v. fig. 1 e 2).

Das torres e do caminho de ronda, disfrutar-se-ia, quando ainda não havia construções, uma vista que abrangia não só o aglomerado urbano e as Campinas de Loulé, como também o horizonte em direcção ao mar, apesar das razões primárias da sua localização no território, não terem sido definitivamente justificadas (v. fig. 8 a 11).

O Castelo de Loulé, poderá ter sido edificado com a ocupação Romana, ou sobre uma fortificação Romana pré-existente, aquando da chegada dos Árabes.

A modulação existente no actual castelo, 33 ou 66 metros, entre os baluartes, pode ter a ver com a modulação em pés romanos (0.29m, 0.33m, 0.35 e 0.38m), ou com o período Medieval Português, época em que foi usado o côvado com 0.66m, esta situação leva-nos a pensar que a referida modulação poderá, de uma mesma forma corresponder a esta última época, encontrando-se ainda em toda a construção das torres, pedras talhadas ostentando as siglas dos pedreiros medievais (v. fig. 12 e 14).

Interessante é também a razão do cruzamento viário, hoje denominado Largo Bernardo Lopes (em tempo alargado), onde se intersectam as vias Faro, Loulé, Salir; Tavira, S. Brás de Alportel ou Estoi, Loulé, Boliqueime, Paderne, Silves; e a via entre a Foz da Ribeira de Quarteira, Loulé, Querença, Barranco do Velho e Ameixial em direcção a Norte (v. des. nº 5).

É de considerar que este cruzamento de vias tenha tido outra localização, esta no largo frente à Igreja Matriz, que com a construção das muralhas, passaram para o seu exterior, vindo então a encontrarem-se, no referido Largo Bernardo Lopes.

O Castelo de Loulé[6] era composto por duas cercas de muralhas, com três torres, pátio interior e casas de habitação encostadas para dentro às muralhas, onde residia o alcaide e respectiva guarnição (v. fig. 4).

Da muralha principal elevam-se três torres quadradas, com a altura de 15,50 metros, paredes em alvenaria abertas com seteiras, terminando em ameias[7].

A parte da muralha que dá para a Rua da Barbacã, a Noroeste, tem 8 metros de altura e o topónimo da referida rua pode-nos dar indícios sobre a possível existência de um fosso entre duas muralhas, tendo a mais baixa desaparecido (v. fig. 3).

A Alcaidaria é um edifício de dois pisos, ocupando a habitação do alcaide o segundo piso, que está ao nível do caminho de ronda. Pode-se admitir que este segundo piso seja uma ampliação do século XVIII quando o Regimento de Dragões esteve aqui aquartelado, além de outras intervenções no tempo. Hoje trata-se de uma construção que pelos seus alçados e cantarias das molduras dos vãos, apresenta uma imagem se bem que agradável, incaracterística (v. fig. 5 e 6). Estes espaços são hoje em parte ocupados pelo Arquivo Histórico Municipal e Museu.

No primeiro piso com acesso a partir do pátio, e composto por quatro salas que teriam sido ocupadas pela guarnição militar do castelo, o talhe das cantarias dos vãos, a abóbada da sala designada por número três e as prospecções arqueológicas já efectuadas, dá-nos a ideia de estarmos em presença de uma construção do século XVI.

O Pátio do Castelo a Nascente do edifício da alcaidaria, de planta pentagonal, destinado a refúgio da população em caso de necessidade, ocupa uma área de cerca de 450m².

Desde o final do século XIII que a cidade apresenta desenvolvimentos urbanos em volta do Castelo, assim pelo lado Sul ficava a Mouraria, a Poente ficava o Rocio da Horta D'El Rei (zona não edificável), a Nascente o Convento da Graça com as suas duas cercas e a Norte seria então a principal zona de aglomeração e expansão residencial.

Na zona urbana, motivo do presente estudo, já existiam topónimos das ruas entre o Castelo e o eixo Rua do Poço-Rua do Outeiro, no interior das muralhas a Rua Martim Farto que ligava a Alcaidaria à Igreja Matriz e a Rua da Cadeia que ia da Matriz até à porta no alto da Praça, sendo estes os eixos mais importantes do aglomerado no século XVI (v. fig. 20).

---

[6] Martins, Isilda Maria Pires, descrição retirada de "O Castelo de Loulé" ; C.M.Loulé 1990

[7] Ameias recolocadas aquando da reconstituição promovida pela D.G.E.M.N.

Conforme os dados disponíveis, o aglomerado apresenta uma significativa estabilidade em termos de desenvolvimento urbano, registando-se entre os séculos XIV e o final do século XVIII, a existência de cerca de 500 fogos.

Se considerarmos que o Castelo nesta época era um elemento operacional no sistema de segurança, não seria possível a construção de edifícios de habitação adornados às muralhas, pelo menos até ao final da guerra da restauração, século XVII. O interior do castelo possuiria no máximo 150 fogos, cerca de 1/3 do total, o que vem confirmar os valores conhecidos em 1505, 145 fogos dentro e 289 fora de muros.

A Misericórdia ocupa terrenos a Nascente entre os séculos XV e XVI e é edificada a Ermida de S. Sebastião.

No século XVII, adossada às muralhas são edificadas as capelas de N. Sª da Conceição, N. Sª do Carmo e é iniciado o Convento do Espírito Santo.

Em 1719, nos limites das cercas do Convento da Graça, já havia habitações, (Rua da Carreira, dos Inocentes, do Ricardo e da Corredoura).

O abalo sísmico de 1755, vem arruinar uma parte significativa da cidade, nomeadamente grande parte das cercas, a Igreja do Convento da Graça, parte do Convento do Espírito Santo e grande parte dos troços e torres da muralha, além de mais de 200 casas[8].

Com o objectivo de alojar os desabrigados do sismo, é aberta em 1756, a Rua das Cabanas a Sul. A Norte na Rua do Colégio (que nascia em função do Solar dos Gama Lobo, 1775) ou na Rua Ancha e Rua de Portugal edificaram-se solares para residência de oficiais (capitães e capitão Mor) e muitos dos proprietários de terras, e onde os Franceses em 1807, instalaram o seu quartel general na Rua Ancha (v. fig. 68).

As ordens religiosas são expropriadas entre 1834 e 1836 e o castelo é desafectado à jurisdição militar em 1835, vindo estes espaços a serem ocupados, ao longo do tempo, para funções residenciais e pequeno comércio, numa primeira fase ao longo das muralhas a Norte (Praça de Loulé) e a Sul (Rua da Corredoura) e depois de uma forma mais lenta nas zonas, Poente e Nascente.

Com a construção de três solares no alto da Praça de Loulé (Praça da Republica), passa este local a ser o mais prestigiado, vindo a ser zona residencial de profissionais liberais e proprietários, nas Ruas Martim Farto e da Cadeia dentro das muralhas e Rua da Corredoura, mantendo-se a zona Norte sem alterações significativas.

---

[8] Lopes, João Batista da Silva, "Coreografia do Reino do Algarve" (1577) reeditado por Editora Algarve em Foco, Faro 1988 p. 310

No último quartel do século XIX aumenta a ocupação a Sul (área da Rua António José de Almeida), a Nascente (em 1888) e a Poente a urbanização do Olival de S. Francisco (v. des. nº 9).

Entre 1873 e 1904, com a concepção e execução da Av. Marçal Pacheco, ligação Loulé - Faro[9], verifica-se uma das maiores intervenções no desenho urbano da cidade, tendo sido por consequência destruídos dois solares no alto da Praça de Loulé, a Capela de N. Sª do Carmo e os respectivos restos das muralhas, desaparece ainda um pequeno quarteirão limitado pela Ruas dos Grilos e o Travessa do Ricardo, sendo o Terreiro do Ricardo alargado com as consequentes e necessárias demolições, ficando o Largo dos Inocentes ligado com a Praça de Loulé (v. fig. 18).

No primeiro quartel do século XX, novas e importantes transformações no tecido urbano se verificam, nomeadamente na zona central com a construção do Mercado Municipal e ruas adjacentes (v. des. nº 8).

O projecto da Av. José da Costa Mealha que liga o Largo dos Inocentes (Largo Gago Coutinho) à Campina, é começado a executar em 1922.

Entre 1926 e 1950, é alargado o Largo das Bicas Novas (largo Dr. Bernardo Lopes), com a demolição de um edifício com arcadas (1928), onde se fazia a venda de peixe.

A actual Av. 25 de Abril é iniciada em 1932, vindo a ser prolongada para permitir a construção do largo onde foi erigido o monumento ao Engº. Duarte Pacheco em 1953 (v. fig. 44).

Até aos nossos dias, a malha urbana continua a aumentar, ocupando espaços vazios ao longo das ruas abertas transversalmente à Av. José da Costa Mealha e a partir dos anos 70 e 80, é ocupado o Rocio da Horta D'El Rei para uso residencial, expansões para Norte, Noroeste e Sudeste (Portas do Céu) (v. des. nº 9).

[9] Propostas de intervenção da Direcção das Obras Públicas do Distrito de Faro "onde se projectavam fazer as ruas que deviam ligar as estradas distritais nº 129 e 130", levantamento e desenho do condutor de 3ª classe Joaquim José Rafael Pinto.

UNIVERSIDADE

3.2.2 Evolução Toponímica

TOPONÍMIA ARCAICA	TOPONÍMIA EXISTENTE
Rua das Alagoas	Rua Gonçalves Zarco
Rua dos Alegres	Rua José Fernandes Guerreiro
Tv. do Alto de S. Domingos	Travessa 1° de Maio
Rua da Ameixa	Rua do Bocage
Rua da Ancha	Rua Sacadura Cabral
Largo do Anjo	Largo Prof. Cabrita da Silva
Rua do Arco	Travessa do Mercado
Rua dos Arcos	Rua Filipa de Vilhena
Rua do Arco do Chafariz	Rua dos Almadas
Rua da Barbacã	
Largo das Bicas Novas	Largo Dr. Bernardo Lopes
Rua da Cadeia	Rua Almeida Garrett
Largo do Carmo	Rua Pedro Freitas
Largo do Chafariz	Praça D. Afonso III
Rua do Colégio	Rua N.S. de Fátima
Rua do Carrapeto	Rua 1° de Dezembro
Rua da Corredoura	Rua Engº. Duarte Pacheco
Rua Egas Moniz	Rua Vice-Alm. Cândido dos Reis
Largo da Estalagem	Largo D. Pedro I
Rua de Faro	Rua S.João de Brito
Travessa de Faro	Rua D.João de Castro
Rua dos Ferradores	Rua Condestável Nuno Álvares Pereira
Rua da Fonte	Rua Garcia da Horta
Rua da Graça	Rua Tenente Cabeçadas
Rua dos Grilos	Av. Marçal Pacheco
Rua da Horta D'EL Rei	Rua Martim Moniz
Largo dos Inocentes	Largo Gago Coutinho
Rua dos Inocentes	Av. 25 de Abril
Rua de João Fernandes	Rua Sá de Miranda
Rua do Lagar Novo	Rua Cândido Guerreiro
Rua do Lagar Velho	Rua do Município
Rua da Laranjeira	

Praça de Loulé	Praça da República
Rua Martim Farto	
Largo da Matriz	Largo Batalhão Sapadores do C. de F.
Travessa do Médico	
Rua da Mouraria	
Rua Nova	Rua Dr. Joaquim Nunes Saraiva
Rua N.S. da Conceição	Rua D. Paio Peres Correia
Travessa do Outeiro	Travessa da Hora
Rua do Outeiro	Rua Movimento das Forças Armadas
Rua do Poço	
Rua de Portugal	
Rua do Postigo	Rua 9 de Abril
Rua do Ricardo	Av. Marçal Pacheco
Rua do Saco	
Rua de S.António	Rua Miguel Bombarda
Calçada dos Sapateiros	
Rua de S.Domingos	
Rua de S.Sebastião	Rua 5 de Outubro

3.2.3 Estrutura Funcional

A cidade de Loulé apresenta uma estrutura do tipo cruciforme, com desenvolvimento mais marcado segundo o eixo Este / Oeste.

A rede viária é a principal estrutura de suporte das funções e actividades urbanas e das ligações às vias inter-urbanas, contribuindo para o reforço desta estrutura viária urbana a rede linear de peões.

A estrutura linear proporciona ainda, como é evidente, boas condições para a implantação de actividades comerciais, em especial o comércio ocasional e de influência regional, concentrando-se na zona mais central, e ampliando-se pelo eixo formado por; Largo de S. Francisco, Rua 5 de Outubro, Largo Dr. Bernardo Lopes, Praça da República, Largo Gago Coutinho, Avenida José da Costa Mealha e ampliando-se ainda pelo eixo formado pela Rua 25 de Abril, Largo Gago Coutinho e Avenida Marçal Pacheco.

É de tomar em conta a formação de novos eixos, com a conclusão do novo edifício do Tribunal Judicial, eixo que atravessará a Avenida José da Costa Mealha e

como eixo de distribuição como alternativa ao eixo central, o que começa na saída para Boliqueime, passa pelo Supermercado Modelo, Rua da Corredoura e Rua da Mouraria. Este último eixo é já hoje uma alternativa viária a Sul da cidade, funcionando como circular, a que com o tempo levará por certo, ao aparecimento de actividades comerciais e outras.

As áreas urbanas de actividades mistas surgem a envolver as áreas comerciais já referidas de uma forma mais ou menos uniforme, formando uma mancha, em que o eixo Este/Oeste ocupa posição central e é a sua maior dimensão.

As áreas de uso predominantemente habitacional, resultaram de expansões urbanas fora das áreas já referidas e correspondem a épocas de desenvolvimento urbano caracterizado por malhas disseminadas.

Os equipamentos na zona urbana de Loulé, apresentam-se na periferia das áreas edificadas, se se trata de equipamentos que necessitam de áreas significativas, consequência da sua recente implantação, ocupando superfícies junto às vias principais se se trata de equipamentos que necessitam de pequenas áreas, proporcionando deste modo uma melhor acessibilidade.

As áreas de espaços verdes públicos à excepção do parque urbano a Nordeste da cidade, e do Jardim dos Inocentes, são quase insignificantes, desenvolvendo-se ao longo da estrutura viária principal (Praça da República, Avenida José da Costa Mealha e Avenida 25 de Abril) e pontualmente em largos (Largo São Francisco, Largo D. Afonso III) e ruas (Rua Sacadura Cabral) (v. des. nº 17).

As actividades industriais, de pequena dimensão, localizam-se de uma forma dispersa, com menor expressão na zona Poente mais antiga, estando esta situação em vias de se alterar com a realização do parque industrial (situado na estrada Loulé - Quarteira) já concluído, tendo a curiosidade de ter sido promovido por muitos dos industriais em conjunto com a Câmara, estanto a ser feita a transferência das referidas indústrias da zona urbana para o referido parque industrial.

A organização funcional

A organização funcional da cidade tem por base onze pontos estruturantes, a que chamaremos pólos, sendo o principal o (P1) (Largo Gago Coutinho) (v. des. nº 13).

A proximidade da Câmara Municipal, do mercado municipal, correios, hospital, diversos equipamentos privados de saúde, instituições bancárias, multiplicidade de usos terciários do solo e correspondente importância simbólica, fazem daquele Largo, o

centro de atracção terciário da cidade e também o mais forte centro de atracção de tráfego (v. fig. 105).

O pólo (P2), Largo Dr. Bernardo Lopes, ponto de distribuição de veículos e peões, concentração e distribuição de artérias de uso predominantemente comercial e de serviços está ainda directamente ligado à antiga Alcaidaria do Castelo, monumento mais significativo e acessível da cidade e ao Tribunal Judicial (v. fig 98).

O pólo (P3), Largo de S. Francisco, ponto de distribuição do tráfego, de saídas e entradas na cidade (Quarteira, Boliqueime), centro de convívio e religioso (Igreja de São Francisco) (v. fig. 106).

O pólo (P4), a Noroeste, no cruzamento da Rua N. Sª. de Fátima com a Rua Gonçalves Zarco, formado pela Escola Preparatória, a Escola Primária e zonas de desenvolvimento urbano de alta densidade.

O pólo (P5), o parque urbano, a Norte do Monumento a Duarte Pacheco, o terminal rodoviário e serviços públicos e privados, fazem deste ponto um dos mais movimentados da cidade.

O pólo (P6), a meio da Avenida José da Costa Mealha, é já o pólo estruturante da zona de alta densidade populacional e prolongamento do eixo formado pelos pólos (P2 e P1).

O pólo (P7), este pólo com características semelhantes ao pólo (P4) no lado oposto da cidade, a Sudeste, constituído pelo Estádio Municipal, Salão de festas e actividades, Quartel de Bombeiros, Escola Preparatória, duas Escolas Primárias e Jardim de Infância.

O pólo (P8), é um pólo especial, no Largo D. Pedro I, está directamente ligado ao (P1), inclui a antiga Alcaidaria do Castelo o monumento mais significativo, o Tribunal Judicial, diversos equipamentos municipais ligados à cultura e desporto, é a zona da cidade com maior frequência turística (v. fig. 100).

Os pólos (P9, P10) são pólos em formação, actualmente correspondem a cruzamentos de estradas de acesso a Loulé e entre si, como alternativa às vias congestionadas do interior do aglomerado urbano, servindo de circular envolvente de distribuição. Não é estranha a esta situação, a implantação de grandes superfícies comerciais (Modelo), que servem não só a população existente bem como as dos aglomerados urbanos vizinhos, gerando fluxos rodoviários que as vias internas não comportam.

O pólo (P11), é uma rotunda que se encontra em fase de conclusão ligada a uma série de equipamentos, piscinas, Escola Secundária, novo Centro de Saúde, futuro

Tribunal Judicial em construção, Lar para Idosos, Jardim de Infância com centro de actividades de tempos livres, e áreas habitacionais de alta densidade.

3.2.4 Tipologia das Malhas Urbanas

No conjunto urbano de Loulé, podem-se identificar cinco tipos distintos de malhas urbanas principais: orgânica, reticulada, ortogonal, linear e disseminada (v. des. nº9).

A Malha Orgânica, teve origem e desenvolveu-se de uma forma espontânea ou por acrescente de lote a lote, formando vias estreitas e sinuosas, seguindo no entanto determinados critérios consoante a topografia do terreno, a época de edificação e a geometria do conjunto em que se insere.

A Malha Reticulada, caracteriza-se por um desenvolvimento planeado de determinadas zonas a partir da estrutura urbana existente, a qual vai ampliar. Este tipo de malhas justapostas definem nas suas intersecções espaços públicos de articulação, normalmente de forma triangular (Largo Dr. Manuel de Arriaga e Largo de S. Francisco) (v. fig. 21). O reticulado é definido a partir dos caminhos existentes e tendo em conta a estrutura fundiária, definindo quarteirões rectangulares com 35 a 65 metros de profundidade e largura variável.

A Malha Ortogonal , este tipo de malha urbana, também designado por hipodâmica, caracteriza-se por se desenvolver a partir de um eixo, no caso a Avenida José da Costa Mealha (v. fig. 21), formando quarteirões geralmente de forma quadrada com cerca de 60 metros de lado. O desenho urbano deste tipo de malha é geometricamente muito rígido impondo-se às características do terreno.

Malha Linear, desenvolve-se ao longo dos caminhos, que ligam povoações formando espaços canais, e organiza-se num esquema radial, apresentando as construções partes contínuas com grandes logradouros de uso predominantemente agrícola. São exemplos, a parte Norte da Rua da Nossa Senhora da Piedade e a Rua da Marroquia, a Noroeste de Loulé, e a Nascente a Rua Diogo Lobo Pereira e a Rua Afonso de Albuquerque (saída para S. Brás de Alportel, Estoi, Tavira) (v. fig. 21), onde nestes últimos anos foram recuadas as frentes das edificações existentes, para dar lugar a novas construções de três e quatro pisos, alargando por consequência o perfil da via-canal.

A Malha Disseminada, o tipo de ocupação que caracteriza esta malha propõe a implantação livre das edificações de uma forma não directamente relacionada com as vias de circulação, solução de acordo com o espírito resultante da Carta de Atenas de 1933, que propunha a libertação do solo urbano livre para o despontar da " natureza ". Com esta solução urbanística, o conceito de rua com o espaço contínuo edificado de suporte à vida urbana desaparece, as relações sociais que a " rua " proporciona, não existem aqui, não há traçado com continuidade, não há funcionalidade.

Hoje pensamos que aquela experiência não constitui solução credível por não resolver aspectos negativos que os espaços tradicionais, a rua, a praça, tinham solucionados, tais como, os aspectos de relações de vizinhança, segurança dos espaços públicos, fixação de usos do solo não residenciais (lojas, comércios e serviços) e outros de ordem funcional e psicológica.

As nossas vilas e cidades, necessitam de novas soluções urbanísticas, pensadas no conjunto do aglomerado, com a experiência resultante das soluções implementadas, corrigindo erros e tendo sempre presente os valores culturais e as pessoas de cada sítio.

Em Loulé, distinguem-se dois tipos de malha urbana disseminada, a que corresponde aos anos 60 - 70, com uma implantação geométrica de edifícios de tipologia arquitectónica única, de características racionalistas (Bairro Municipal, expansão Noroeste) e a que corresponde aos anos 80 - 90, com implantação mais livre e praticamente não geometrizada dos edifícios, que apresentam tipologias arquitectónicas diferentes, verificando-se ainda o aparecimento de equipamentos, comércio e alguns serviços dentro da zona, em contraste com a que se praticava na solução anterior, onde se apresentavam isolados e situados à margem dos conjuntos habitacionais (v. des nº 9).

3.2.5 Zonas Homogéneas

As zonas homogéneas, caracterizadas por apresentarem as suas estruturas urbanas relacionadas directamente com a sua execução no tempo e no espaço, uma imagem urbana própria e uma vivência que as diferencia das outras estruturas urbanas. Com esta análise, pretende-se possibilitar um controle do uso do solo mais eficaz, através de intervenções e regulamentações para o condicionalismo urbanístico, a aplicar a cada uma destas unidades de planeamento, bem como numa futura gestão, mais racionalizada da área urbana.

As zonas homogéneas, representam também ao nível sócio-económico e da estrutura espacial, uma repartição diferenciada da população e da apropriação do espaço, público e privado dependendo das potencialidades que cada zona oferece.

A delimitação das áreas homogéneas corresponde de uma forma geral às das malhas urbanas já definidas, havendo naturalmente sobreposições a nível das tipologias arquitectónicas, porventura pela posterior ocupação.

Distinguem-se seis zonas principais:

1. Zona urbana dentro de muralhas

Zona condicionada pelas ex-muralhas, rede viária não hierarquizada e orgânica, lotes urbanos muito estreitos de pequena dimensão e na maior parte dos casos com o logradouro ocupado, definindo espaços públicos contrastados dos de rua e largo, tipologias arquitectónicas arcaicas, com excepção da arquitectura religiosa e militar de índole erudita.

Zona de circulação predominantemente muito pedonal, com actividades económicas e de serviços implantados na parte Norte e Nascente; imagem urbana com grandes potencialidades, com dois pisos como média nas construções, que no entanto se encontram em grande número, em mau estado de conservação.

2. Zona a Norte a Poente da Praça da República

Esta zona apresenta características semelhantes à zona interior das muralhas, com malha urbana do tipo orgânica; as actividades económicas implantam-se junto às vias principais, sendo o miolo da zona urbana predominantemente de uso habitacional; tipologias de espaço público limitadas ao espaço de rua; articulação com outras zonas através de largos e praças.

Com a zona anterior forma o conjunto mais antigo designado por casco histórico, apresentando-se em estado degradado, tendo sofrido nos anos 70 - 80 intervenções que constituem autêntico atentado às mais elementares normas urbanísticas.

Nesta zona deve-se considerar uma subzona composta pela Mouraria a Sul da Rua da Corredoura e com continuação, a Rua António José de Almeida e transversais, esta última zona apresentando já um traçado planeado, sendo o uso predominantemente habitacional.

3. Zona Poente

Com malha urbana do tipo reticulada, caracterizada pela geometria das suas ruas e dos espaços públicos característicos que gera, muitas construções de um só piso, pontualmente com três; estado de conservação suficiente; a maioria das actividades económicas encontram-se nas praças e ruas principais, as actividades industriais nas ruas principais e os armazéns na periferia da zona, principalmente no limite urbano; alguns quarteirões com pouca ocupação habitacional, outros subaproveitados.

4. Zona das Avenidas 25 de Abril e José da Costa Mealha

Com malha urbana tipo ortogonal, é dominada em termos de imagem urbana pela Avenida José da Costa Mealha; espaços públicos constituídos pelas avenida e rua; fixação das actividades ao longo das avenidas e junto ao Largo Gago Coutinho, sendo estas as áreas de maior capacidade e animação urbana.

Por questões de escala e desenvolvimento urbano, que ainda não foram resolvidas, verifica-se a existência de grandes problemas de ligação às zonas contíguas quer a nível funcional quer a nível fisico e de imagem; os quarteirões a Nascente e a Norte encontram-se ainda mal definidos, dificultando o funcionamento da avenida; tipologia arquitectónica predominantemente de prédio de habitação colectiva; integra vários serviços e equipamentos de uso colectivo; a Avenida José da Costa Mealha serve de cenário e suporte ao desenrolar do Carnaval.

5. Zona Nascente e Rua Nª. Sª da Piedade

Zona caracterizada pela estrutura linear, cuja imagem apresenta por base a frente urbana cérceas e contínuo edificado ao longo das vias; predominantemente residencial apresenta nas situações de construções recentes, que entretanto têm vindo a ser recuados, comércio e algumas pequenas unidades industriais de manutenção, no piso térreo.

Verificava-se alguns problemas com a circulação, equipamentos e ocupação dos logradouros, bem como a ligação às zonas contíguas.

6. Zona Nordeste e Sudeste de expansão

Estas zonas têm os problemas já referidos nas zonas de malha disseminada, apesar de as construções destas zonas terem a sua implantação planeada, mas na maioria dos casos resultando de loteamentos feitos fundamentalmente em função da forma das propriedades a que se referiam, o que resultou numa grande desconexão e articulação com as estruturas e zonas urbanas existentes.

É notória a ausência de actividades complementares à habitação (embora em alguns casos já previstas ou em construção, como o Tribunal Judicial), de imagem urbana ambígua e desinserida do contexto de Loulé; espaços públicos indefinidos sem garantias ou potencialidades de desenvolvimento de actividades e integração social.

3.2.6 Tipologia do Espaço Público

Os espaços públicos da estrutura urbana de um aglomerado, apresentam tipologias que estão intimamente relacionadas com as malhas urbanas existentes, sendo a componente sensível mais perceptível e caracterizadora do espaço urbano e do aglomerado.

É nos espaços públicos que se desenvolve parte significativa da vida quotidiana dos habitantes tendo portanto carácter funcional, de lazer, recreio e tempos livres, apresentando deste modo um carácter socialmente integrante e funcionalmente integrados.

As tipologias do espaço público com mais significado, em Loulé são: a avenida, a rua (as passagens cobertas e as escadarias públicas), os largos e as praças.

A Avenida

A Avenida José da Costa Mealha é o mais significativo espaço público, imagem preponderante no contexto urbano, inspirada nos "boulevards" franceses do fim do século XIX. Com um perfil de 30 metros e caminho pedonal ao centro, é um ex-libris da cidade de Loulé (v. fig. 47 e 48).

As Avenidas 25 de Abril e Marçal Pacheco, como espaço público deveriam considerar-se ruas, mas devido à função que desempenham na estrutura urbana apresentam o título de avenidas (v. fig. 44 e 46).

As Ruas

O casco histórico de Loulé tem como imagem dominante as ruas, de perfil estreito, com pequenos troços rectilíneos, característico da tipologia mais antiga, desembocam noutras ruas ou em pequenos largos ou praças (v. fig. 55 a 83).

As escadas são um caso particular da rua, aparecendo onde o relevo é mais acentuado e naturalmente onde foram construídos túneis e caminhos (v. fig. 91 e 92).

As ruas mais tradicionais apresentam em muitos casos túneis ou passagens cobertas por arco de volta inteira, abóbada ou abobadilha de alvenaria, construídas superiormente ou apenas deixando passagem de um a outro lado da via (v. fig. 84 a 89).

Os caminhos, no caso do casco histórico de Loulé, são uma tipologia, do espaço público muito específica , própria da transição entre espaço urbano e espaço rural (v. fig. 92).

De uma forma geral são percursos ladeados por muros de pedra ou taipa, tipo azinhaga, delimitando o cadastro dos prédios rústicos, com pavimento em terra batida.

Largos e Praças

A definição de largos e praças , em Loulé não é clara, talvez por uma questão de prestígio em relação à cidade, mas poderá também ser por critérios de caracterização dos espaços.

Os largos e as praças podem ser espaços envolvidos por edificações total ou parcialmente, sendo a praça o espaço mais bem definido e espacialmente encerrado, onde desembocam normalmente duas vias, situação estática, como que uma sala de habitação, tendendo naturalmente para uma planta quadrada (v. fig. 96 e 97). O largo, espaço menos definido, mais aberto, terá pelo menos dois lados edificados, poderá ter duas entradas, ou uma entrada e uma saída, sendo por isso essencialmente dinâmico, como o corredor de uma casa, tendendo portanto para uma forma rectangular ou triangular (v. fig. 100 a 107).

De acordo com estes critérios teremos em Loulé as seguintes praças: Dr. Manuel de Arriaga, Afonso III, Dr. Bernardo Lopes e São Francisco e os seguintes largos: Tenente Cabeçadas, D. Duarte I, da Igreja Matriz e João XXII.

3.2.7 Análise da imagem urbana

A actual imagem e estrutura urbana de Loulé, permite-nos verificar as suas fases de evolução, bem como muitos dos elementos estruturantes que através dos tempos condicionaram e caracterizaram o seu desenvolvimento.

A imagem que caracteriza a cidade, proporciona-nos através da sua simples leitura o conhecimento da sua evolução, da sedimentação do sítio e das culturas próprias de cada época histórica, traduzindo-se em elementos simples, paradigmáticos dessas épocas, verdadeiros símbolos da sociedade que os produziu.

Apresentando-se ainda hoje como símbolos da memória colectiva, não se enquadram nos valores da sociedade de hoje, não deixando no entanto de continuar a condicionar fortemente os novos modelos da estrutura urbana.

O Sítio

A morfologia do terreno, o clima, os talvegues e a acessibilidade, constituíram a estrutura que deu suporte à implantação do aglomerado de Loulé, protegido a Norte e Nascente / Sul por um sistema colinar de cotas superiores a 300m e com implantação num para-planalto sensivelmente à cota 170m, em solos de boa aptidão agrícola.

O envolvimento da serra e sua forma, as Campinas e a vista sobre o litoral caracterizavam a imagem do espaço de então, espaço aberto de longos horizontes e de óptima exposição a Sudoeste.

O Castelo e as Muralhas

A localização e edificação do Castelo, primeira construção certamente a ser edificada, marca para sempre todo o desenvolvimento no território envolvente, implementando caminhos e vias tão significativas que a maioria chegaram aos nossos dias, sendo em muitos casos suporte e elementos dinamizadores das estruturas urbanas que conhecemos. É de referir como exemplos a estrada romana que por Rosal e Almancil ligava a Quarteira (hoje não utilizada) e de que fazia parte a ponte romana situada a Sul de Loulé.

A Norte, com as construções extra-muros que se desenvolveram junto de vias e caminhos, que constituíram a estrutura viária de aproximação acabando por formar o centro de comércio e social, ainda hoje o principal pólo comercial e social de Loulé.

A Sul, a Mouraria, pequena estrutura urbana, localizada fora das muralhas (cidade cristã), hoje com pouco significado e já descaracterizada.

A Poente, a área por se destinar ao Rocio, zona húmida para agricultura não foi por isso ocupada para outro fim.

A Nascente, a ocupação foi feita pelos dois conventos e respectivas cercas.

Os marcos urbanos mais significativos seriam então, a muralha, os torreões e a Igreja Matriz, a Alcaidaria, construção importante, não teria ao nível da imagem urbana tanto significado, sendo no entanto importante ao nível civil.

A imagem urbana é caracterizada ainda, pelo traçado viário e pelas construções limítrofes geralmente de um piso, definindo um contínuo edificado estreito e sinuoso - as ruas, desembocando nas portas da muralha, ou na praça da actual Igreja Matriz. A estrutura fundiária é composta por pequenos lotes, sendo os logradouros de pequena

dimensão ou inexistentes, sendo a vida quotidiana processada em parte no espaço colectivo da via pública.

Ao nível da imagem urbana podemos ainda considerar com interesse, a escala humana, diversificação dos espaços, sinuosidade e fluidez dos percursos com recantos e situações que nos proporcionam agradáveis surpresas e curiosidades, multiplicidade nos pormenores e tipologias arquitectónicas predominantemente de índole popular.

Expansões Urbanas Século XX

A expansão a Poente, no princípio do século, é um desenvolvimento por extensão de novas partes, planeado, definindo lotes, onde se distingue duas malhas reticuladas com contacto e articulação através de largos de forma triangular (Praça Manuel de Arriaga e Largo de S. Francisco) (v. des. nº 15).

A imagem urbana apresenta-se com ruas de traçado geométrico articuladas por largos e cruzamentos, sendo os largos, por excelência os elementos de referência espacial.

A expansão a Nascente, Avenida José da Costa Mealha por volta de 1920, é inspirada nos modelos importados, das grandes avenidas haussmanianas - o "boulevard" - reflexo da sociedade burguesa e urbana em ascensão.

A Avenida apresenta agora lotes urbanos de maior dimensão, edifícios com mais pisos, previligia-se o tráfego rodoviário, sendo o espaço central destinado ao passeio pedonal, lazer e exibição, o coreto situado à altura no actual Largo Gago Coutinho, (v. fig. 47) animaria a vida urbana da avenida, hoje encontra-se sensivelmente a meio da mesma.

De perfil significativo, de grande dimensão para a época, uma vez que só foram edificadas as frentes urbanas sobre a Avenida, onde pontificaram edifícios de qualidade arquitectónica quer particulares quer de interesse público, como o cineteatro Louletano, prestigiando o espaço, contribuindo de uma forma concreta para as novas necessidades de conforto urbano e vida de sociedade de gosto romântico, traduzido na "promenade", possui o largo ladeado por árvores no espaço central da avenida (v. fig 49 a 54).

Da mesma época, portanto dentro do mesmo sentimento romântico foi edificado o mercado de estilo "neo-árabe", entre a Câmara Municipal e o inicio da Avenida (v. fig. 114).

A Avenida José da Costa Mealha é então o principal símbolo de progresso, que verdadeiramente, nunca chegou a acontecer, como se pode deduzir dos poucos quarteirões limítrofes edificados.

A ligação com malhas urbanas pré-existentes e com novas, tem vindo a ser feita com algum cuidado, mas o muito deficiente acabamento da Avenida, que ainda hoje perdura, dissipada por pequenas ruas, com diversas direcções esboçando um espaço com pouca afirmação espacial.

O Monumento a Duarte Pacheco

A construção do Monumento em memória do Engenheiro Duarte Pacheco, tem o significado de exaltação dos valores que a sociedade de cada época histórica, necessita de exprimir na estrutura urbana, dignificando o aglomerado e os seus cidadãos.

Para o efeito é prolongada a continuação da actual Av. Marçal Pacheco, proporcionando numa visão com profundidade sobre o monumento, um dos principais marcos visuais da cidade.

No aspecto funcional dentro da estrutura urbana, o monumento é pouco significativo, marcando apenas a entrada do parque urbano. Ao tempo ainda se pensou desenvolver na zona um centro cívico, de que são exemplos os edifícios da Caixa Geral de Depósitos, dos C.T.T. e o do Centro de Saúde, hoje ocupado por serviços da Câmara (v. fig. 44).

Estrutura da Imagem Urbana

Ao nível da estrutura da imagem urbana (v. des. nº 6) podemos identificar e caracterizar os seguintes elementos fundamentais:

1- A presença visual do barrocal sobre a área urbana a Norte, presença ainda sentida em várias zonas do aglomerado, e da campina a Sul.

2- Limite urbano bem marcado, assim como os caminhos de aproximação e entradas "portas da cidade".

3- Pontos de referência bem definidos, proporcionando fácil movimentação e mapa mental do aglomerado: Torre da Igreja Matriz, Monumento a Duarte Pacheco, Torre e Alcaidaria, Igreja de S. Francisco, edifícios da Urbanização Miraserra (apesar da forma negativa que marca a paisagem), Igreja da Nossa Senhora da Piedade, Praça Dr. Bernardo Lopes, Largo Gago Coutinho e Largo de S. Francisco.

4- Os equipamentos e serviços públicos que funcionam como áreas de referência, quer pela posição estratégica ou dimensão que ocupam no espaço urbano, quer pela sua arquitectura.

5- As zonas urbanas com carácter homogéneo, quer tipológica quer morfologicamente (v. des. nºs 9 e 10).

6- Os enfiamentos visuais, as vistas panorâmicas sobre a serra e sobre o mar.

Ao nível dos pormenores e das particularidades da imagem urbana, deve ser realçado o património arquitectónico ainda existente, especialmente o de índole popular, com especial incidência nas zonas definidas como casco histórico de Loulé.

Estas áreas têm de ser motivo de verdadeiros estudos de reabilitação e revitalização, contribuindo para um correcto e bom funcionamento da estrutura urbana, visando não só os aspectos funcionais e físicos como também os sócio-económicos.

A formação de grupos de técnicos que em conjunto com os serviços técnicos da Câmara, neles integrados ou não, que em permanente contacto com a população e o espaço físico, é a chave para a implementação de todas as boas intenções, políticas, planos e regulamentos.

3.3 Estudos / Planos para a zona urbana

No último quartel do século XIX aumenta a ocupação a Sul (área da Rua António José de Almeida) e a Poente a Urbanização do Olival de São Francisco (v. des. nº 9), constituem as primeiras grandes intervenções urbanas planeadas. Trata-se de uma expansão com base numa estrutura de malha reticulada, determinada a partir da estrutura urbana existente, a qual vai ampliar. Estas malhas justapostas definem na sua articulação, espaços públicos de forma quase sempre triangulares.

Segundo projecto de intervenção, da Direcção das Obras Públicas do Distrito de Faro, com levantamento e desenho do condutor de 3ª classe Joaquim José Rafael Pinto, é projectado fazer as ruas que deveriam ligar as estradas distritais nº 129 e 130. Felizmente só foi executada a parte do projecto respeitante à Av. Marçal Pacheco, tendo ficado por executar a rua paralela pela parte Norte à Praça da República, o que teria destruído grande parte da malha urbana a Norte da referida praça, nomeadamente a Rua dos Arcos, actual Rua Filipa de Vilhena. Esta intervenção é contudo significativa no desenho da cidade, tendo por consequência, sido destruídos dois solares no alto da Praça de Loulé, a Capela de Nossa Senhora do Carmo e os respectivos restos das muralhas,

desaparecendo ainda um pequeno quarteirão definido pela Ruas dos Grilos e a Travessa do Ricardo é alargado com as necessárias demolições, ficando o Largo dos Inocentes ligado com a Praça de Loulé (v. fig. 18).

No primeiro quartel do século XX, novas e importantes transformações no tecido urbano se verificam, nomeadamente na zona central com a construção do Mercado Municipal de estilo "neo-árabe", da autoria do Arquitecto Mota Gomes, e ruas adjacentes, projecto adjudicado em 1904 e concluído em 1907 (v. fig. 114).

Em sessão Municipal de 20 de Março de 1907, é apresentado um plano de transformação do Rocio e Horta D' El Rei, num recinto ajardinado com amplas ruas e avenidas ligadas à parte de cima da Vila por um sistema de escadarias rasgadas e espaçosas (plano não concretizado).

Em 1953, é inaugurado em Loulé o monumento em memória do Engenheiro Duarte Pacheco, da autoria do Professor Cristina da Silva e onde participaram muitos escultores de grande prestígio nacional.

Nos anos 50, foram elaborados dois Planos para a globalidade da área urbana, importante para a compreensão da estrutura e respectiva imagem urbana da cidade de Loulé, marcando fortemente a imagem mental da realidade, ainda que não implementados ou edificados totalmente.

O primeiro plano data de 1953 e o segundo de 1958, sendo este uma "modernização", segundo os "novos princípios" do urbanismo e uma solução para os problemas postos pela Câmara Municipal, ao plano anterior.

Os planos eram entendidos como um produto acabado a ser realizado ao longo dos anos de uma forma rígida, à margem da quase totalidade das populações, sem condições por parte da Câmara, quer ao nível técnico quer ao nível financeiro, sem força legal, por não serem superiormente aprovados. Estes condicionalismos eram propícios ao não cumprimento dos objectivos traçados nos planos, constituindo as principais razões que levaram à sua não concretização, ou forte adulteração.

No entanto, alguma coisa resta no plano físico e funcional, verificando-se que qualquer leitura da cidade passa pela análise destes planos, principalmente pela compreensão da estrutura proposta, tipo de sociedade e vida urbana prevista e de como o progresso e o desenvolvimento social e económico se traduziriam em termos espaciais e da imagem urbana.

Ante-Plano de Urbanização da Vila de Loulé
Arquitecto Eurico Pinto Lopes - 1953 / 55

Programa do Ante-Plano:(v. des nº 18)

- Descongestionamento do trânsito devido ao tráfego inter-urbano.
- Excepcional importância do traçado da nova zona residencial a Norte da Avenida Costa Mealha.
- Inexistência, e proposta, de parque de recreio e centro de desportos
- Necessidade de novos edifícios públicos assim como a ampliação da Central de Camionagem.

Elementos Fundamentais do Ante-Plano

- zonamento geral: Zonas Residenciais, Centro Cívico e Comercial, Zonas Mistas de Residência[10] e comércio, Parque e Centro Desportivo, Zona Industrial, Zona Agrícola e Zona de Reserva.

Vias de Comunicação

Em resumo, propunha-se um anel circulatório em redor da zona histórica, e englobando as áreas de expansão urbana, ao qual iriam derivar as vias inter-urbanas.

Além disso, garantiam-se dois atravessamentos Norte-Sul do aglomerado, à esquerda e à direita do Castelo.

Comentário da Câmara Municipal ao Ante-Plano proposto

A análise e observações da Câmara Municipal em relação ao Ante-Plano proposto assentavam fundamentalmente nos seguintes aspectos:

- Respeita tanto quanto possível o existente
- Propõe uma boa localização da indústria mas com dificuldade de acesso imediato. Como alternativa propunham-se espaços livres em subúrbios devidamente regulamentados.
- A zona de reserva escolhida devia ser ocupada imediatamente devido às suas potencialidades.
- Propunham-se jardins na área central para além do Parque Municipal, de localização excêntrica.

[10] Aqui será de salientar o lote para moradias isoladas 300m² e das moradias contínuas geminadas 200m².
Na zona agrícola, o lote edificável mínimo é de 5000m²

- As grandes e boas vias de comunicação de custo elevado para o Município só poderiam ser implementadas com a ajuda do Estado.
- *"Certo número de arruamentos secundários poderiam evitar-se, o que traria vantagem económica para a Câmara, sem prejuízo de maior na divisão dos lotes (p.c.) no arruamento paralelo à Avenida Costa Mealha".*
- No que respeitava aos edifícios públicos "não (se)afigura aceitável o de dispor a quase totalidade daqueles edifícios ao longo da Avenida General Carmona (Avenida 25 de Abril)" pois já existem "edifícios cuja expropriação seria muito onerosa".

Conclusões

O Ante-Plano de Urbanização de 1955, é um plano datado, quer pelos princípios de urbanismo que utiliza, quer pela marcação do espaço que conseguiu.

Ao nível urbanístico tirou o melhor partido da Avenida existente, propondo uma malha com base em quarteirões a partir desta, dinamizando-a e animando-a. A Noroeste adoptava-se igualmente a malha de quarteirões dando continuidade a situação já iniciada.

Ao propor zonas para indústria, o Parque Municipal e um Centro Cívico, rede viária desafogada e bem marcada, demonstra preocupação em zonificar o território urbano.

Da marcação do espaço conseguido, chegou-nos até hoje, a localização de equipamentos colectivos, como a Escola Primária contígua e o Infantário, parte do dominado Centro Cívico (Avenida 25 de Abril), o Parque Municipal, bem como algumas soluções rodoviárias.

É de salientar a localização proposta para os edifícios públicos em locais centrais ou estratégicos e a proposta da grande via e da escadaria monumental (barroca) que saindo da Praça Dr. Manuel de Arriaga iria terminar na Igreja de Nossa Senhora da Piedade.

O Plano definia duas ou três tipologias construtivas que seriam utilizadas nos lotes para construção já definidos ao longo dos arruamentos.

Os grandes princípios do urbanismo da Carta de Atenas eram adaptados a uma situação concreta, com os meios disponíveis e tradicionais de construir a cidade.

Estudo Orientador do Ante-Plano de Urbanização de Loulé
Arquitecto Manuel Laginha - 1958

O Ante-Plano de Urbanização de Loulé, da autoria do Arquitecto Eurico Pinto Lopes foi, através de um parecer da D.G.S.U. datado de 1954, revisto por este organismo (Direcção de Melhoramentos Urbanos) pelo Arquitecto Manuel Laginha que, em 1958, apresenta um Estudo Orientador do Ante-Plano de Urbanização de Loulé. Este estudo baseava-se: (v. des nº 18)

- Num exame e complemento dos elementos de inquérito e análise já apresentados.
- Na apresentação de um programa de desenvolvimento assente na previsão de um acréscimo populacional.
- Na justificação da escolha dos terrenos de expansão e da estruturação urbana adaptada.
- E finalmente, na justificação das soluções de pormenor (adaptadas nalgumas áreas). Juntar-se-ia ainda um Regulamento de Execução.

Contabilizaram-se 13 ha de área de expansão residencial, baseados no aumento populacional e numa densidade média de 100 hab/ha (número relacionado com o existente), não se tendo entrado em linha de conta com o novo Centro Cívico, nem com o Campo da Feira, (7 ha), nem as áreas destinadas à indústria e à Escola Técnica. Neste aspecto, o plano introduz novas tipologias arquitectónicas nomeadamente os edifícios em banda independentes da rede viária, e as moradias unifamiliares isoladas inéditas até então, ou em banda mas em "dente de serra".

Em relação à estruturação das outras zonas urbanas saliente-se:

- A extensão do Centro Cívico para Norte, propondo uma praça com colunata. *"Pretende conferir à vila um "core" pela primeira vez com a dignidade de uma praça regular aberta - espécie de salão nobre, no caminho directo para o Parque"*. A estação Rodoviária encontrar-se-ía contígua.
- A previsão de duas zonas de indústria diferenciadas: ligeira e "pesada", a Sul e Poente do aglomerado.
- A ampliação do Parque, assim como a ampliação do Jardim dos Amuados, passando a incluir um acesso público até ao miradouro alto existente sobre a ruína da antiga muralha, e a criação de pequenas clareiras verdes nas áreas de expansão residencial (v. fig. 7).

As principais vantagens deste segundo Ante-Plano em relação ao primeiro são:

- A proposta de atravessamento Norte/Sul do aglomerado rematando arquitectonicamente o início da Av. José da Costa Mealha.
- A proposta de um espaço público de praça no Centro Cívico, respeitando as escalas envolventes, nomeadamente a do monumento a Duarte Pacheco, e criando um local de convívio e reunião no Centro do aglomerado, ambas as soluções infelizmente hoje já inviabilizadas.

Plano de Pormenor da Expansão Nordeste de Loulé

Arq. José Manuel Norberto - 1976

Em 1962, é elaborado um Plano de Pormenor da Expansão Nordeste de Loulé que mais tarde é integrado num Plano Geral de Urbanização da Vila como "área de urbanização oficialmente consentida".

Em Junho de 1976, integrando movimentos sociais que têm como objectivo a resolução do problema habitacional, em Loulé, é mandado executar um outro plano de pormenor com cerca de 11 hectares adoptando o mesmo título.

Este último plano propunha a construção de 500 fogos e alguns equipamentos de interesse para a cidade como a Escola do Ciclo Preparatório, Quartel e instalações dos Bombeiros, Centro de Apoio à 3ª Idade, Escolas Pré-Primária e Centro de Ocupação de Tempos Livres, zonas comerciais, etc.

Estava subjacente ao plano a possibilidade de a Autarquia promover o lançamento duma operação, que permitisse *"fazer face aos graves problemas do desemprego no sector da construção civil e, através das cooperativas de habitação, canalizar pequenas poupanças para o relançamento desta indústria"*.

O Plano de Pormenor é apreciado e informado por diversas entidades do governo central, de que se destaca:

Em 14 de Julho de 1976, a Secretaria de Estado do Ambiente, emite o seguinte parecer:

" Tendo-se verificado que se trata duma indispensável expansão edificada dentro duma malha urbana numa área já como tal considerada, julgamos que não há inconveniente no plano apresentado, apesar de ocupar terrenos da Classe A.

Há, no entanto, que garantir a existência de 10 m² / hab de espaço verde integrado na nova expansão que não deverá também exceder cérceas superiores a três pisos".

Em 21 de Abril de 1977, o parecer da Comissão de Revisão da Direcção dos Serviços de Planeamento Urbanístico, conclui:

"O presente plano poderá ser aprovado para efeitos de declaração de utilidade pública e consequente expropriação sistemática dos terrenos situados na área do estudo.

Recomenda-se que o ulterior prosseguimento do plano seja feito através de planos de pormenor e de acordo com o Artº 2º do Decreto nº 561 / 71 de 17 de Dezembro".

Parecer esse que merece o acordo Ministerial de 18 de Maio de 1977.

A declaração de utilidade pública, com o carácter de urgência para as expropriações e autorização para a posse administrativa dos terrenos necessários à concretização do programa a realizar, é publicada no Diário da República de 1 de Outubro de 1977.

Como consequência destes pareceres e do despacho Ministerial é elaborada a versão definitiva do Plano de Pormenor da Expansão Nordeste de Loulé - 1978.

Neste último plano são introduzidas algumas alterações no tipo de equipamento previsto.

É agora considerado, o Tribunal, o Mercado Municipal e a Esquadra da P.S.P..

Como é evidente os pareceres emitidos, e as alterações propostas pela Câmara, vem obrigar a alterar significativamente o Plano inicial.

Assim o Plano estrutura-se através duma malha não regular constituída por 3 paralelas e 2 perpendiculares à Avenida da Costa Mealha. Uma rua de peões duplica e prolonga a via central, garantindo a ligação das várias peças dos equipamentos entre si e com o aglomerado utilizando a área comercial.

No que se refere à ocupação edificada, completa-se o sistema de "quarteirões" e é proposta uma nova estrutura urbana pretendendo recuperar o sentido de rua com o espaço social e prolongamento da casa, definindo-se uma sequência de espaços diferenciados, estreitamentos e alargamentos, canais, largos e praças com a intenção do uso do espaço exterior à habitação, de percursos com perspectivas diversificados.

Ao nível dos espaços verdes é proposto um zonamento de áreas verdes composto por três núcleos principais ligados entre si por caminhos pedonais que envolvem os principais equipamentos, Mercado, comércio e Tribunal, Centro de Apoio à 3ª Idade, Jardim de Infância e Centro de Apoio aos Tempos Livres.

Conclusão

Este plano tem vindo a ser executado nos últimos anos, sobretudo a parte relativa às construções, habitação social, promovida pelas Cooperativas de Habitação e os equipamentos descritos dos quais só o Tribunal Judicial ainda está em construção. Os espaços exteriores não se encontram executados, impossibilitando uma visão real das intenções dos projectistas, apresentando antes um aspecto degradado e pouco aliciante.

Plano Geral de Urbanização de Loulé
Carlos Duarte, José Lamas, Ldª - 1985

O P.G.U.L., tinha como principais objectivos: (v. des nº 19)
- Incremento do papel do centro urbano a nível regional
- Melhoria geral das condições de vida do centro urbano
- Criação de áreas de expansão para as funções e actividades a desenvolver

A filosofia do Plano, considera que Loulé é um aglomerado com profundas raízes históricas, o que obriga a que o P.G. U. L. apresente propostas que contemplem de uma forma harmoniosa e integrada a estrutura urbana existente, com a expansão e reequilíbrios a propor.

Tendo em conta a análise efectuada e definidas as características especificas, sócio-económicas, de estrutura e imagem urbana, propõe-se um tipo de desenvolvimento da estrutura de Loulé baseado nos seguintes princípios:

- Uma reestruturação urbana assente nos vectores de conservação e recuperação, integração e expansão.
- Centro Direccional, uma vez que o centro urbano de Loulé se encontra congestionado, propõe-se um desenvolvimento incentivando a ocupação direccional das principais funções e actividades urbanas ao longo de um eixo Poente-Nascente, coincidente com a melhor acessibilidade viária.
- Defesa das Áreas Rurais envolventes
- Imagem Urbana
- Rede Viária
- Equipamento Colectivo

- Espaços Públicos

- Perímetro Urbano

O crescimento estimado para uma área de 394 ha, corresponde a um acréscimo em relação à área já ocupada, da ordem dos 220 ha.

Como proposta para a preservação e salvaguarda do património, aponta a população residente como factor determinante para o sucesso de qualquer intervenção, sistematizando as medidas de carácter cultural que dizem respeito ao espaço e objectos na área do Plano, nos seguintes pontos base: o sítio, a estrutura urbana, as unidades morfológicas e tipologias arquitectónicas e ainda os monumentos e objectos classificados.

Ao nível da estratégia do Plano, toma como inevitável a definição de uma metodologia de implementação que para além da resolução dos problemas mais graves e imediatos enquadrem todas as intervenções previstas numa visão global do crescimento urbano, como contributo para uma correcta organização da estrutura e vida urbana.

Prespectiva-se, deste modo o Plano como um processo de planeamento dinâmico e contínuo, mais como meio de gestão e acompanhamento do processo de crescimento urbano.

Ainda como estratégia de implementação do Plano, são definidas três fases a desenvolver no tempo, curto, médio e longo prazo (v. des nº 18).

O P.G.U.L., termina com um regulamento suficientemente pormenorizado de forma a enquadrar as estratégias definidas nas suas propostas.

Conclusão

O P.G.U.L., é um Plano executado nos primeiros anos da década de 80, estando portanto sujeito às consequências das políticas e relações entre entidades da época. Nunca veio a ser superiormente aprovado, não permitindo, portanto, à Autarquia uma gestão independente por um lado, nem impor-se aos interesses menos claros dos jogos do mercado por outro. De uma outra forma, também veio a ser vítima de outras estratégias ao nível do Planeamento Regional e Urbano que então se delineavam , como por exemplo o Plano Regional de Ordenamento do Algarve, executado pela Comissão de Coordenação da Região do Algarve, e toda a estratégia política, económica e social a que o PROTAL deu origem, condicionando de uma forma muito apertada toda a gestão autárquica e a execução dos Planos Directores Municipais, que acabaram por exprimir

mais as estratégias e políticas do governo central, via CCRA, e Comissões de Acompanhamento do que as vontades das populações a quem directamente diziam respeito, representadas pelos respectivos orgãos autárquicos democraticamente eleitos.

Plano de Pormenor / Centro Histórico de Loulé
Carlos Duarte, José Lamas, Ldª - 1986

O Plano de Pormenor resulta das conclusões do P. G. U. que apontavam para especiais cuidados a ter, nas intervenções ou construção nesta zona, bem como num conjunto de propostas urbanísticas e sócio-económicas definidas por um regulamento da ocupação do solo bastante rigoroso.

Considerando, que a defesa e valorização do património arquitectónico e artístico é um dos principais problemas e desafios postos ao urbanismo, a todos os técnicos e organismos públicos, defende que o objectivo principal de defesa do património arquitectónico e urbanístico deve ser colocado em termos urbanos, "Sendo a cidade, as suas formas e os seus edifícios o espelho e repositório do trabalho, cultura e esforço das gerações passadas, é o património construído que caracteriza especificamente uma cidade, o que para além das suas gentes, a distingue de outras, a individualiza, testemunha a sua cultura e modo próprio de viver dos seus habitantes. São valores culturais que se referem a uma história, a uma memória colectiva, a um ambiente, a uma estética e a tradições específicas".

Defende ainda que *"o problema da conservação do património é antes de mais uma atitude cultural. Uma sociedade culta, ou determinado grupo social culto - terá, obviamente, interesse na preservação do seu património"*.

Como principais intervenções o Plano de Pormenor propõe intervenções nos seguintes níveis:

- Estrutura e Malha Viária
- Rede Viária
- Valorização do Património Histórico Arquitectónico
- Criação de Novos Serviços e Equipamentos Colectivos
- Criação de Novas Áreas de Verde Urbano Público
- Infraestruturas
- Regulamento do Núcleo Histórico de Loulé

O Plano de Pormenor considera ainda numa perspectiva de preservação e reabilitação urbana como filosofia orientadora duas linhas de acção: a salvaguarda activa, através da participação das populações na construção da sua cidade e a conservação integrada que pressupõe uma interligação entre o Plano Geral de Urbanização *"onde antigo e moderno são parte integrante de um único processo de desenvolvimento urbano"*.

O regulamento, como instrumento de Gestão Urbanística, pretende sobretudo fornecer alternativas reabilitadoras, através de acções pedagógicas junto das populações e técnicos intervenientes.

Centro de Loulé / Estudo da Salvaguarda e Inserção Urbanística
Carlos Duarte, José Lamas; Ldª - 1986

O presente estudo teve como objectivos fundamentais:

1- A salvaguarda do Castelo, recuperando as suas diversas partes constituintes: panos da muralha, adarve, torres, portas e a organização do seu espaço interno.

2- A valorização do Castelo no seu meio de inserção (natural e construído)

3- A valorização do meio de inserção do Castelo - a envolvente. Tecido urbano e monumento entendidos como parte de um todo orgânico.

O estudo prevê que as propostas a apresentar não sejam mais que hipóteses pontuais e alternativas de intervenção, cuja validade deverá ser posteriormente confirmada, antes da sua implementação, com base em investigações arqueológicas "in loco" a levar a efeito.

Como conclusões apontam-se como medidas o levar a efeito a curto prazo as intervenções referentes à identificação, protecção e conservação do monumento no seu aspecto mais lacto, através de inúmeras operações, que define no estudo.

Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Loulé

G.T.L. / C. M. Loulé , coordenação Arq. Paulo Estremoz - 1994 (incompleto)

O Gabinete Técnico Local, da Câmara Municipal de Loulé, foi criado por protocolo, estabelecido entre a Direcção Geral de Ordenamento do Território, a Comissão de Coordenação da Região do Algarve, a Delegação Regional da Secretaria de Estado da Cultura e a Câmara Municipal de Loulé, na sequência de candidatura apresentada para a reabilitação urbana, de uma área de 335 000m², da cidade de Loulé, ao abrigo do programa de recuperação de áreas urbanas degradadas, P.R.A.U.D.

O trabalho do G.T.L. teve inicio em Maio de 1993 e veio a apresentar em Junho de 1994, a primeira fase, de parte dos trabalhos que se propunha realizar, constituindo a Análise, Diagnóstico e Medidas Preventivas para a parte da área em estudo, não tendo no entanto, ultrapassado estes estudos, mais uma vez, as áreas dentro das muralhas, quer por falta de meios, quer pela não renovação dos contratos com os técnicos, o que levou à extinção do referido Gabinete.

Plano Director Municipal

Serviços Técnicos da C. M. Loulé - 1994

A Assembleia Municipal de Loulé aprovou em 22 de Outubro de 1994, o respectivo Plano Director Municipal. (v. des nº 1)

Aquele foi ratificado em Conselho de Ministros, Resolução nº .81/95 de 24 de Agosto, encontrando-se portanto eficaz.

O P.D.M. tem por objectivos:

a) Promover o desenvolvimento integrado do concelho, através da distribuição racional das actividades; da implementação de infraestruturas, de equipamentos e de uma política de solos que contribua para a resolução das carências habitacionais;

b) Protecção dos recursos naturais e culturais, com vista à melhoria de qualidade de vida das populações;

c) Valorizar:

- O turismo, no litoral e no interior do Concelho;

- A indústria transformadora;
- A agricultura e pescas;
- As áreas ecológicas mais sensíveis;
- As áreas urbanas e urbanizáveis;

d) Garantir um futuro de qualidade para o Concelho, através da defesa dos interesses dos munícipes e agentes económicos.

No regulamento do P.D.M. de Loulé, no Artigo 12°., define os condicionamentos decorrentes do regime de protecção do património edificado, constituindo apenas um enumerar da legislação geral em vigor e aplicável.

O Artigo 26°. *"Áreas Urbanas de interesse cultural", regula os princípios a que devem obedecer a manutenção das características das malhas urbanas dos aglomerados existentes, depois de a Câmara Municipal as definir como "áreas de interesse cultural".*

O capítulo XII é todo ele dedicado à definição, localização e regulamentação dos *"Espaços Culturais", no artigo 59°. parágrafo 10 alínea a) define como espaço cultural de entre outros, a Zona Histórica de Loulé",* no parágrafo 2, *"Estes espaços, são importantes do ponto de vista histórico, cultural e ambiental devendo ser preservadas as características das malhas urbanas, as características arquitectónicas dos edifícios de maior interesse e protegidos os imóveis classificados e a clarificar",* os parágrafos seguintes regulam de uma forma mais pormenorizada as intenções já expressas.

Conclusão

Não se pretende fazer um resumo ou comentário ao conjunto do PDM, mas deve ser sublinhado, a preocupação expressa nele da protecção das malhas urbanas com interesse histórico e cultural, como forma de perpetuar o património construído e desta forma salvaguardar a nossa identidade civilizacional, transmitindo às gerações vindouras a razão da sua existência.

4. estudo do caso

o problema do interface centro histórico, malha urbana limítrofe

4. Estudo do Caso: O problema do interface Centro Histórico, Malha Urbana Limítrofe

4.1 A área em estudo divide-se em duas partes, uma a zona interior às muralhas, outra a estrutura urbana situada a Norte e Noroeste, tendo como eixo e interface o alinhamento constituído pela Rua da Barbacã, Largo Bernardo Lopes e Praça da República (v. des. n° 7).

Alguns destes estudos têm sido feitos, ao longo do tempo sobre o Centro Histórico, estudos que nunca ultrapassaram os limites das muralhas, situação sintomática das preocupações e conceitos que têm estado subjacentes às preocupações com as áreas históricas limitadas pelas muralhas ou o que delas restam, não tendo sido por conseguinte, considerado com o necessário interesse as áreas limítrofes, malhas urbanas com o mesmo interesse histórico.

4.2 O Centro Histórico e as Áreas em Estudo

4.2.1 Morfologia do Terreno - Topografia e Exposições

A área urbana em estudo, implanta-se de um modo geral entre as cotas altimétricas 160 e 170 metros, com um desnível até 15 metros, com exposições solares predominantemente a Sul e Poente, com algumas pequenas zonas com exposições a Noroeste e Sudoeste. A Poente, coincidindo com o traçado das muralhas, verifica-se um desnível de cerca de 15%. Da mesma forma se apresenta a implantação do Castelo, num único planalto, sobranceiro sobre o Vale do Rocio, apresentando-se como uma figura defensiva, em cunha.

Há, portanto, uma relação directa entre as muralhas e o Castelo e a morfologia do terreno.

A Norte do Castelo, um outro desnível mais acentuado, deu origem a uma morfologia urbana característica, um anfiteatro virado para Sudoeste.

Tendo em conta a forma orgânica como a muralha e o Castelo se implantam no terreno, percebe-se como a estrutura urbana da zona histórica, foi condicionada, a que se deve acrescentar a localização das antigas portas das muralhas. Também o espaço de circulação envolvente às muralhas, vem definir zonas urbanas distintas, de expansão: a zona a Norte da Praça da República, a zona interior e adossada ás muralhas e zona Sul (Mouraria)

Tendo ainda em conta que as muralhas funcionam como barreira à permeabilidade urbana, são a morfologia do terreno, o traçado das muralhas e as suas portas, os principais elementos estruturantes da zona histórica de Loulé.

Devemos realçar a correlação existente entre o traçado da rede viária e a morfologia do terreno e desta com a malha urbana. Verifica-se a tradicional coerência das zonas históricas que a tipifica e harmoniza conjugando a tipologia edificatória, morfologia urbana e morfologia do terreno.

4.2.2 Estrutura do tecido urbano

Malha Urbana

A Sul da Praça da República encontramos fundamentalmente a zona limitada pela antiga muralha e construções adossadas, apresentando-se a malha urbana de forma orgânica, formada por quarteirões limitados por vias estreitas com orientação predominantemente N/S e NE/SO (ver fig. 24 a 27), desembocando quase sempre nas antigas portas da cidade (fig. 2)

A área urbana a Norte e Poente do alinhamento definido pela Rua da Barbacã e Praça da República pode dividir-se em duas situações diferentes no tempo e no espaço. A primeira situação limitada pela Rua de Portugal e a Praça da República (a Norte) de ruas estreitas, ladeadas por construções de habitação com um piso e por vezes dois pisos (de construção mais recente), de orientação predominantemente NO/SE (fig. 26) onde não existe circulação de veículos, será a mais antiga, eventual de construção da mesma época que muitas das construções dentro de muralhas.

Uma segunda situação é a limitada pela Rua de Portugal e a Rua da Barbacã (a Poente) com ruas menos estreitas, de orientação ND/SE e E/O (fig.25 e 26) ladeadas de edifícios com dois pisos, com loja ou oficina no piso térreo e habitação no 1°andar. É nesta zona que os atravessamentos com veículos de carga e passageiros se faz de uma forma mais intensa quer no sentido Este/Oeste pela Rua Miguel Bombarda quer pela Rua

da Barbacã no sentido inverso, ambas em direcção à Praça da República. Ainda aqui se localiza entre aquela, a Rua 5 de Outubro, rua pedonal revestida com calçada à portuguesa, autentico centro comercial ao ar livre.

Rede Viária

A estrutura viária da zona em estudo é representativa de dois aspectos comuns a outras zonas históricas. As ruas de características medievais são estreitas e sinuosas não facilitando o trânsito automóvel, o que conjugado com a falta de organização e sensibilidade da autarquia ao longo dos últimos 20 anos, levou à actual situação em que todos os espaços onde caiba um automóvel é parque de estacionamento, veja-se o caso do Largo da Igreja Matriz e o Largo contíguo, onde o espaço do Largo é ocupado por uma oficina de automóveis.

A situação na zona urbana a Norte da Praça da República também não é melhor visto os residentes estacionarem os carros à porta de casa, deixando o espaço mínimo necessário para que o vizinho possa passar com o seu carro.

Só a Rua de Portugal, Rua Miguel Bombarda e Rua da Barbacã, não têm carros estacionados, pela simples razão de se agum estacionasse, o trânsito automóvel seria completamente impossível, uma vez que essas vias estreitas de sentido único serem canais de circulação para Poente e Norte da cidade.

Apesar de 40% das pessoas que trabalham no centro da cidade se deslocarem a pé para o trabalho, há os outros 60% e os visitantes que estacionam enquanto à um mínimo de espaço na zona histórica, contribuindo decididamente para a má imagem urbana e consequentemente dificuldade na fluidez do tráfego.

Os habitantes e os turistas, constituem um significativo movimento de peões que se processa pelo centro das ruas uma vez que de uma forma geral não existem passeios ou se existem estão ocupados por automóveis.

É interessante, verificar que os jovens nas suas deslocações de e para a escola preferem as ruas sinuosas, de pisos deficientes e sem comércio no sentido Nascente-Poente, a outros percursos mais animados, mas muito mais movimentados e de percursos atribulados.

Esta situação a que Loulé está sujeita não se resolverá sem que sejam criadas alternativas exteriores ao aglomerado urbano, com a proibição de circulação de veículos pesados no interior do aglomerado, criar parques de estacionamentos e proibir o estacionamento nas ruas onde não existe espaço próprio para tal.

4.2.3 Tipologia Fundiária

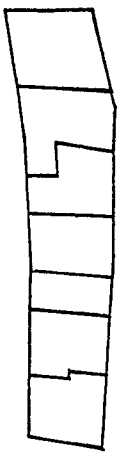
A compartimentação do solo em parcelas de espaço edificado ou edificável, resultou de condicionalismos fisicos e temporais. Os fisicos tiveram a ver com a topografia, as muralhas, a rede viária e funções e actividades urbanas; os temporais respeitam os tipos e processos de ocupação do espaço livre de acordo com a evolução da cidade através dos tempos.

O processo desenvolve-se e sedimenta-se, através da divisão do solo em parcelas de espaço edificado, ao longo das primitivas vias de circulação, definindo espaços urbanos, que por sua vez evoluem, na sua configuração, dimensão e orientação.

As parcelas tendem a apresentar a forma rectangular, mais ou menos ortogonais, formando quarteirões que no que se refere às características comuns, sua dimensão e de dimensão das parcelas urbanas apresentam diferenças que podemos classificá-los do seguinte modo:

Quarteirão com duas frentes

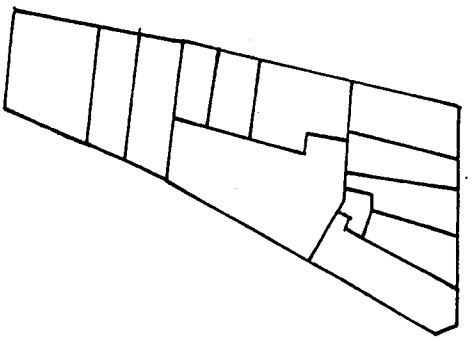
Parcelas , num contínuo edificado, de frente reduzida, sem logradouro, de duas frentes urbanas opostas, apresentando as parcelas de gaveto com 3 frentes, esta tipologia encontra-se com mais frequência na zona Norte, (fig. 28).



Quarteirão Misto

O quarteirão misto caracteriza-se pela sua forma alongada com parcelas com uma e com duas frentes urbanas e sempre sem logradouros. Tudo leva a querer, que esta situação provem de uma situação inicial com duas frentes e que posteriormente sofre

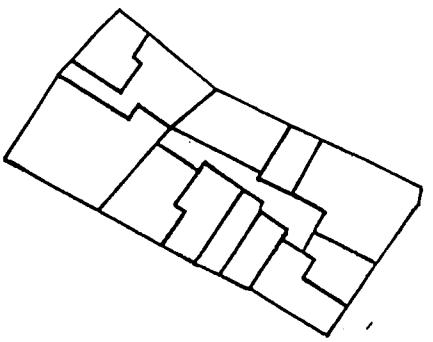
uma compartimentação e junção de algumas parcelas. Aparece com frequência na zona Norte e no miolo do espaço interior da muralha.



Quarteirão com uma frente

Parcelas de pequena dimensão e de frente reduzida, organizadas em "anel", com o alçado tardoz sobre o logradouro de pequenas dimensões e em muitos casos ocupados com construções anexas. Há ainda situações em que não existe logradouro ficando as construções seguidas. Esta situação apresenta-se por toda a zona histórica, tanto na zona Norte como no interior das muralhas.

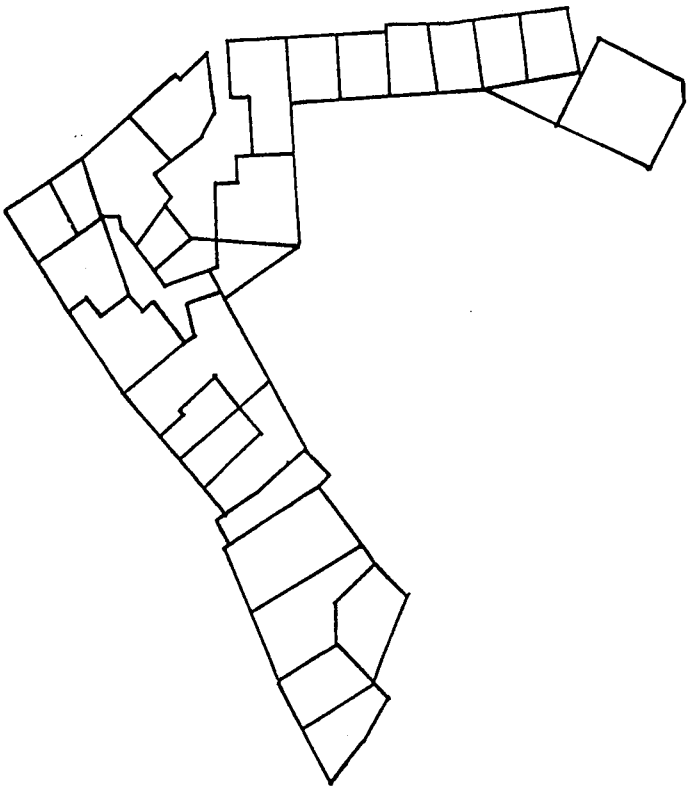
A situação com uma única frente alongado toma por vezes a forma triangular assumindo parte das características do quarteirão com uma frente.



Quarteirão em Formação

Esta situação é característica das periferias das áreas urbanas, predominando nas áreas periféricas da zona Norte, com frentes edificadas sobre um espaço público de rua e

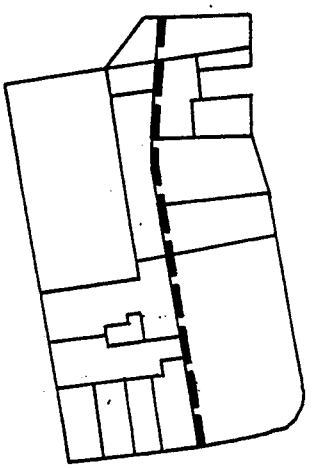
alçado tardoz sobre área não definida e desocupada, sem qualquer relação com a parcela e sem uso definido.



Adossadas e internas às Muralhas

A existência da muralha veio a constituir como que, um enorme quarteirão, tendo posteriormente com o adossar de novas construções tanto no interior como no exterior, reforçando esta imagem.

As penetrações na muralha, antigas portas, hoje ruas, dividiram de alguma forma esse grande quarteirão, noutros mais pequenos, em que a muralha passa pelo interior ou foi mesmo removida, sendo os seus materiais utilizados na construção das novas edificações, estando apenas marcando nalguns pontos o seu traçado inicial.



4.3 Tipologia dos edifícios

4.3.1 Linguagem arquitectónica

Na área designada por Centro Histórico de Loulé, encontram-se edifícios com características arquitectónicas das várias famílias de edifícios de arquitectura civil, que podemos classificar segundo a organização planimétrica interna ou pelas características da sua imagem visível do espaço público, e por isso, com maior peso na comunicação, através da linguagem arquitectónica que traduzem.

Recorrendo às fontes disponíveis, fotografias antigas, levantamento topográfico do existente, análise de processos camarários, definem-se os seguintes tipos de edifícios, em função da sua linguagem (v. fig. 32),:

Tipo Popular Arcaico

Caracterizado pela inexistência de guarnição nos vãos ou pela simples guarnição com verga de nível, em pedra numa moldura.

Com 1 ou 2 pisos, com paredes de alvenaria de terra, barro cozido e pedra, cobertura em telha de canudo, paredes de cor branca ou cores claras. Os caixilhos são geralmente de cor branca e os aros são da cor dos caixilhos ou da cor das folhas das portas e portões: vermelho (sangue de boi), castanho (claro e escuro) e verde escuro (v. fig. 108).

Tipo Neo Popular

Caracterizado por apresentar a guarnição simples, com verga de nível, sob a forma de pedra colada ou reboco saliente (imitação de guarnição de pedra), em edifícios de betão armado e alvenaria de tijolo furado, reproduzindo em parcelas idênticas a linguagem do T. P. A. (v. fig. 109).

Tipo Solar Arcaico

Caracterizado por apresentar a guarnição dos vãos com verga em arco ou verga de nível de pedra, óculos com guarnição idêntica, composição do alçado de concepção de raiz erudita, acesso central, claramente definido, simetria e ritmo impar de fiadas de janelas. Sistema construtivo em alvenaria de pedra e barro cozido, cobertura de quatro águas em telha de canudo, dois pisos, janelas de sacada, com guarda em ferro verde escuro, janelas e portas de cores idênticas aos tipos anteriores, paramento exterior das

paredes de cor branca, cunhais ortogonais, cimalhas e pilares adornados (v. fig. 128 e 129).

Tipo Burguês Arcaico

Caracterizado por apresentar a guarnição dos vãos adornada, com vergas em arco ou de nível, de pedra.

O sistema construtivo, a cobertura as portas e janelas e a volumetria é idêntica ao T.P.A.

Predominam as platibandas maciças (adornadas ou não). Janelas de sacada com guarnição de ferro verde escuro, parâmetros exteriores das paredes um com cores claras (quentes e frias) ou escura (quentes) (v. fig. 110).

Tipo Neo Burguês

Caracterizado por referência a guarnições simples ou adornada, com vergas de nível ou em arco, com a pedra colada, apresentando nalguns casos uma composição arquitectónica desequilibrada, nomeadamente na desporpoção dos vãos e ou dos elementos decorativos.

Os edifícios são de betão armado e alvenaria de tijolo furado, com parcelamento, linguagem e volumetria idênticas à do T.B.A.

Há ainda casos em que as varandas em consolas e palas se encontram com uma dimensão exagerada (v. fig. 111).

Tipo "Urbano Anos50-60"

Caracterizados pela inexistência de referências a guarnição dos vãos de dimensão tradicional (12 a 25 cm), a guarnição é feita com pedra colada a cutelo, ou colada de frente com dimensão reduzida (7 a 12 cm), em edifícios de betão armado e alvenaria de tijolo furado, com vários tipos de volumetria, com consolas espessas, largas e compridas em varandas ou palas. Prédio unifamiliar ou de rendimento de 2 inquilinos, normalmente com dois pisos (v. fig. 112).

Tipo "Prédio de Habitação Colectiva"

De características construtivas semelhantes ao tipo anterior, de construção mais recente, apresenta uma volumetria muito maior, sobretudo ao nível da cércea, de vários

pisos, sendo portanto plurifamiliar em andares fraccionados em sistema de propriedade horizontal, e uma ocupação do solo com uma densidade elevada (v. fig. 113).

O tipo popular arcaico, encontra-se de uma forma reduzida em toda a área em estudo, verificando-se uma tendência para o seu desaparecimento ao longo do século XX (nomeadamente entre 1926-1950), por substituição do tipo neo popular.

Verifica-se que são nestes dois tipos que as condições de habitabilidade são mais deficientes, pela existência de quartos interiores, deficiente exaustão de fumos, instalações sanitárias com soluções muito deficientes, e com ocupação total do espaço predial.

Os tipos burguês e neo burguês predominam nos quarteirões da periferia e ao longo das principais vias.

O tipo solar, o que existe em menor número, encontra-se sobretudo no miolo do Centro Histórico e da zona a Norte.

As soluções dos tipos de betão armado encontram-se sobretudo nas zonas periféricas da área em estudo, em zonas de transição cujo uso do solo não estava definido, e pontualmente no interior da referida área.

O espaço coberto representa a maior parte da área em estudo, mais de 60%, espaço edificado com pelo menos 1 piso.

As coberturas existentes apresentam três tipos, distribuindo-se de uma forma diferenciada pelas diferentes tipologias dos edifícios. A cobertura em telhado está associada aos tipos mais arcaicos. A cobertura mista, telhado e terraço, encontra-se em todos os tipos de edifícios e sectores, predominando nos tipos de betão armado e burguês arcaico. O terraço está mais associado aos edifícios de construção mais recente e em alguns do tipo burguês arcaico.

4.3.2 Interesse Arquitectónico

Os edifícios com interesse arquitectónico mais elevado na área em estudo, são os classificados como monumento nacional ou imóvel de interesse público, bem como as respectivas áreas de protecção e pela zona de protecção à globalidade destes edifícios, como forma de proteger os edifícios classificados, mas também a sua envolvente de acompanhamento, os edifícios ou construções classificados são o Castelo, Igreja Matriz, Igreja da Misericórdia e Igreja de Nª Srª da Conceição (v. des. nº. 15).

O valor arquitectónico atribuído aos edifícios não classificados apresenta-se, mais ou menos consonante, pela linguagem utilizada, na comunicação da forma e dos elementos construtivos comuns.

Os elementos construtivos mais comuns são os calcários de região, em guarnições com 12 a 22 cm de largura, revestimentos e acabamentos lisos, acabamentos naturais, de cor branca ou cores de tom claro nas paredes exteriores, madeiras em janelas, portas e portões, com caixilhos brancos e aros brancos ou da cor das folhas das portas (sangue de boi, castanhos, verde escuro e amarelo), folhas das janelas subdivididas em pequenas vidraças, portadas interiores de madeira, guardas das varandas em ferro verde escuro, consolas das varandas pequenas, finas e estreitas, montras de dimensões coincidentes com as portas ou associando 2 portas, mantendo os enfiamentos verticais e axiais, cobertura em telhado de telha de canudo ou em terraço, continuidade do plano da fachada, predominantemente com 1 e 2 pisos, sem recuados.

Na definição do grau de interesse arquitectónico (fig. 33), foi tido em conta o maior ou menor grau de dissonância em função do nível de oposição entre o sistema descrito e o objecto em análise.

Desta forma as características da forma dos elementos da linguagem dos edifícios, condicionam estruturalmente, as características dos objectos a ter como consonantes, catalogando-as em níveis sucessivamente mais valiosos, desde o nível simples de "acompanhamento" até ao nível de qualidade com muito interesse. No sentido oposto, temos situações, que se apresentam por oposição às características comuns com o sistema, desde o nível "com dissonância" até ao nível "sem interesse".

Nas zonas mais antigas, nas parcelas maiores, nos tipos de betão armado, nos gavetos e de uma forma geral, ao longo das vias com maior acessibilidade, existem várias dissonâncias como a utilização de materiais reluzentes, a desproporcionada abertura de montras, os acessórios de ventilação e exaustão de ar, os recuos na implantação dos edifícios, o exagerado número de pisos ou recuados, as excessivas dimensões de consolas em palas ou varandas, constituem as principais dissonâncias detectadas, sobre as quais deverão ser feitas intervenções no sentido da consonância e tornando-se imperioso a execução e aprovação de um regulamento que defina as melhores soluções a adoptar caso a caso.

4.3.3 Estado de Conservação

Foi atribuído a 4 níveis de classificação, o estado global de cada edifício:
Bom, Suficiente, Deficiente e em Ruína (fig. 34).

Atribuiu-se o nível de bom aos edifícios sem vestígios de patologias, com acabamentos, portas e janelas em bom estado. São edifícios novos ou bem conservados, encontram-se pontualmente por toda a área, representando cerca de 27%.

A atribuição do nível de suficiente, verificou-se em praticamente metade das edificações e em todos os tipos de construção. Detectaram-se alguns problemas estruturais, nomeadamente, em pavimentos e coberturas de madeira, descasque parcial do recobrimento do betão armado, oxidação de elementos metálicos, empolamento e descasque pontual dos acabamentos, portas e janelas envelhecidas, tornando-se necessário obras de reparação e substituição.

O terceiro nível, corresponde à classificação de deficiente, e representa um agravamento completo de todas as patologias descritas, no nível anterior e ainda fenómenos estruturais, deslocamentos significativos dos revestimentos em paredes e coberturas, significativas fendas em paredes resistentes, aparecimento de vegetação daninha, etc., correspondendo a edifícios com mais de 75 anos, portanto antes do betão armado, necessitam de profundas obras e representam cerca de 20%.

O quarto e último nível, em ruína, corresponde a construções sem qualquer possibilidade de recuperação, parcial ou totalmente destruídos, sendo recomendável a sua completa demolição, representando cerca de 3% e encontram-se em maior número na zona Norte.

Observou-se que nalguns casos, os edifícios menos interessantes ou dissonantes, são os que apresentam melhor estado de conservação (são mais novos) e os edifícios com menor utilização e sistema construtivo mais rudimentar e com menores frequências de manutenção, são os que se apresentam em pior estado.

4.3.4 Volumetria

A volumetria dominante na área em estudo é de 1 e 2 pisos correspondendo a cada parcela um edifício (fig. 35).

Pontualmente, encontram-se com três pisos, mas trata-se de situações de construção recente, bem como os casos de quatro pisos, ainda mais recentes e situados em zonas de transição com outras malhas urbanas.

A situação de um piso, cerca de 50% das construções, corresponde às edificações mais antigas, são ocupadas com habitação e situam-se no miolo quer da zona interior às muralhas quer da malha urbana a Norte.

Os edifícios com dois pisos, representando cerca de 45% das construções existentes, e ocupam as zonas laterais das vias mais importantes de circulação e comércio.

4.3.5 Fraccionamento

A fracção dominante é definida por um fogo ou fracção, correspondendo a um piso, uma parcela e um edifício. Pontualmente encontra-se edifícios de 1 piso com 2 fogos.

Os edifícios de dois pisos apresentam de uma forma geral a associação tradicional loja no piso térreo e habitação no 1° andar. Nas construções em betão armado dissonantes, encontra-se 2 ou mais fogos. Os espaços comerciais ocupam predominantemente o piso térreo, em uma ou duas fracções.

4.4 Toponímias da Área

A toponímia existente, reflecte de uma forma geral, o processo histórico da evolução da cidade, processo que permite perceber a alteração de alguns toponímios originais, por razões de homenagem pública a acontecimentos, homens ou associações (v. fir. 20).

Por tradição, os toponímios foram e ainda são constituídos também de acordo com as características dos espaços, pela sua vocação em função do uso, conforme exemplos Rua de Portugal (saída para Salir, Norte do país), Rua das Bicas Velhas (onde existe uma fonte) e Calçada dos Sapateiros (onde existiam sapateiros). Situações há em que não tem sentido o toponímio existente, caso do Largo da Matriz cujo actual nome é Largo do Batalhão dos Sapadores do Caminho de Ferro (v. fig. 21).

Numa perspectiva urbanística, a toponímia dos locais e dos espaços públicos, em Loulé, apresentam de uma forma geral adequados à respectiva situação urbana - ruas, travessas, calçadas, escadinhas, largos, praças, avenidas e jardins.

Há no entanto situações que devem ser revistas; o Largo Dr. Bernardo Lopes deveria ser classificado de Praça, por se tratar de um espaço bem definido e espacialmente encerrado, de uma mesma forma a Praça da República deveria designar-se por Avenida (conforme já foi chamada), por se apresentar a tipologia de avenida e não a de praça.

4.5 Características Sócio-Económicas

Todas as intervenções que se venham a perspectivar para a área em estudo, terão como principal preocupação, a população residente, suas características e comportamentos próprios, na perspectiva de uma melhoria das suas condições de vida, na qualidade do espaço urbano, condições de habitabilidade, infraestruturas, equipamentos e serviços colectivos.

Resultante de diferentes auscultações feitas à população residente promovidas pela C. M. de Loulé, sobre as consequências da reabilitação do Centro Histórico: 46% pensam que "é necessário melhorar as condições de vida dos habitantes"; 27% "é necessário preservar os valores históricos"; 22% "qualquer intervenção terá consequências positivas para o turismo" e 5% não têm opinião.

Com o objectivo de melhor caracterizar a zona em estudo, dividiu-se em três partes, que designamos por A, B, e C. A zona A, limitada pelas antigas muralhas, a zona B a Noroeste limitada pela Rua da Barbacã, Rua de Portugal, continuação da Rua de Nª. Srª. de Fátima, Rua Gonçalves Zarco, Rua D. Nuno Alvares Pereira e Largo Afonso III e a zona C, a Norte, limitada pela Praça da República, Rua de Portugal, Rua Nª. Srª. de Fátima, Rua do Paço, Rua Ramalho Ortigão e Av. 25 de Abril. (v. fig 21)

A zona A com 364 fogos, muitos desocupados, por falta de condições de habitabilidade, é uma zona predominantemente de serviços e equipamentos colectivos, com comércio sobretudo sobre a Av. Marçal Pacheco, Praça da República e Rua 1°de Dezembro.

A zona B com 139 fogos, tem duas partes distintas, uma a Norte predominantemente habitacional, a outra a Sul predominantemente comercial, é mesmo a zona mais comercial de Loulé.

A zona C com 260 fogos, é uma zona predominantemente habitacional, registando-se a existência de algum comércio e serviços, mas nas construções que limitam com a Rua de Portugal e Praça da República.

O pequeno comércio diário e ocasional, situa-se ao longo das ruas com maior acessibilidade automóvel, normalmente no piso térreo de edifícios de dois pisos.

Todas as fracções e edifícios de uso comercial ou residencial e serviços privados, são de propriedade privada (excepto o Mercado Municipal).

As instituições públicas são propriedade da Câmara Municipal, incluindo o edifício de Serviços Públicos do Tribunal Judicial.

As pequenas unidades industriais/artesanato existem pontualmente em toda a área urbana.

O equipamento cultural situa-se ao longo da Praça da República e na zona junto ao Castelo.

A estrutura familiar tem vindo a sofrer algumas alterações como consequência da diminuição da taxa de natalidade. A maior parte das famílias compõem-se apenas por 2 indivíduos 23% e apenas 15% ultrapassam os 5 elementos por família. Esta situação reflecte o envelhecimento da população em idade activa (20% das famílias com apenas 1 indivíduo), verifica-se ainda que cerca de 26% da população tem menos de 18 anos e cerca de 28% tem mais de 65 anos, sendo maior o índice da população idosa feminina.

Quanto ao grau de instrução, verifica-se que 11% são analfabetos, 11,5% sabem ler e escrever e 4,8% da população tem curso médio ou superior.

Na ocupação profissional 3,5% são patrões, 2,5% profissionais liberais ou quadros superiores, 11,5% são trabalhadores dos serviços e 8% trabalhadores industriais.

As domésticas com cerca de 15% são a categoria de maior peso, apesar de não auferir rendimentos.

O rendimento mensal do agregado familiar é para 15% dos residentes inferior a 25 000$00 mensais, 29% aufere um rendimento entre 75 000$00 e 100 000$00 e apenas 2% da população aufere rendimento superior a 175 000$00.

É absolutamente necessário incrementar o número e qualidade de associações com fins culturais e recreativos, bem como a implementação de equipamentos sociais colectivos, nomeadamente para a 3ª Idade, que representa 15,4 % da população.

4.6 Conclusões

1. O problema do interface entre a zona do Castelo de Loulé e as muralhas, e as malhas urbanas limítrofes, traduz-se como se verificou, num desfasamento entre as duas zonas, tanto ao nível cultural e de serviços, como ao nível da salvaguarda, reabilitação e valorização do Património edificado.

2. As malhas urbanas a Norte do referido interface, com excepção da bolsa a Noroeste, onde o comércio é intenso, têm sido votadas ao livre critério de modas e estilos de gosto mais que duvidoso, interpretadas por técnicos sem preparação, em vez de uma postura flexível e receptiva, ao discurso pré-existente.

Corre-se o risco de por ausência de uma política urbana imediata e reguladora das intervenções, a área urbana vir a tornar-se num "bairro em degradação acelerada".

3. É absolutamente necessário que a Câmara com base no Regulamento do P.D.M. (Capitulo XII) "Espaços Culturais", implemente os regulamentos licitadores e orientadores, dos processos a utilizar, tendo como objectivos prioritários:

- A valorização do parque edificado
- Requalificação do espaço público
- Resolução do problema do estacionamento automóvel
- Revitalização da vida urbana, nomeadamente nos aspectos sociais e culturais
- Deslocação do movimento automóvel para vias exteriores à zona histórica.

5. património urbano / legislação

5. Património Urbano / Legislação

O conceito de Património Urbano, à luz das nossas perspectivas Jurídicas, deverá ser tratado num tema mais amplo, o Direito do Urbanismo.

No Direito do Urbanismo prosseguem-se fins eminentemente colectivos, isto é, atendendo unicamente ao critério dos interesses qualificaríamos a disciplina como pertencendo ao ramo do Direito Público. Mas isto não é assim tão simples. Com efeito, como diz o Professor Oliveira Ascensão[1]

"O técnico toma o território como seu objecto, que procurará ordenar urbanisticamente de maneira a atingir o aproveitamento óptimo. Mas, sobre este território existirão quase sempre direitos privados, máxime e propriedade. E ao bulir com o direito fundamental que é o direito de propriedade, o jurista não deverá ceder à tentação de orientar a sua racionalização exclusivamente para os meandros do direito público. Os interesses em conflito não são de molde a optar por vias extremistas. É que a consideração de todo o território nacional como potencialmente expropriável não é de modo algum aceitável.

O direito de construção foi visto nos primórdios como uma extensão do próprio direito de propriedade. As suas limitações não podem, pois, deixar de serem vistas com a cautela inerente ao perigo de amputação de um dos direitos fundamentais. Ora, no Direito do urbanismo a resolução dos conflitos que opõem estes interesses ficam, muitas vezes, sob a alçada do contencioso administrativo e dos tribunais comuns".

Dos interesses em causa

Os interesses que potencialmente se antagonizam em sede de Direito Urbanístico não são apenas de cariz público e privado, é a própria administração pública que se confronta com uma colisão de poderes e sobreposição de competências.

---

[1] Veja-se o seguinte exemplo avançado pelo Prof. O. Ascensão:
" Suponhamos que um particular se sente afectado no seu direito de propriedade por uma construção alheia, autorizada por um acto administrativo. Ele pode dirigir-se aos tribunais administrativos e pleitear a anulação do acto, fundado na ilegalidade deste, por exemplo. Mas não está inibido de seguir uma via completamente diferente. Pode dirigir-se aos tribunais civis e reivindicar a propriedade (...) " In "O Urbanismo e o Direito de Propriedade", Direito de Urbanismo, ob. cit. na bibliografia, p.340. Para o desenvolvimento desta matéria veja-se ainda a obra deste autor Direitos Reais, ob. cit. na bibliografia.

Face ao Direito Português não há dúvida que desde o Período Pombalino (Plano Jurídico para a reconstrução de Lisboa levado a cabo após o terramoto de 1755), a intervenção pública no âmbito da regulamentação da edificação constitui verdadeira necessidade social. A globabilidade dos autores concorda que se está perante uma tarefa de Estado em que se prosseguem interesses preponderantemente públicos.

Hoje deparamo-nos, incompreensivelmente, com uma vastidão de entidades burocráticas com poderes parcelados e competências acopladas que obrigam os serviços de Estado e os particulares, a licenciamentos, pareceres e vistorias sem fim, processos estes de morosidade infinita, traçando critérios muitas vezes contraditórios e, deixando permanentemente nas areias movediças dos inúmeros vistos e despachos intercalares as melhores intenções sobre o património urbano.

Os projectos técnicos de intervenção, do Património Urbano são morosos e dispendiosos, utilizando técnicas de execução e materiais com vista à conservação, recuperação e integração dos imóveis ou sítios, motivo de intervenção, que se deve considerar num sentido mais amplo de protecção cultural nacional.

No plano dos interesses existem mais os dos particulares. É precisamente em relação aos interesses dos particulares que os problemas do Direito do Urbanismo, e em especial os do Património Urbano, levantam questões mais delicadas.

Neste contexto a administração pública aparece a coberto de três vectores fortíssimos: o interesse público que decorre da defesa do património, o poder cativo de "IUS IMPERII", (dotado de poderes pode impor), que faz regredir o direito de propriedade e a larguíssima margem de descricionaridade com que os serviços públicos prosseguem as suas funções. Do lado dos particulares ergue-se apenas o direito de ser indemnizado pelo exercício do direito público de expropriação.

Dos planos

A planificação é o principal instrumento para pôr em prática a generalização e conceptualização dos regulamentos do âmbito do urbanismo.

Entre 1934 e 1958, o Estado Novo lança as raízes legislativas dos que ainda hoje se denominam com actualidade, Planos Gerais de Urbanização:

Decreto nº. 24802 de 1934 (contendo o P.G.U. e Expansão)

Decreto nº. 35931 de 1946 (Anteplano de Urbanização)

Este último, nas palavras de F. Gonçalves, *Evolução Histórica do Direito do Urbanismo em Portugal (1851-1988), "marca o termo da política urbanística de*

Duarte Pacheco e o começo da actividade legislativa dos recém-criados serviços estaduais de urbanização"

Tratava-se do novo Código do Urbanismo com artigo único que implantou o que o mesmo autor apelida de " *Planeamento em ciclo sem fim* " que teve como triste resultado não se ter aprovado, entre 1944 e 1971, em conformidade com a lei, um único Plano Geral de Urbanização.

Nos tempos de hoje quase nada se alterou. A descentralização é uma figura que aparece com as revisões constitucionais pós 25 de Abril de 1974, mas a Administração Central, através das sub-estruturas orgânicas, que têm competência sobre o urbanismo, têm produzido uma imensidão de planos que acabam por se contradizer não só entre si, como ainda, com os elaborados pelas estruturas autárquicas.

Nuno Portas proporciona-nos uma visão não isenta de ironia e frustração de toda esta panóplia, que não resisto em transcrever: *"Nos últimos anos criaram-se ou ainda pretendem criar-se, além dos PDM's e desconhecendo-os, pelo menos os PROT's (MQU, DGO), as, ADUP's (MES, DGPU), os PIDR (MAI, MF, CCR), os PT (MES, FET), ou as REN (MQU, DGU), sem que se tenham sequer substituído ou modificado outras figuras anteriores como os PGANT e PGU (MOP, DGPU) ou a RAN (MA, CNPOA), para já não falar nas que impendem sobre o património histórico onde mexem o MC, IPPC, MQU, STA, MES, DGERU e agora o MES, DGPU, ou ainda das várias delimitações de áreas críticas, direito de preferência, utilidade pública, etc."*[2].

A implementação de uma estrutura planificada, no campo do direito do urbanismo tem a ver fundamentalmente com um problema político, que passará obrigatoriamente pelas necessidades regionais e autárquicas.

Podemos agora traçar o significado da matéria sobre a qual nos debruçamos.
"Por direito do Urbanismo teremos assim que tomar o conjunto de normas e institutos técnico-Jurídicos que regulamentam a edificação urbana e a respectiva orgânica administrativa e social, nos seus múltiplos aspectos de criação, integração e preservação, e, bem assim, as suas relações com os núcleos de direitos e obrigações dos sujeitos públicos e privados envolvidos" [3]

---

[2] Nuno Portas, "Planos sem solos ... ou solos sem plano ... o dilema (absurdo) do urbanismo municipal", Cadernos Municipais, nº 43, 1987.

[3] in Património Urbano, perspectiva Jurídico-positiva

João Vaz Rodrigues

Miguel dos Reis Pedroso de Lima

Economia e Sociologia nº 53 - Évora, 1992 (pág. 16 e 17

É neste contexto que se pode falar de património urbano.

O conceito de património será mais lato, nele se incluem os bens móveis, valores materiais, como a língua nacional, a memória colectiva (tradições culturais, etc.) e até o contexto natural das regiões.

Toda a edificação, construção ou criação materializável (ainda que meramente conceptualizada ou projectada), integra imediatamente, positiva ou negativamente, o Património Cultural Português, por duas vias: pela localização em território nacional ou pela autoria portuguesa, ou até por ambas.

O conjunto normativo que incide sobre o património cultural não é facilmente precisada por critérios objectivos. A tarefa legislativa necessita das contribuições de muitos outros ramos científicos, como sejam, a arquitectura, a história, a sociologia, a antropologia, a geografia, a economia e outros.

Do conjunto Normativo

O conjunto normativo aplicável ao património urbano é vasto e podemos considerá-lo em duas fontes: internacionais e nacionais.

Nas fontes internacionais, segue-se um resumo de inventariação cronológica:

- O primeiro documento em que foi tido em conta um conjunto de aspectos relativos à inventariação, recuperação e protecção, foi o texto conclusivo da Conferência promovida pelo Congresso Internacional dos Museus sobre o restauro dos monumentos, que se realizou em Outubro de 1931, na cidade de Atenas, pelo que ficou conhecido por Carta de Atenas.

- Em 1933, reune-se o Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (C.I. A. M.), também em Atenas, onde Le Corbunsier apresenta a sua tese sobre urbanismo, tendo as consequentes conclusões adoptado o nome de Carta de Atenas (1933) com conclusões por vezes opostas à outra Carta de Atenas (a de 1931).

- Em 1954, em Paris, realiza-se o I Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, em que é determinado que o ordenamento das cidades deveriam conter um regime de protecção dos monumentos.

- 1954, Haia, Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em caso de conflito armado.

- 1964, Veneza, realiza-se o II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, onde é proposto a criação do ICOMOS, (International Council of Monuments and Sites), vocacionado para a preservação dos

Monumentos, e do qual resulta a Carta de Veneza (Carta Internacional para a Convenção e Restauro de Monumentos e Sítios)

- 1969, Londres, Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico

- Declaração de Split (1971)

- 1972, Paris, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), aprovou a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, que foi ratificada por Portugal e transcrita para o nosso direito interno pelo Dec. Lei nº 49/79 de 6 de Junho.

- 1975, Ano Europeu do Património Arquitectónico

- 1975, Congresso de Amesterdão, onde foi produzida uma declaração, denominada Carta de Amesterdão, na qual se expressava o desejo de garantir uma arquitectura contemporânea de alta qualidade, património do amanhã. Os congressistas deram ainda um contributo significativo na carta Europeia do património arquitectónico (aprovada pelo Conselho da Europa).

- 1976, Bruxelas, Seminário Internacional sobre Turismo e Humanismo Contemporâneo, onde foi aprovada a Carta do Turismo Cultural, onde é proposto incrementar um triplo regime de divulgação (informação), financiamento (recursos) e fiscalização (responsabilização).

- 1976, a UNESCO, publica uma recomendação, a que se veio a denominar de Recomendação de Nairobi, relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e à sua função na vida quotidiana.

- 1976, Granada, O Apelo de Granada - Conclusões do Encontro sobre Património Rural.

- Resolução 28 do Comité dos Ministros do Conselho da Europa.

- 1979, Recomendação 880 da Assembleia Parlamentar da Comunidade Europeia.

- 1981, Declaração de Fribourg, reconhece os esforços das cidades europeias em matéria de conservação, mas denuncia a existência de dificuldades ao nível legislativo, administrativo, financeiro e técnico, e conclui que a conservação dos monumentos e conjuntos turísticos são tarefas de alcance social e cultural e economicamente viáveis. Preconiza ainda acções prioritárias nos domínios da informação e da formação.

- 1982, Florença, ICOMOS, Carta de Florença (Jardins Históricos)

- 1983, Conselho da Europa , Carta Europeia do Ordenamento do Território, expressa que o ordenamento do território é uma disciplina científica, uma técnica

administrativa e uma política concebidas como uma abordagem interdisciplinar e global e que visa desenvolver de modo equilibrado as regiões e organizar fisicamente o espaço, segundo uma concepção orientadora tendente à melhoria da qualidade de vida, à gestão responsável dos recursos naturais à protecção do ambiente e à utilização racional do território.

- 1985, Granada, a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, é aprovada pelo Conselho da Europa, reforçando a necessidade da Cooperação dos Estados europeus nomeadamente nesta matéria.

- 1985, Delphi, Convenção Europeia, relativa aos danos em bens culturais

- 1986, Toledo, é desenvolvida a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, que completa a Carta de Veneza de 1964, é aprovada pelo ICOMOS, texto que vem a ser ratificado pela Assembleia Geral do ICOMOS, reunida em Washington em 1987.

- 1987, Itaipava Brasil, Carta de Petrópolis, Primeiro Seminário Brasileiro sobre a Preservação e Revitalização, dos Centros Históricos, promovido pelo ICOMOS, Comité Brasileiro, em que são definidos os dez princípios básicos para a preservação e revitalização dos centros históricos.

- 1990, ICOMOS, Carta Internacional do Património Arqueológico

- 1992, La Valette, Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (Revisão)

- 1992, Rio de Janeiro, Plenário da cimeira da Terra, tendo sido aprovado um documento denominado "Agenda 21". No Processo Local da Agenda 21, apela-se à urgência da elaboração de Planos de Acção Local para a Sustentabilidade das Cidades.

- 1994, Aalborg, Dinamarca, na Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, aprova a Carta de Aalborg.

A Carta de Aalborg foi inicialmente assinada por 80 autoridades locais europeias e 253 representantes de organizações internacionais, governos nacionais, institutos científicos, consultores e pessoas singulares.

Ao assinar a Carta Europeia, as cidades comprometeram-se a participar nos processos locais relacionados com a Agenda 21 e a desenvolver planos de acção a longo prazo tendo em vista um desenvolvimento sustentável e deram início à campanha "sustentabilidade das cidades europeias".

O grupo de redacção da Carta Europeia considerou que era necessário que fossem analisadas com maior pormenor numerosas propostas de alteração de fundo, sendo proposto que a análise das propostas de alterações fosse confiada à Campanha de

Coordenação, sendo posteriormente a carta sujeita a desenvolvimentos e à apreciação dos participantes na Segunda Conferência Europeia em matéria de sustentabilidade das cidades europeias, a realizar em Lisboa, em Setembro de 1996.

As fontes de Direito têm uma dupla qualificação, imediatas se se destinam a promover e consolidar a posição das suas normas no direito interno e mediatas se influenciam a criação e aplicação do direito pela racionalidade e prestígio que possuem.

A Convenção para a protecção do Património, Cultural e Natural é o único exemplar de consagração no nosso direito interno (D.L. 49/79 de 6 de Junho) de uma fonte de direito imediata.

Devemos realçar que como consequência de todo o esforço levado a cabo por estes eventos internacionais no campo da conservação do património mundial, têm sido inscritos na lista do Património Mundial da UNESCO alguns monumentos e conjuntos urbanos [4].

Nas Fontes Nacionais

Constituição da República Portuguesa

A nossa Lei fundamental contempla a definição dos princípios e limites necessários a este domínio, bem como, algumas tarefas e obrigações do Estado nesta matéria, assim a protecção e valorização do nosso património nacional (alínea e) do artigo 9°) - tarefas fundamentais, o ordenamento do território (artigo 66° n° 2), a promoção, salvaguarda e valorização do património cultural (artigo 78° n° 2 alínea c)), articulando a política cultural com as demais políticas sectoriais (Alínea e) do cit, art° 78 n° 2). No plano dos direitos fundamentais (muito embora com força jurídica distinta) (cf, art. 17° e 18°), situam-se o princípio de liberdade de criação cultural (artigo 42°), a consagração constitucional do direito à propriedade privada (que nos recorda a tutela dos interesses privados) (artigo 62°) e o direito à habitação (artigo 65°).

São inúmeros os diplomas que regulamentam o direito do urbanismo[5] , mas completamente desarticulados entre si, não representando para este trabalho qualquer interesse porque muitas vezes se sobrepõem competências, se baralham conceitos, revogando e reabilitando simultaneamente princípios, requisitos, institutos e figuras.

---

[4] São os seguintes os bens portugueses já inscritos como monumentos, o Mosteiro da Batalha, o Convento de Cristo em Tomar e o Mosteiro dos Jerónimos com a Torre de Belém, em Lisboa, e como conjuntos, a zona central de Angra do Heroísmo e o centro histórico de Évora, como Paisagem Humanizada Sintra 1995.

[5] Sofia Abreu, numa Intervenção de 1988, que serviu para apresentar uma grelha completa de legislação sobre urbanismo e construção, relacionou 171 diplomas legais, muitos dos quais introduzem , sucessivas alterações a diplomas anteriores, Direito do Urbanismo, ic. INA, 1989.

De entre os inúmeros diplomas mencionados referirei, pela sua importância os seguintes:

- Decreto nº 38 382 de 7/8/1951 que aprova o Regulamento Geral de Edificações Urbanas tendo sido sucessivamente alterado, o D. L. nº 463/85 de 4 de Novembro, é o último diploma nesse sentido.

O R.G.E.U., está em vigor há mais de quarenta anos, encontrando-se já há bastante tempo em estudo, uma revisão definitiva. Tem por objectivo disciplinar e tutelar o correcto e harmonioso desenvolvimento dos aglomerados, salvaguardando os interesses da colectividade, defendendo a vida e os haveres das populações e protegendo as condições estéticas pretendidas nas zonas urbanas. Permite que ao nível local, as Câmaras Municipais através de regulamentos especiais, Regulamentos Municipais de Edificações Urbanas (R.M.E.U.), possam adaptar-se ás condições locais, cuja aprovação (cf artigo 5º do R. G. E. U.) é da competência das Assembleias Municipais.

- A Lei nº 9/70, de 19 de Julho, numa perspectiva da altura para a conservação da Natureza, define legalmente os conceitos de reservas com objectivos específicos ficando obrigatoriamente sujeitas ao regime florestal.

- O Decreto Lei nº 613/76, que revoga a Lei nº 9/70, resultando da nova política saída da Revolução de 25 de Abril de 1974 e da criação da Secretaria de Estado do Ambiente, vem perspectivar de uma forma integrada todos os aspectos que possam influenciar o ambiente.

Quanto ao ordenamento do território, o D. L., define à partida os conceitos a considerar, a conservação da Natureza, a protecção da paisagem e sítios, a gestão racional dos recursos naturais e a salvaguarda da sua capacidade de renovação.

"A definição de objectos, sítios, conjuntos e lugares classificados vêm, preencher uma lacuna, quer não só da Lei nº 9/70, como também da restante legislação de protecção cultural"[6]

São ainda inovadoras as definições sobre "Paisagem protegida", áreas rurais ou urbanas onde existem marcas importantes para a caracterização da cultura e vida dos povos, e *"Lugares, sítios, conjuntos e objectivos classificados: - Onde se propõe a definição de áreas e medidas indispensáveis à salvaguarda paisagística de determinadas ocorrências naturais e ou construídas de interesse cultural, científico, técnico ou outros, tais como povoações, aglomerados rurais, estações arqueológicas,*

[6] Decreto Lei nº 613/70 de 27 de Julho (Preambulo)

ruínas, acidentes orográficos característicos, penedos, árvores isoladas ou em grupos e comunidades ecológicas características"[7]

- Lei nº 13/85 de 6 de Julho, Lei do Património Cultural Português

A legislação sobre o património, não é fácil de tratar na medida em que a sua imprescindível inventariação não está feita, as competências sobrepõem-se, e os interesses privados têm a sua protecção muito pouco enquadrada nesta problemática.

Não resisto a transcrever sobre esta temática o seguinte texto de João Vaz Rodrigues e Miguel dos Reis Pedroso de Lima in "Património Urbano, perspectiva Jurídico-positiva":

« O que o legislador português fez com a Lei nº 13/85 de 6 de Julho, a Lei do Património Cultural Português, foi avançar a definição da "quadratura do círculo" protestando trazer à estampa os cálculos da operação. O resultado está à vista, temos uma legislação com uma concretização de futurologia, decerto bem intencionada, mas incontestavelmente ineficaz.

Quiz-se encontrar o "ponto de baühutte" e acabam como na conclusão da quadra que Almada transcreveu assim:

> *Um ponto que está no círculo*
> *e que se põe no quadrado e no triângulo.*
> *Conheces o ponto? Tudo vai bem.*
> *Não o conheces? Tudo está perdido*[8].

A primeira grande questão levantada pela Lei do Património Cultural Português é a da sua inconstitucionalidade. Com efeito, a Lei 13/85 não desenvolve nem regulamenta inúmeros conceitos utilizados pelo legislador, que carecem de complementarização, desde logo, o próprio conceito do que seja património cultural.

Por outro lado, a lei é pródiga em remeter expressamente para futura regulamentação muitas das figuras e institutos jurídicos que cria (cf. artigos 22º nº 2; 29º nº 2; 31º nº1, 47º nºs 1 e 2,48º e 49º nºs 2 e 3). Ora, como a própria lei refere explicitamente, esta regulamentação complementar é indispensável (artigo 61º) e deveria ter sido levada a cabo pelo Governo (artigo 4º), no prazo de 180 dias (artigo 61º citado). Não o foi, o que nos obriga a considerar[9] *estarmos perante uma*

---

[7] Decreto Lei nº 613/70 de 27 de Julho (parágrafo 4 e 5)
[8] Prof. Lima de Freitas, Almada e o número.
[9] Seguimos aqui de perto a opinião da Drª. Maria Celeste Cardona, in Defesa e Conservação do Património, ob. cit. na bibliografia, cujo teor corrobamos.

inconstitucionalidade por omissão. De facto o artigo 283º da nossa Constituição preceitua que cabe ao Tribunal Constitucional a apreciação e verificação do incumprimento das normas constitucionais pela omissão das medidas legislativas necessárias em vista da exequibilidade das orientações normativas da lei fundamental. É o caso.»

Perante os factos, exigir-se uma uniformização da legislação sobre património cultural não se me afigura tarefa fácil , mas mais difícil, será a uniformização sobre urbanismo, e em ambos os casos é urgentíssimo realizá-las.

- Decreto-Lei nº 349/87 de 5 de Novembro, das Competências do I.P.P.A.R.

- Decreto-Lei nº 205/88 de 16 de Junho

Diploma que estabelece as regras a que estão sujeitos os projectos de arquitectura para intervenção em imóveis danificados e correspondentes zonas de protecção. Compete aos arquitectos a responsabilidade de subscrever os projectos de arquitectura de obra de recuperação, conservação, adaptação ou alteração dos bens imóveis classificados ou em vias de classificação e das respectivas zonas de protecção.

- O Decreto-Lei nº 186/90, de 6 de Junho, transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 85/337/CEE, do Conselho, de 27 de Junho de 1985, que estabelece as normas relativas à avaliação dos efeitos de determinados projectos, públicos e privados, no ambiente.

A obrigatoriedade da avaliação do impacto ambiental (AIA), que determina os efeitos directos e indirectos dos projectos sobre factores, tais como, o homem, a fauna e a flora; o solo, a água, o ar, o clima e a paisagem; a interacção dos factores referidos; os bens materiais e o património cultural, bem como a sua divulgação pública, são medidas necessárias à criação de condições que levem a evitar alterações desastrosas no ambiente, em vez de combater posteriormente o seu efeito.

- Decreto Regulamentar nº 39/90, de 27 de Novembro, vem regulamentar os aspectos que decorrem do D.L. 189/90 de 6 de Junho.

Verifica-se neste diploma preocupação em implementar os princípios para acções preventivas e de correcção preferencialmente na fonte, nos termos do artigo 130º do Acto Único, além de as (AIA) virem a proporcionar acções que invertam a lógica de soluções ultrapassadas e de economias não sustentáveis.

- Decreto do Presidente da República nº 5/91 de 23 de Janeiro

Ratifica a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, assinada em Granada a 3 de Outubro de 1985.

- D. L. nº 445/91 de 20 de Novembro

Introduz uma profunda reforma no regime de licenciamento municipal de obras particulares, revogando o D. L. nº 166/70 de 15 de Abril.

- D.L. nº 250/94 de 15 de Outubro

Introduz significativas alterações ao D. L. 445/91, dificultando a gestão urbanística, sobretudo quando ainda não existam planos plenamente eficazes.

6. sustentabilidade

das cidades europeias

6. Sustentabilidade das Cidades Europeias

Em Junho de 1992, realizou-se o Plenário da Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, tendo sido aprovado um documento denominado Agenda 21.

No Processo Local da Agenda 21, apela-se à urgência da elaboração de Planos de Acção Local para a Sustentabilidade das Cidades.

Na Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Aalborg, Dinamarca, a 27 de Maio de 1994, é aprovada pelos participantes a Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias denominada, Carta de Aalborg.

Ao assinar a Carta de Aalborg, as cidades comprometem-se a participar nos processos locais relacionados com a Agenda 21 e a desenvolver planos de acção a longo prazo tendo em vista um desenvolvimento sustentável, dando início à campanha "sustentabilidade das cidades europeias".

Realizar-se-á em Lisboa, em Setembro de 1996 a Segunda Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, estando previsto uma revisão da Carta de Aalborg, no sentido de melhor enquadrar o conjunto de interesses das culturas de autoridades locais e organizações internacionais que já subscreveram a referida Carta.

A Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade, Carta de Aalborg é composta por três partes:

Parte I : Declaração Comum : Cidades Europeias para a Sustentabilidade
Parte II : Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis
Parte III: Participação no processo Local da Agenda 21 : planos de acção local para a Sustentabilidade.

Parte I : Declaração Comum :

Cidades Europeias para a Sustentabilidade

1.1 O Papel Desempenhado pelas Cidades Europeias

As cidades estiveram, ao longo da história, integradas em Impérios, estados, e regimes, aos quais sobreviveram, como centros de vida social, suporte da economia,

expressão da cultura, do património e da tradição. As cidades em conjunto com as famílias e as comunidades vizinhas, têm sido os pilares das nossas sociedades e Estados, bem como os centros de indústria, artesanato, comércio, educação e administração.

A repartição do trabalho e funções, ocupação dos solos, transportes, produção industrial, agricultura, consumo e actividades recreativas, são em grande parte os responsáveis pelos numerosos problemas ambientais com que a humanidade se debate. Esta interacção é muito importante, pois 80% da população europeia vive nas zonas urbanas.

É consciência geral que os actuais níveis de consumo dos países industrializados não podem ser alcançados por todos os povos que hoje vivem na terra e, muito menos pelas gerações futuras, sem destruição do capital natural.

Uma vida sustentável na terra, só será possível com comunidades locais também elas sustentáveis. As autoridades locais têm de ter consciência dos problemas ambientais dos cidadãos, partilhando responsabilidades a todos os níveis de modo a alcançar o bem estar do homem e da natureza. Assim, as cidades desempenham um papel essencial no processo evolutivo dos hábitos de vida, da produção, do consumo e das estruturas ambientais.

1.2 Conceito e Princípios de Sustentabilidade

O conceito de desenvolvimento sustentável ajuda as cidades, a adoptar um modo de vida baseado no capital da natureza. A justiça social, terá que basear-se na sustentabilidade económica e na igual justiça para todos, que requer sustentabilidade ambiental.

Sustentabilidade ambiental pressupõe preservação do capital natural. Exige que a taxa de consumo de recursos renováveis, nomeadamente água e energia, não exceda a respectiva taxa de reposição e que o grau de consumo de recursos não-renováveis não exceda a capacidade de desenvolvimento de recursos renováveis sustentáveis.

Sustentabilidade ambiental significa também, que a taxa de emissão de poluentes não deve ser superior à capacidade de absorção e transformação, por parte do ar, da água e do solo.

A sustentabilidade ambiental garante a preservação da biodiversidade, da saúde humana e da qualidade do ar, da água e do solo, a níveis suficientes para manter a vida humana e o bem estar das sociedades, bem como a vida animal e vegetal para sempre.

1.3 Estratégias Locais para a Sustentabilidade

A cidade tem as melhores condições para gerir os desequilíbrios urbanos hoje existentes: arquitectónicos, sociais, económicos, políticos, recursos naturais e ambientais, mas sozinha não poderá resolver os referidos desequilíbrios, duma forma eficaz, integrada, global e sustentável. Sendo as cidades todas diferentes, torna-se necessário que cada uma encontre a sua estratégia para chegar à sustentabilidade. Todos os princípios de sustentabilidade devem ser integrados em todas as políticas e fazer das características próprias de cada cidade a base das estratégias locais adequadas.

1.4 A Sustentabilidade como Processo Criativo, Local e Equilibrado

A sustentabilidade é um processo criativo, local e equilibrado e que diz respeito a todas as áreas da administração local, que permite uma informação permanente acerca das actividades que contribuem para melhorar ou piorar o ecossistema urbano.

Este processo leva a que as decisões tomadas tenham em atenção os interesses imediatos mas também os que têm a ver com as gerações futuras.

1.5 A Negociação Aberta como Método de Resolução de Problemas.

Os problemas existentes nas cidades têm que ser por nós resolvidos, porque não os podemos transferir, nem para os vizinhos nem para as gerações futuras.

O princípio da negociação aberta, pressupõe que os problemas existentes devem ser resolvidos por nós próprios ou com a ajuda duma entidade de nível nacional ou regional, conseguindo-se deste modo, uma maior liberdade na escolha do tipo de actividade a estabelecer.

1.6 A Economia Urbana para a Sustentabilidade

O factor limitativo do desenvolvimento económico das cidades é o capital natural, isto é, a atmosfera, o sol, a água e as florestas. Assim o investimento neste capital deve seguir-se deste modo:

a) conservação do capital natural (reservas de água, solos, habitats naturais)

b) redução dos níveis actuais de exploração (energias renováveis)

c) redução da utilização das reservas de capital natural (das florestas naturais)

d) rentabilizar os produtos (edifícios energicamente eficientes e transportes urbanos ecológicos).

1.7 Equidade Social para a Sustentabilidade Urbana

Os desequilíbrios nos rendimentos das populações, está na origem de comportamentos insustentáveis, a protecção ambiental integra as necessidades sociais básicas das populações, programas de acção sanitária, de emprego e habitação.

São as populações mais carenciadas as que mais sofrem as consequências dos problemas ambientais (ruído, poluição atmosférica causada pelo tráfego, falta de amenidades, alojamentos insalubres, falta de espaços verdes) e aquelas com menos possibilidades de as resolver.

A criação de novos empregos que tenham a ver com a sustentabilidade das comunidades é tarefa prioritária.

1.8 Padrões de Uso Sustentável do Território

As autoridades locais devem estabelecer políticas de ordenamento do território que avaliem em termos estratégicos os efeitos das iniciativas ambientais.

Tendo em conta os modelos de transportes e abastecimento de energias existentes, deverão ser lançados programas de renovação urbana e de planeamento de novas áreas urbanas periféricas, com o objectivo de reduzir as necessidades de mobilidade.

1.9 Padrões de Mobilidade Urbana Sustentável

É indispensável para a sustentabilidade das cidades, uma redução da mobilidade forçada e o uso desnecessário de veículos motorizados. Os transportes ecológicos terão prioridade (andar a pé, ciclismo, transportes públicos ecológicos) e deverá ser planificada a associação de diferentes meios de transporte. Os veículos motorizados privados deverão progressivamente tornar-se uma função acessória.

1.10 Responsabilidade pelo Clima Mundial

Os poluentes com efeito de estufa tem que ser estabilizador para posteriormente reduzirem as emissões, porque constituem uma séria ameaça para o aquecimento global do planeta sobre o ambiente natural e urbano, bem como sobre as gerações futuras.

A protecção dos recursos mundiais em biomassa, como as florestas e o fitoplancton, é igualmente importante porque desempenham um papel essencial no ciclo terrestre do carbono.

As fontes de energia renováveis são as únicas viáveis como alternativa para a redução de emissões dos combustíveis fósseis, consequência do conhecimento aprofundado do ambiente urbano, enquanto sistema energético.

1.11 Prevenção da Intoxicação dos Ecossistemas

A atmosfera, a água, o sol e os alimentos estão cada vez mais carregados de substâncias tóxicas e perigosas, sendo uma progressiva ameaça para a saúde pública, cabe ás cidades promover acções com o objectivo de evitar a poluição e preveni-la na fonte.

1.12 A Auto Gestão no Plano Local, condição necessária da Sustentabilidade

Nas cidades existem as condições, o conhecimento e as ideias de forma a implementar modos de vida sustentáveis criando e gerindo cidades sustentáveis.

Os eleitos democraticamente, têm que reunir as condições necessárias de forma a serem responsáveis pela reorganização das cidades, com o objectivo da sustentabilidade.

Necessário se torna que sejam conferidos largos poderes às cidades, sustentados por uma sólida base financeira.

1.13 Os Cidadãos como Protagonistas da Sustentabilidade e o Envolvimento da Comunidade

Quer os Planos Locais da Agenda 21, quer o apelo contido no Quinto Programa de Acção Ambiental da Comissão Europeia "Rumo à Sustentabilidade", aconselham a que nas cidades os problemas têm que passar a ser resolvidos numa base de colaboração entre todos os parceiros, cidadãos, empresários, grupos de interesses e instituições públicas, sendo para tal necessário, uma cooperação efectiva entre todos os intervenientes, com base numa informação alargada. Torna-se igualmente necessário o desenvolvimento de programas de educação e formação com vista à sustentabilidade, dirigidos não só à população em geral, mas também para os representantes eleitos e funcionários da administração local.

1.14 Meios e Instrumentos da Gestão Urbana, Orientados para a Sustentabilidade

Para uma abordagem ecossistémica da gestão urbana devem ser utilizados todos os meios políticos e técnicos disponíveis.

As decisões políticas de controle, nomeadamente a vigilância do ambiente, avaliação de impactos, contabilidade, etc., devem basear-se em diferentes tipos de

indicadores, tais como, os de qualidade ambiental, fluxos urbanos e principalmente os referentes às sustentabilidades dos sistemas urbanos.

Partindo da base ecológica já existente, as cidades devem fazer a integração das suas políticas e actividades no processo de administração e gestão das economias urbanas duma forma sustentável.

Parte II : Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis

O objectivo da campanha das cidades europeias sustentáveis é do promover um desenvolvimento sustentável ao nível local, mercê de um processo local de aplicação da Agenda 21, reforçando a cooperação ao nível local entre todos os intervenientes económicos, bem como as instituições locais, e articulando estes processos às acções da União Europeia em matéria de desenvolvimento urbano.

Parte III : Participação no Processo Local da Agenda 21 : Planos de Acção Local Para a Sustentabilidade.

Os Planos de Acção Local deverão ser desenvolvidos com base na Parte I, da Carta de Aalborg, tendo sido sugerido o seguinte procedimento:

- conhecer os métodos de planificação e os mecanismos financeiros existentes, bem como os outros planos e programas;

- identificar sistematicamente os problemas e as suas causas, através da consulta ao público;

- definir as prioridades dos problemas e das acções, para a sua resolução;

- definir o conceito de colectividade sustentável, com a participação de todos os membros;

- examinar e avaliar as estratégias alternativas do desenvolvimento

- estabelecer um plano local de acção a longo prazo para a sustentabilidade, o qual deverá incluir objectivos avaliáveis;

- planificar a implementação do plano, preparando um calendário e precisando a repartição de responsabilidades entre os membros.

Para a implementação dos Planos de Acção Local para a Sustentabilidade, a longo prazo, há que garantir a eficiência das condições institucionais, referentes à estrutura interna das autoridades locais.

Ambiente Urbano e o Planeamento do Território

No Projecto das cidades Sustentáveis têm sido tomadas medidas ao nível da União Europeia para analizar a harmonização dos sistemas de planeamento do território nos Estados Membros, tal como o previsto pelo tratado de Maastricht, apesar de ainda não haver obrigatoriedade para tal. Aguarda-se que as propostas do futuro relatório Europa 2000 + : Cooperação para o Desenvolvimento Territorial Europeu contribuam para o desenvolvimento de uma sistema Europeu de planeamento urbano e do território.

Os esforços desenvolvidos, acentuam a necessidade de desenvolver um sistema urbano descentralizado, com cidades e vilas ligadas por redes urbanas, uma cadeia de infraestruturas ambientalmente aceitáveis (incluindo infraestruturas de transportes) e uma cadeia de espaços abertos para a conservação dos recursos naturais.

O desenvolvimento de um sistema de planeamento urbano e rural para a Europa é também considerado importante para garantir que todas as regiões e áreas urbanas são beneficiadas pelo Mercado Único.

Um desenvolvimento sustentável enquadrado por uma eficaz cooperação é fundamental. É igualmente importante que qualquer sistema de planeamento do território proposto inclua os princípios e mecanismos que parecem mais promissores para alcançar um desenvolvimento sustentável.

O tipo de sistema de planeamento que se desenvolveu em cada país, dependeu dos seus sistemas legal e de enquadramento institucional e dos papeis relativos dos diferentes intervenientes no processo de desenvolvimento[1]. Mesmo assim, os sistemas de planeamento, há muito que representam importantes esforços públicos para atingir um novo desenvolvimento e proteger e melhorar o ambiente.

É necessário analisar a diferença nestes sistemas institucionais baseados em planos, como na Dinamarca, que permitem certas formas de desenvolvimento, se estas estiverem de acordo com o plano de desenvolvimento e com os sistemas dependentes de planos, como no Reino Unido, em que os planos apenas fornecem um modelo das formas de desenvolvimento que são ou não permitidas.

Nos E. U. A., os sistemas de planeamento do território são vistos como um dos principais mecanismos para atingir um desenvolvimento sustentável[2], situação que tem interessado as diferentes perspectivas de abordar formas inovadoras de reduzir os danos ambientais, e de melhorar a qualidade do ambiente.

---

[1] Healey e Williams, 1993

[2] O Green Paper do Urban Environment e o Fith Action Programme são ambos explícitos neste ponto.

Aspectos Principais da Sustentabilidade e o Planeamento do Território

Na Europa é significativo, a velocidade com que o espaço, um recurso finito, tem vindo a ser ocupado com o desenvolvimento urbano. É um aspecto particular da sustentabilidade, a utilização irreversível do território, em especial o que provoca a perda de biodiversidade. Hoje verifica-se este fenómeno de uma maneira mais preocupante nos países do Mediterrâneo.

Apesar da tradição de vida urbana, em muitos países europeus e na maioria das cidades, as suas populações e actividades têm vindo a transferir-se para as periferias urbanas. Mesmo nas cidades mais pequenas, caso de Loulé, tem vindo a sentir o mesmo fenómeno.

Nos anos 80, à expansão das cidades correspondem também um maior investimento em novas fórmulas comerciais, fora dos centros, que procuraram espaços na periferia das cidades com bons acessos, criando mesmo espaços próprios.

Estes fenómenos verificaram-se sobretudo em França, Espanha, Reino Unido, Alemanha e Portugal, devido sobretudo aos sistemas de planeamento destes países terem sido mais sensíveis ás novas pressões de mercado, ou como em Portugal, também pela falta de planeamento.

Sente-se já hoje, que o desenvolvimento periférico está a ameaçar a vitalidade e a viabilidade dos tradicionais centros das cidades, o que obriga a tomada de medidas para o limitar, como está a ser feito nalguns países nomeadamente na Alemanha..

O desenvolvimento nas áreas urbanas centrais, ameaça descaracterizar o carácter histórico do centro de algumas Vilas e Cidades. *"Os espaços públicos foram convertidos em espaços privados e vigiados (como centros comerciais, parques de estacionamento, etc.) contribuindo para o declínio do domínio público"*[3]. Muitos edifícios têm sido desenhados para excluir o ambiente natural, edifícios fechados e climatizados, obrigam a uma manutenção dispendiosa, com desperdícios de energia e podendo ser prejudiciais à saúde dos seus ocupantes.

A tendência para cidades estruturalmente mais extensas e a crescente separação das actividades (casa, emprego, comércio), aumentou desmesoradamente o tráfego, que por consequência obrigou ao maior consumo de energia e a mais poluição, afectando por consequência a viabilidade e apoio dos transportes públicos.

A principal preocupação dos projectistas tem sido, tradicionalmente, a de conciliar os interesses dos diferentes interessados no território, mas é necessário uma

[3] Tibbalds 1990

mudança desta atitude, numa perspectiva da sustentabilidade, de forma a assegurar que as capacidades de desenvolvimento do ambiente não sejam excedidas e que os recursos do potencial natural e do património construído, seja bem preservada para a passagem ás gerações futuras.

« O planeamento da capacidade ambiental exige a identificação do nível máximo de desenvolvimento que um ambiente local (vila, cidade, região) pode sustentar, indefenidamente, mantendo, enquanto isso, o precioso potencial natural crítico e constante do que é feito pelo homem dentro do ambiente ».[4]

É um problema importante para os projectistas definir e medir as estratégias e as capacidades ambientais, nas áreas locais, e determinar o tipo e o nível da distribuição do desenvolvimento no espaço geográfico. Este trabalho só é possível de uma forma pluridisciplinar e com a participação das comunidades locais.

As decisões das prioridades das estratégias a valorizar e a adoptar, são evidentemente mais política que técnica.

O desenvolvimento sustentado, leva a que as prioridades sejam as relativas ás preocupações ambientais, na formação de políticas e estratégias de desenvolvimento e na tomada de decisões de planeamento. A escolha de um processo sustentável obriga ao estudo das dimensões económicas e sociais e à adopção de um horizonte temporal mais alargado do que tem sido praticado até agora no planeamento.

O Ambiente como ponto de partida

Para o planeamento sustentável do território é absolutamente necessário especificar os objectivos numa fase inicial do processo, no entanto, o limite de tempo durante o qual se podem considerar os problemas ambientais, varia com os sistemas adoptados.

Marshall (1993), por exemplo, diz ter tido muitas dificuldades na integração dos limites ambientais no processo de preparação do plano sub-regional de Barcelona, trabalho muito orientado para a implementação das pressões do desenvolvimento.

Os sistemas apresentam-se diferentes até serem explicitados os ecossistemas principais. Nos Países Baixos, é dada maior enfase na forma como a rede de água e de transportes influenciam a forma urbana, "estratégia de trabalho dual", desenvolvida pelo Institute for Spacial Organisation at the Dutch Organisation for Applied Scientific Research. Trata-se de uma metodologia de planeamento ecológica, dentro da qual a rede

[4] Definição para capacidade ambiental para objectivos de planeamento do território, foi sugerida por Brehesuy, 1994

de transportes é vista como tendo *"um efeito marcadamente em usos muito dinâmicos como negócios, escritórios, divertimentos e agricultura", enquanto a rede de água influencia "os usos menos dinâmicos como captação de água, natureza e recreio"*[5] .

"A estratégia de trabalho dual", das duas redes, leva à identificação da localização mais apropriada para os diferentes usos urbanos. Esta abordagem foi posta em prática nos municípios de Breda, Dordredet e Zwolle.

Abordagens ecológicas também estão a ser desenvolvidas em Itália. O projecto pesquisa Quadroter constitui à escala nacional, um Plano de Referência Territorial para Políticas Ambientais, baseado nos princípios dos ecossistemas. Daqui resultou a divisão de todo o território nacional em, ecossistemas urbanos, cartas explicitando os níveis de cada actividade antrópica, como a capacidade do solo agrícola, a poluição industrial, as áreas turísticas, as redes de transportes e a decadência urbana - são factores importantes para a execução de uma malha geral sobre o uso do espaço, que tem sido usado pelo Ministério do Ambiente na preparação do Plano Ambiental de Dez Anos[6].

Ao nível das cidades, Reggio Emília desenvolveu uma abordagem ecológica para o planeamento do território, hierarquizando as áreas da cidade, em função da capacidade de regeneração da água, solo e ar. Esta hierarquização é baseada em estudos dos principais fluxos ambientais e na permeabilidade de diferentes áreas da cidade, sendo por consequência, a construção controlada nas áreas mais permeáveis.

Participação do Público

Na conquista de objectivos sustentáveis é fundamental o envolvimento do público, garantindo a participação na resolução dos problemas e objectivos que digam respeito à causa comum, uma vez que têm de se tomar decisões políticas e pessoais difíceis. Deve ser provocado o debate público sobre que tipo de ambiente é desejado e qual a reacção ás limitações que essas opções impõem ao seu comportamento pessoal, como uma menor utilização do automóvel, ou na poupança de água.

A participação do público no processo de planeamento tem sido muito limitada, sobretudo quanto ás opções das ocupações espaciais. Há sistemas, como em Portugal, em que a participação significa reagir a propostas de projectos quando estas são promovidas, com consulta pública, obrigação legal para o planeamento, sendo os verdadeiros e significativos debates públicos uma ilusão.

---

[5] Van de Wal, 1993
[6] Archibugi, 1993

Os métodos de consulta variam entre, informar os residentes das propostas de planeamento através de panfletos, comunicações escritas, televisão e rádios locais, e a organização de exibições, reuniões e conferências nas quais o público é encorajado a tomar parte activa. Levantamentos e questionários devem ser utilizados na determinação das opiniões dos residentes e dos negociantes. No entanto, alguns municípios vão mais longe na sua tentativa de envolver as comunidades locais na formulação e implementação dos planos, reúnem os residentes em painéis de tomadas de decisões, organizando sessões de treino de modo a poderem participar mais activamente. Alguns municípios empregam animadores para trabalharem directamente com as comunidades locais, e este pessoal dispõe agora de uma larga gama de inovações técnicas que os podem ajudar. Um exemplo disto é o Planning for Real (Planos de Verdade), desenvolvido no Reino Unido, onde os residentes trabalham com modelos físicos das suas vizinhanças, diagnosticando necessidades locais e formulando as suas próprias soluções.

A melhoria da participação do cidadão, nos processos de tomadas de decisões, é um dos vários componentes de um programa de acção iniciados conjuntamente pelos Ministérios do Planeamento e do Ambiente portugueses, com a participação de várias entidades locais. Este ficou-se pela discussão pública dos Planos Directores e dos processos de cálculo do impacto ambiental.

Espaços Abertos

Nos últimos tempos tem vindo a ser redescoberto o valor dos espaços abertos no interior da cidade, consistindo estes, numa variedade de espaços verdes, incluindo parques formais e informais, sistemas naturais tais como espelhos de água, pequenas hortas, jardins privados, espaços públicos urbanos, como largos e espaços abertos que rodeiam monumentos, as construções importantes e "habitats" que se desenvolvem nos espaços em desuso, como por exemplo, nas zonas industriais.

É essencial que todo o espaço aberto seja encarado como parte integrante da área em que se insere, em vez de ser visto como um espaço a deixar de lado após o planeamento.

Em Lyon a noção de espaço público ocupa um lugar privilegiado na política do uso do espaço. Em Fevereiro de 1993 foi promovida uma reunião especial para o debate deste assunto, e ainda para estudos técnicos dos espaços públicos, iluminação pública e espaços verdes.

No Reino Unido, um grupo de 35 empresas de crédito locais e independentes, coordenadas pela Groundwork Foundation, que recebe fundos de entidades públicas e

privadas, envolve a indústria local e os habitantes nos projectos de melhoramento ambiental dos espaços industriais.

A principal justificação para a existência de espaços abertos, tem sido o reconhecimento das funções sociais que preencham (em temos de locais de reuniões, áreas de lazer, recriação e descontracção) e da sua contribuição para a qualidade de vida.

A nova enfase atribuída à sustentabilidade vai para a maximização do papel ecológico dos espaços dentro da cidade além da grande importância do multi-uso dos espaços abertos.

Cidades com tradição no planeamento da utilização do espaço, têm sido bem sucedidas na manutenção de espaços abertos a uma distância acessível à maioria dos habitantes.

Os espaços verdes abertos preenchem várias necessidades ecológicas. Em primeiro lugar, aumentam a área de permeabilidade, que pode ajudar a controlar a água das chuvas, contribuindo para o abastecimento do lençol de água.

Os espaços abertos com muita vegetação também contribuem para uma melhoria da qualidade local do ar e consequentemente do microclima. O CO_2 que as árvores absorvem anula um pouco a poluição urbana, em especial a provocada pelo trânsito automóvel.

A importância dos espaços abertos para a vida selvagem tem vindo progressivamente a ser reconhecida. Nas cidades procura-se cada vez mais melhorar a junção de áreas de espaços abertos separados, através da criação de "corredores verdes", permitindo tanto a plantas como a animais colonizar noutros locais.

Renovação Urbana

Na Europa do pós-guerra, a grande carência de habitações, obrigou à construção de grandes blocos habitacionais na periferia das cidades e ao redesenvolvimento exaustivo das áreas centrais das cidades. Em Portugal esta situação aparece mais tarde, por outros motivos e com outro enquadramento.

Nos anos 80 é reconhecida na Europa a necessidade de renovação urbana e em Portugal esta necessidade começa a ser sentida, sendo este trabalho um exemplo disso, mas com objectivos e preocupações mais de acordo com as actuais preocupações Europeias sobre o ambiente urbano e o planeamento do Território.

O desafio da sustentabilidade é estimular a conservação e reabilitação urbana mais sensível e ambiental, procurando uma maior coordenação no planeamento e nos projectos de intervenção urbana, tendo em atenção que cada situação é parte integrante do conjunto, a cidade.

7. bases para a integração

das malhas urbanas em estudo

7. Bases para a Integração das Malhas Urbanas em Estudo

Por "Bases para a Integração das Malhas Urbanas em Estudo" entende-se os princípios que se julgaram pertinentes como bases de trabalho, para uma discussão alargada, com todos os interessados residentes, instituições, técnicos e grupos de cidadãos que integrando a população em geral, mais preocupações desmonstram de uma forma participativa no debate alargado com o objectivo de revitalizar e reabilitar o conjunto, que forma a malha urbana, motivo deste trabalho, já que ficou demonstrado o seu estado degradado, à semelhança de outras áreas da cidade cujas malhas urbanas ainda não foram completamente adulteradas.

Os princípios que se seguem apresentam não só os caminhos que se pensa serem os mais indicados para encaminhar os processos, como contemplam o conteúdo teórico e pedagógico que lhes dão suporte e como consequência, se pensa, virem a ser entendidos de uma forma clara por todos os intervenientes, garantindo uma base de trabalho tão alargada quanto possível.

7.1 Das Estratégias do Planeamento

Os sistemas de planeamento do território são essenciais para o desenvolvimento e implementação de políticas para o desenvolvimento sustentado das cidades, nos quais, objectivos ambientais, sociais, económicos e políticas espaciais estão cada vez mais ligados.

Em cada sistema de planeamento tem de ser introduzida uma base de regulamentação, de forma a responder às preocupações ambientais e a evitar a migração para áreas onde o controlo do desenvolvimento é mais fraco.

O planeamento não deverá procurar, de forma sistemática contrabalançar os benefícios do desenvolvimento com os prejuízos para o meio ambiente. Pelo contrário os técnicos deverão, cada vez mais, definir as capacidades ambientais e evitar que estas sejam ultrapassadas.

Esta situação pode levar à exclusão de algumas formas de desenvolvimento, independentemente dos seus benefícios.

Os planos deverão estabelecer limites, em vez de atender a todas as exigências.

O planeamento deverá, cada vez mais, conduzir a objectivos, que deverão expressar direcções estratégicas e níveis específicos de qualidade do ambiente. Os planos devem expressar quais as políticas nacionais e locais relacionadas com a sustentabilidade, incluindo indicadores para medir a extensão dos problemas e o grau de sucesso da sua aplicação.

Os sistemas de planeamento têm de trabalhar de acordo com os programas de despesas públicas e com os regimes das infraestruturas, para encorajar o desenvolvimento em zonas preferidas do ponto de vista ambiental, por exemplo para ajudar a reciclagem do solo livre. Tornar o mercado consciente da importância ecológica, deverá ser um objectivo de quem planeia o uso do espaço.

Existem diferenças significativas nos diferentes países, quanto à competência profissional e à orientação aplicada ao planeamento das cidades. No Sul da Europa, sente-se a necessidade de maior participação de especialistas nos ramos económicos, social e ambiental.

Os profissionais do meio ambiente, necessitam de construir novas parcerias com os representantes das comunidades locais e com organizações ambientais como parte do processo de obtenção de um uso do espaço mais sustentável.

O uso do sistema de planeamento para influenciar a configuração urbana é um mecanismo a longo prazo, essencial para o desenvolvimento de medidas mais radicais no futuro.

Através da partilha de experiências entre cidades, muito se pode aprender. O desenvolvimento possível de um esquema de planeamento de uma cidade ou de um país da Europa oferece um potencial considerável para a aplicação de uma abordagem sustentável do planeamento do território.

7.2 Reabilitação Urbana, Conceitos e Estratégias

Reabilitação Urbana

O conceito de Reabilitação Urbana pressupõe uma nova política urbana, com o objectivo de melhorar qualitativamente as condições ambientais, sócio-económicas e funcionais das populações residentes, através de acções de intervenção multidisciplinares devidamente coordenadas e programadas, nos aspectos físicos, de habitabilidade, de equipamentos colectivos, infraestruturas e espaços livres de uso público.

Revitalização

O conceito de revitalização urbana tem sido aplicado nos casos de intervenções pontuais em áreas urbanas adequadas, e em conjuntos arquitectónicos de valor histórico, relacionando-se com estratégias mais gerais de reabilitação.

Manutenção

Acções programadas com o objectivo de diminuir os ritmos de degradação de um edifício ou conjunto de edifícios e espaços de uso público, incidindo principalmente sobre os aspectos construtivos, instalações e equipamentos.

Renovação Urbana

Intervenção significativa que pressupõe a substituição de parte ou partes do tecido urbano existente e degradado, por novas edificações com estruturas morfológicas e tipológicas actualizadas, resultando uma nova estrutura funcional para a área.

A renovação urbana é aplicada, hoje em dia, em casos de tecidos urbanos degradados e aos quais não é reconhecido valor como património arquitectónico ou conjunto urbano a preservar.

Das Estratégias de Reabilitação Urbana promovidas na Europa

Desde há muito que se constata um progressivo interesse e cuidados com o património construído, mas este considerava apenas os monumentos de valor histórico.

As estratégias de intervenção sobre o património construído, até aos anos 60, elegiam "conjuntos histórico-artísticos" para os quais eram elaborados planos especiais de protecção que propunham soluções de manutenção da imagem do edificado e da morfologia urbana.

Os custos finais destas intervenções eram significativos, pelo que apenas o estado ou algum mecenas poderia comparticipar, impossibilitando assim a aplicação das referidas estratégias na generalidade do património construído.

Com a imigração para as cidades, nos fins dos anos 60, as preocupações ecológicas e ambientais, alteração dos sistemas produtivos e um muito mais alargado conceito de "Património", levam a novas formas de intervenção na cidade significativamente diferentes.

A reabilitação urbana surge então com novas estratégias, baseadas no estabelecimento de modernas soluções morfológicas de espaço urbano, edificado segundo tipologias correspondentes.

Para requalificar a cidade existente são reformulados os instrumentos normativos existentes como os contidos na "lei Malraux" de 1962 (França) ou a "Conservation Áreau" (Reino Unido). Intervenções onde predominam a conservação e o restauro arquitectónico em desfavor de factores sociais e culturais locais, levam a que novos extractos sociais, com poder económico, ocupem as construções de uma forma progressiva, enquanto as populações residentes por falta de recursos económicos, vão sendo expulsos para a periferia da cidade. Há que definir políticas que garantam, para a reabilitação urbana, a articulação entre os aspectos construtivos e os aspectos sociais, promovendo a recuperação sócio-económica destas áreas, o plano de recuperação urbana do centro de Bolonha no início dos anos 70 é um bom exemplo.

A partir da segunda metade da década de 70, em Roma, foram feitos diversos projectos na perspectiva de recuperação do extraordinário património arquitectónico, concomitantemente com a reestruturação viária, sendo preservados importantes alinhamentos urbanos, casos da Via Apia, o Forum Imperial e o Coliseu. Estas operações não descoraram a continuidade da função residencial dos edifícios no centro da cidade, evitando a sua ocupação com actividades terciárias.

«A reabilitação urbana tornou-se uma alternativa fundamentada, credível e viável, sobre diversos pontos de vista - do económico ao sócio-cultural -, às anteriores estratégias de "renovação urbana", que pressupunham a substituição e a demolição dos "velhos edifícios" por outros mais "novos" de uma modernidade discutível.

Por outro lado, reabilitar pressupõe, nos nossos dias, a aplicação e desenvolvimento de uma política de "conservação integrada", ou seja: o abandono das anteriores estratégias de intervenção em áreas históricas da cidade que promoviam a conservação integral e "em formol" do existente, e a preferência por acções que promovam uma mais afectiva reutilização desse património edificado através da sua reabilitação física, ao mesmo tempo que se desenvolvem medidas no sentido de melhorar as condições sócio-económicas e culturais dessa área no seu todo».[1]

7.3 Do Sistema Natural da Envolvente de Loulé

Pretende-se propor com base no diagnóstico da área estudada "Envolvente de Loulé" recuperar a Paisagem Rural Tradicional, enquadrada nos aspectos sócio-

[1] CABRITA, António Reis; AGUIAR, José; APPLETON, João, Manual de Apoio á Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto, Lisboa 1992 p. 27

económicos actuais e apoiada nas tecnologias ao nosso dispor de forma a proporcionar uma equilibrada e saudável forma de vida.

Loulé será dotada de uma circular periférica conforme Plano Director Municipal devidamente enquadrada na paisagem, definindo a transição entre a zona urbana e o espaço agrícola, devendo este ser entendido física e psicologicamente, constituindo então um conjunto harmonioso - a cidade.

A zona natural envolvente de Loulé, deverá ser recuperada ou melhorada nas diferentes zonas naturais; a Norte e a Sudoeste deverão ser mantidas e preservadas as duas manchas onde se identifica o "Maquis Mediterrâneo", mantendo-se as espécies arbustivas e subarbustivas típicas das regiões mediterrânicas. A Nordeste e Sudoeste deve-se manter e valorizar o uso do solo tradicional ou seja, hortas nas zonas de elevado potencial agrícola e pomares de sequeiro nas restantes áreas, a Poente e Sul, esta que se estende até à zona do litoral onde predomina o pinheiro manso "Pinnus Pinea", (v. des. nº 3).

A solução de uso proposta, deve fundamentar-se não só por este tipo de uso ser o mais consentâneo com as características biofísicas da área motivo deste estudo, mas também porque se refere aos produtos que dela advêm (frutos secos).

Ainda, uma referência relativa às construções, elemento marcante na paisagem, que no que se refere ás existentes, deverão ser controladas por forma a não constituírem elementos dissonantes da paisagem.

Para além do deficiente aspecto arquitectónico que possam apresentar certas construções, importa sobretudo ponderar cuidadosamente a sua localização e consequente integração.

7.4 A Promoção da Conservação e a Educação da População

Os meios mais eficazes para realizar os objectivos da conservação são os que vão para além da protecção acordada num sítio ou num conjunto, procurando ajustar os espíritos e os interesses dos cidadãos duma colectividade. Os métodos não faltam, para conseguir a adesão do público e para aumentar a sua compreensão dos valores do património, métodos que não fazem mais que sensibilizar o público para a natureza dos valores em causa, mas que o esclareçam também, sobre as complexidades do processo de conservação em si mesmo.

De entre os métodos principais, encontramos os seguintes:

- A comemoração, a identificação das qualidades importantes dum sítio e a sua inscrição na visão dos visitantes e dos utentes do sítio.

- A apresentação e interpretação, além da descrição das actividades e dos programas que representando, de uma forma expressiva as histórias ou as qualidades que têm mais interesse, com significado acerca dum sítio.

- A educação do público, os programas para os jovens e os menos jovens que estimulam o interesse do público, para o património e a conservação.

A comemoração

A designação ou a classificação identifica os sítios ou os sectores significativos aos quais se quer dar especial atenção e numa certa forma de protecção legal.

A comemoração representa numa outra aproximação, para realçar os valores do sítio e dos conjuntos de interesse, procurando sensibilizar o público para as descrições das qualidades intrínsecas que as pesquisas e a evolução trazem à luz do dia. Estas descrições são muitas vezes permanentes, as suas formas de inscrições nas placas comemorativas ou nos painéis fixados nas casas ou bens. Elas podem de uma mesma forma, estar presente nas brochuras, nos diáporamas ou nos outros documentos descritivos.

Uma lista comemorativa pode por vezes ser mais útil, que uma que contenha obrigações legais. Pode-se organizar uma tal lista sem chocar os proprietários, onde lhes seja assegurada protecção legal, que, por interesses próprios mantêm o valor sobre o mercado das suas propriedades, opondo-se à sua participação.

Os bons programas de comemoração nas cidades históricas assemelhar-se-ão provavelmente pelas características seguintes:

- São construídos sobre sólidas pesquisas.

- Assinalam de maneira completa e coerente as estruturas ou os pontos de interesse mais importantes de um sítio ou de um sector.

- São apresentados de maneira acessível e de uma mesma forma aos visitantes e aos residentes.

A apresentação e a interpretação

Pode-se usar as técnicas de apresentação e interpretação para melhor conhecer os edifícios e recantos duma cidade histórica, ao mesmo tempo que os seus monumentos, os seus museus e os lugares históricos com significado. As técnicas estilizadas permitem

conhecer a evolução particular de um lugar e de melhor apreciar as suas qualidades, e ao mesmo tempo conceber produtos úteis no quadro dos programas de educação contínua.

Pode-se de uma mesma forma criar problemas que vizem animar certos quarteirões em certos momentos e que contenham uma mensagem aos residentes da cidade ou de um quarteirão.

Os programas de apresentação e de interpretação que conseguem atingir, com sucesso, os seus objectivos têm por base em geral os seguintes critérios:

- A fidelidade às pesquisas de base, e o enriquecimento dos conhecimentos do público sobre os pontos essenciais.

- A ausência de exageros ou de falsificação do carácter ou das qualidades duma cidade.

- A promoção das funções económicas e sociais de uma cidade.

- A procura duma coerência de conjunto, para o estabelecimento das ligações entre os programas das diferentes instituições e dos grupos de interesse.

A educação do público

A aceitação a longo prazo duma política de conservação do património tem por base, antes de tudo, a educação do público. Logo que o público é bem informado e interessado, tudo será possível, os políticos mostram-se sensíveis aos ganhos, as políticas adquirem flexibilidade e o nosso aspecto histórico aparece como suficientemente precioso para que seja protegido.

Não é necessário que os programas de educação tomem formas muito oficiais para darem bons resultados, quando nos ocupamos do património, descobrem-se muitas razões para a educação que não têm sido exploradas. A maior parte destas ocasiões estão ligadas a actividades de conservação em si mesmas. As actividades de restauração ou as escavações arqueológicas são muito visíveis quando têm lugar, é então fácil acompanhá-las de exposições, painéis explicativos e de uma documentação para distribuir. A longo prazo, obtem-se os melhores resultados ligando a assistência municipal (comparticipações ou simplesmente de emissão de licenças de construção), à presença de elementos didácticos e promocionais dentro do orçamento do projecto.

Os resultados das pesquisas documentais, como as perspectivas e panoramas fotográficos, os croquis e alçados, as descobertas arqueológicas, fornecem ilustrações populares e facilmente acessíveis do património que representam.

Na última década, mesmo sem encorajamento particular da parte das instituições ou no quadro dos programas de estudo, os docentes e os lideres dos jovens interessados

no património, começaram a elaborar modelos e programas de formação para melhor dar a conhecer às crianças, os dirigentes de amanhã, as mensagens do património.

Nestes últimos anos, os responsáveis das actividades nestes domínios, criaram redes que à escala nacional e internacional, têm o objectivo de trocar informação, técnicas e intercâmbios.

Em Dezembro de 1989, por exemplo, o ICOMOS e a organização Juventude e Património organizaram em conjunto o primeiro simpósio internacional sobre a educação dos povos em matéria de património.

Muitos projectos escolares, que convidam os jovens a pronunciar-se sobre as suas experiências, representam vínculos perfeitos de promoção, transmitindo aos outros a frescura, a oportunidade e a pertinência das percepções que entusiasmam a nova geração.

7.5 A Imagem Urbana

A imagem urbana de Loulé, caracteriza a cidade, proporcionando-lhe uma identidade própria. Os elementos que mais contribuíram para marcar a actual imagem urbana, foram o sítio, as muralhas e o castelo, a avenida, o monumento a Duarte Pacheco e os Planos, sendo estes os principais responsáveis pela futura imagem da cidade. Os aspectos focados foram indutores no sentido físico, não deixando no entanto da sua origem estar relacionada com a história económica, social e cultural de Loulé.

O aglomerado urbano de Loulé relaciona-se e integra-se com a sua envolvente de uma forma equilibrada e harmónica, devendo qualquer desenvolvimento urbano futuro salvaguardar a harmonia existente, aproveitando as suas grandes potencialidades.

A estrutura da imagem urbana deverá ter continuidade nas novas áreas de expansão de uma forma coerente, resultado dos estudos efectuados contribuindo para uma clara estrutura mental da cidade, tanto por parte dos residentes como por parte dos visitantes, valorizando os aspectos mais significativos, nomeadamente os marcos de referência, zonas urbanas homogéneas, nós e espaços públicos, localização dos equipamentos, imagem arquitectónica, vistas panorâmicas, miradouro e enfiamentos visuais.

O significativo património construído, arquitectónico e ambiental, que a cidade de Loulé possui tem de ser salvaguardado, conservando-o, reabilitando-o e revitalizando-o, para os objectivos mais gerais da qualidade da imagem e vida urbana.

7.6 Da Intervenção dos arquitectos

Os arquitectos são particularmente responsáveis nas intervenções nos meios urbanos.

A dupla responsabilidade profissional do arquitecto, uma para com o cliente, outra para com o corpo social em que actua, é uma questão para a qual nem sempre está preparado, quer por deficiências de formação, quer por desconhecimento das condições específicas dos sítios onde intervém, uma vez que cada sítio tem as suas características próprias.

É imperativo que antecedendo qualquer intervenção com significado, sejam efectuados estudos de enquadramento e como complemento, seja estabelecido um diálogo entre o proponente e os Serviços Técnicos de Arquitectura da edilidade com o objectivo de garantir o valor cultural e social da proposta, que também são do interesse do cliente que o proponente representa.

O diálogo a estabelecer será sempre positivo, mesmo em termos conceptuais, da cidade e do meio específico em que se integra, não prejudicando a capacidade criativa do arquitecto, mas garantindo que a solução não seja só um gesto individual.

A produção arquitectónica não deverá resumir-se a uma atitude simétrica das formas existentes, mas pelo contrário uma atitude criadora e imaginativa. A extensão e intensidade da intervenção poderá ser bastante limitada sem a afectar. Intervir numa pequena rua duma cidade histórica ou num espaço urbano periférico duma grande cidade, são situações bem diferentes, que pressupõem propostas diversificadas, mas que no caso da cidade histórica não deixarão de ser fortemente condicionadas pela escala de intervenção, pela gama de elementos arquitectónicos utilizados e pela sua necessária modéstia.

Pensamos estarem reunidas as condições que possam garantir os meios de intervenção no casco antigo da cidade, que não poderão estar à mercê de interesses que em nada respeitam a salvaguarda da nossa cultura em geral e a nova cultura urbana em particular, conduzindo as nossas cidades à reconstrução arbitrária e mal informada a todos os níveis e de uma forma caótica, o artístico e o técnico.

Independentemente dos condicionamentos e soluções de natureza legal e económica, torna-se indispensável garantir as obras para a conservação das estruturas citadinas, que garantindo o investimento são também as mais urgentes.

Nessas obras, apesar do seu pouco vulto, é fundamental o papel do arquitecto, como garantia da qualidade artística e construtiva das obras a empreender, por forma a que não seja desvirtuada a qualidade urbana e edificada dos sítios.

Muitas intervenções urbanas foram realizadas ou estão em curso em todo o país, que deveriam ser devidamente avaliadas e criticadas, não com o objectivo de as denegrir mas antes de as sujeitar à discussão para benefício de todos os intervenientes e da informação da população em geral.

Tendo em conta o conhecimento actual da cidade histórica e das formas de intervenção na mesma, todas as exposições sobre os trabalhos realizados e a respectiva crítica serão a todos os níveis benéficas, no sentido de fazer avançar esse conhecimento permitindo a adopção de metodologias e tecnologias adequadas às várias situações urbanas.

7.7 Articulação com as Malhas Urbanas Envolventes

A articulação das malhas urbanas da zona histórica e as limítrofes com as malhas urbanas mais recentes, deverá ser perspectivada de uma forma muito cuidada. O contraste simples entre malhas urbanas de diferentes épocas provoca no mínimo uma colisão da imagem, que deve ser evitada, propondo-se para tal soluções de ligação directas e dialogantes, utilizando áreas verdes de desenho urbano de transição ou através de regras muito concretas e especificas.

A zona a Norte é uma situação quase consolidada, propondo-se a continuação da Rua de Nossa Senhora de Fátima, no sentido Poente ladeada por árvores, constituindo deste modo uma zona de transição equilibrada, com o desenvolvimento urbano já previsto mais a Norte (fig. 38).

A Nascente da malha urbana em estudo, a situação é delicada uma vez que nos últimos anos foram concluídos diversos edifícios de grande volume, constituindo em termos físicos e de imagem urbana autêntico muro de betão armado com muitos metros de altura. Existem no entanto dois espaços ainda desocupados que poderão contribuir, uma vez devidamente cuidados para uma menos chocante transição desta zona com as malhas urbanas que lhe estão contíguas. Uma, o ex. Largo da Rodoviária Nacional (fig. 107) hoje ocupado de uma forma desordenada, com estacionamento automóvel, pode ter uma solução de pequeno jardim "porta" de acesso a esta parte da zona histórica. O outro espaço mais a Nordeste, por detrás das construções que limitam para Norte a Rua

do Poço, é um espaço amplo, quarteirão em formação (fig. 38) onde poderá ser desenhado equipamento destinado a actividades culturais ao ar livre "anfiteatro", enquadrado por espaços verdes tratados e de recreio.

A Noroeste e no gaveto que forma o proposto prolongamento da Rua de Nossa Senhora de Fátima com a Travessa João Lúcio, existe ainda um espaço sem uso definido, resultante de um quarteirão em formação e que poderá ser integrado com o Solar da Família Aboim formando um conjunto mais harmonioso.

As restantes malhas urbanas com que esta parte da zona histórica se articula, estão de uma forma geral bem consolidadas, com características próprias e as transições não são chocantes, tendo nalguns casos constituindo prolongamentos da malha existente ou articulando-se através de Praças (Praça Afonso III e Praça da República) (Fig. 97 e 43), Largos (Largo de S. Francisco e Largo Dr. Bernardo Lopes) (fig. 106 e 98) ou ainda com ruas (Rua Condestável Nuno Alvares Pereira e Rua da Barbacã) (fig.55 e 39).

7.8 Soluções da Intervenção, a Propor

Dos estudos efectuados no terreno, resultou um conhecimento significativo do espaço público e edificado, bem como das populações, condições de vida e suas preocupações.

A área em estudo parte do interface, sistematicamente violado e em alguns casos completamente destruído, sobretudo ao nível das construções, podendo vir a desempenhar um papel importante, quer integrado num conjunto histórico, quer num todo, a cidade. O interface fisicamente representado pelo "alinhamento" (v. des. nº. 7), deverá constituir como que uma charneira em que a zona histórica e principal centro urbano se articula com a malha urbana que lhe fica a Norte, numa estratégia de reabilitação, com base num desenvolvimento harmonioso e sustentável, situação que só pode ser conseguida de uma forma integrada, conjugando políticas de ambiente e cultura, conhecendo de uma forma perfeita os limites para além dos quais qualquer intervenção se transforma em descaracterização e ou destruição.

As propostas que se pretendem que venham a ser tomadas como contributos para a salvaguarda, reabilitação e revitalização desta zona urbana, bem como de outras malhas urbanas que de uma forma mais generalizada este trabalho pretende vir a contribuir, no despertar do interesse da comunidade em geral e em particular da Câmara Municipal, através do seu Plano Director Municipal, no sentido de quanto antes e no âmbito mais

geral do conjunto da cidade de Loulé, serem considerados "Espaços Culturais" (capitulo XII do P.D.M.), são os seguintes:

1 - Definição de "Espaço Cultural", pela Câmara Municipal de Loulé nos termos do Regulamento do P.D.M., capitulo XII.

2 - Constituição da Equipa pluridisciplinar, constituida por técnicos que de preferência, não pertencendo aos quadros da Câmara, embora trabalhando em estreita colaboração com os Serviços Técnicos da Câmara.

3 - Constituição do espaço fisico que deverá situar-se, de preferência, no miolo da área de trabalho.

4 - Compilação dos diferentes estudos e trabalhos sobre a Cidade de Loulé, nomeadamente o presente trabalho.

5 - Contacto permanente com os residentes, participando e dinamizando actividades de carácter associativo, cultural e recreativo.

6 - Uma vez conquistados os residentes em particular e a população em geral, para os princípios já definidos, propor como base de trabalho em pequenos grupos ou de uma forma mais alargada, as presentes propostas de intervenção, que sem carácter definitivo, são já por si, o resultado de estudos e auscultação ás populações, situação que certamente irá ao encontro do maior número dos seus mais que legítimos interesses e que em conjunto definirão as permissas base de uma intervenção exemplar.

7 - Bases para Propostas de Intervenção

Para a revitalização da área em causa torna-se necessário implementar a implantação de equipamentos, que só por si, venham trazer movimento e gerem actividades de carácter social e económico. Neste sentido é já um facto a futura Universidade Afonso III, a instalar no Solar Gama Lobos (Palácio dos Espanhóis), de uma mesma forma se propõe a instalação de um Centro de Artes e Oficios no Solar dos Barros Aragões, de um Centro de Dia para 3ª Idade no Solar dos Aboim e um Núcleo de Serviços Sociais da Universidade Afonso III (nº3 fig. 38).

8 - É notória a falta de espaços verdes urbanos em toda a cidade e em particular nesta área, pelo que se apresentam várias soluções que se destacam (fig.38):

- A criação da Praça Ancha, que conjuga o espaço fronteiro ao Solar dos Aboim com a actual Rua Sacadura Cabral.

UNIVERSIDADE DE EVORA

- O espaço actualmente sem uso definido (nº 9 fig. 38) destinado a espaço verde urbano dotado nomeadamente de um anfiteatro ao ar livre e espaços preparados para os mais novos.

- O espaço urbano (nº 8 fig. 38) ajardinado e de animação, transição da malha urbana com a Av. 25 de Abril.

- Espaço livre a integrar no conjunto com o Solar dos Aboim (nº 6 fig. 38)

9 - O atravessamento entre alguns quarteirões, é considerado fundamental por melhorar a acessibilidade pedonal facilitando a penetração na malha urbana consolidada. (nº 15 fig. 38)

10 - Ao nivel dos arruamentos prevê-se o prolongamento da Rua N.S. de Fátima (v. des. 21) e a repavimentação de todos os arruamentos da área em estudo depois de instaladas todas as infraestruturas ainda necessárias, utilizando a mesma calçada.

Não tem esta descrição o objectivo de apresentar todas as ideias de uma forma sistemática e exaustivamente justificadas, constituindo tão só "Bases para a Integração das Malhas Urbanas em Estudo", as soluções finais serão resultado do trabalho a desenvolver um conjunto com todos os intervenientes, sobretudo os mais directamente interessados, os residentes, os Louletanos, a Cidade.

bibliografia

Bibliografia

ABREU, Sofia *"Grelha de Legislação do Direito do Urbanismo e da Construção"*,in Direito do Urbanismo, I. N. A., 1989

AMARAL, Diogo Freitas (coordenação), *"Direito do Urbanismo"*, Edição Instituto Nacional de Administração, Lisboa 1989

Arquitectura Popular em Portugal, Edição da Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa 1980, 2ª Edição

ASCENÇÃO, José de *Oliveira "O Urbanismo e o Direito de Propriedade"*, in Direito do Urbanismo, I.N.A., 1989

BRITES, Geraldino, *Febres Infecciosas, Notas sobre o Concelho de Loulé*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1914

BENEVOLO, Leonardo *História de la Arquitectura Moderna*, 2ª Edição, Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 1974

BENEVOLO, Leonardo *"Diseño de la Ciudad"*, 1 a 5 Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona 1982

BENEVOLO, Leonardo *"A cidade na História da Europa"*, Editorial Presença, 1ª Edição, Lisboa 1995

CABRITA, António Reis; AGUIAR, José; APPLETON, João, *"Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto"*, Edição C.M.L. e L.N.E.C., Lisboa 1992

CHOAY, Françoise, *"L'Allégorie de Patrimoine"*, Editions du Senil Paris, 1992

CABRITA, Helder, *"Bairro Alto Tipologias e Modos Arquitectónicos"*, Edição C. M. L., Lisboa 1994, 2ª Edição

CARDONA, Maria Celeste *"Defesa e Conservação do Património Imobiliário"*, in Direito do Urbanismo, I.N.A., 1989

CARVÁLHO, Jorge, *"Évora administração urbanística"*, Câmara Municipal de Évora, 1990

DUARTE, Carlos e LAMAS José, *"Plano Geral de Urbanização de Loulé"*, Loulé, 1985 (policopiado)

DUARTE, Carlos e LAMAS José, *"Plano de Pormenor, Centro Histórico de Loulé"*, Loulé, 1986 (policopiado)

DUARTE, Carlos e LAMAS José, *"Estudo de Salvaguarda e Inserção Urbanística, Castelo de Loulé"*, Loulé, 1986 (policopiado)

FREITAS, Lima de, *"Almada e o Número"*, Lisboa

GONÇALVES, Fernando, *"Evolução Histórica do Direito do Urbanismo em Portugal (1851-1988)"*, in Direito do Urbanismo, I.N.A., 1989

ICOMOS, Canadá, *"La Conservation Du Patrimoine, Recueil des Chartes et autres Guides Colloque Internacional des Villes du Patrimoine Mondial"*, Quebec, Canadá 1990

JORGE, Virgolino Ferreira, *"Princípios de Salvaguarda do Património Monumental"*, in Correio da Natureza, nº 17, Edição S.N.P.R.C.N., Lisboa 1992, pp 56 a 58

KOPP, Erwin, (Coordenador) *"Os Solos do Algarve e as suas Características"*, editado por MAPA-GDHEA-DRAA-GTZ, Faro 1989

LOPES, João Batista da Silva, *"Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve"* (1577), reeditado por Editora Algarve em Foco, 1º volume

LOBO, Manuel L. Costa, *"Áreas Urbanas dos Centros Históricos e de Valor Cultural - Actuação"*, CESUR, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1983

LOBO, Manuel L. Costa, *"Planeamento Urbanístico e Ambiente"*, CESUR, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1986

LOBO, Manuel L. Costa, *"Reabilitação Urbana, Conceitos, Exemplos"*, CESUR, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1987

LOBO, Manuel L. Costa, *"Plano e Salvaguarda e Valorização"*, CESUR, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1990

LOBO, Manuel L. Costa, *"Turismo nos Centros Históricos"*, CESUR, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1991

MARTINS, Isilda Pires *"O Castelo de Loulé"*, Edição da Câmara Municipal de Loulé, Loulé 1990

MARTINS, Isilda Pires e MATOS, José Luís, *"Muralhas de Loulé, in Arqueólogo Português"*, série III volume V

MUNFORD, Lewis, La Cité a Travers L'Histoire Collections Esprit *"La Cité Prochaine"*, Edition du senul, Paris 1964

MENDONÇA, *Nuno "O Belo Urbano e a Estética da Contemplação"*, in Correio da Natureza, nº 17, Edição S. N. P. R. C. N. Lisboa, 1992, 16 a 21

MASSAPINA, Vasco, *"Plano Parcial de Salvaguarda e Reabilitação"*, de Beja, Beja

OLIVEIRA, Ataíde, *"Monografia do Concelho de Loulé"*, Editora Algarve em Foco, 3ª Edição

PAÇO, Afonso do e FARRAJOTA, José, *"Subsídios para uma carta arqueológica do concelho de Loulé"*

PEREIRA, Maria da Luz Valente, *"A Leitura da Imagem de uma Área Urbana com Preparação para o Planeamento/Acção da sua Reabilitação"*, LNEC, 1994

PARDAL, Sidónio; CORREIA, Paulo V. D.; Lobo, Manuel Costa, *"Normas Urbanísticas"*, volume III, D. G. O. T. - U. T. L.

RODRIGUES, João Vaz e LIMA, Miguel do Reis Pedroso, *"Património Urbano, Perspectiva Jurídico - Positiva"*, in Economia e Sociologia, nº 53, Évora, 1992 (pág. 5 -27)

"Regulamento Municipal de Edificações Urbanas de Évora", Câmara Municipal de Évora, 1991

SILVA, José Cornélio, *"Política, Conservação e Restauro"* in Revista Juventude e Património, Lisboa 1988, p.p. 22 a 27

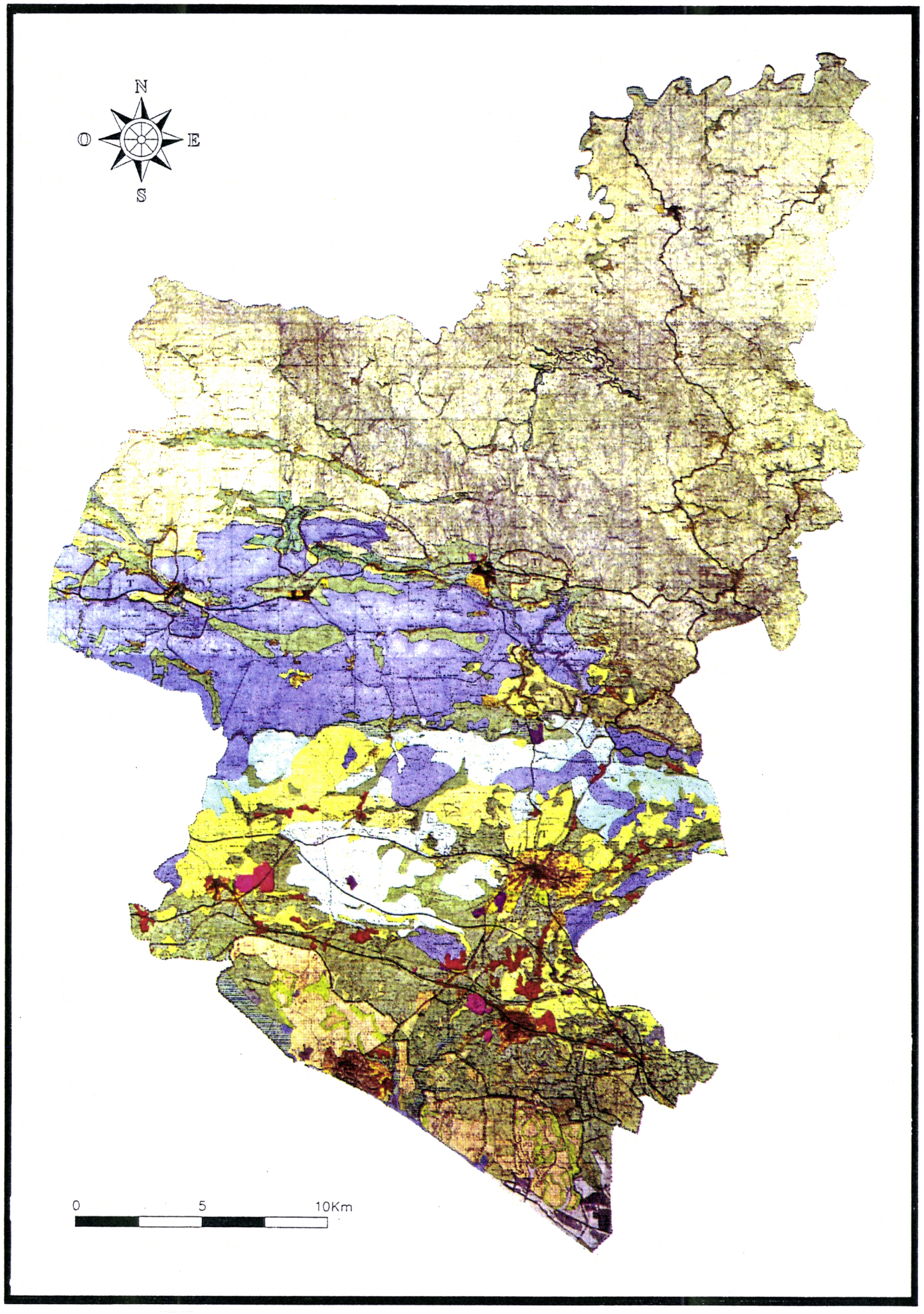
SITTE, Camilho, *"A Construção das Cidades Segundo Seus Princípios Artísticos"*, Editora Ática, S.A., S. Paulo 1992

SIMPLICIO, Maria Domingas, *"O Espaço Urbano de Évora, Contributo para Melhor Conhecimento do Sector Intra Muros"*, Geociências nº 3, Publicações Universidade de Évora, 1991

"Viver (N) A Cidade", Comunicações, Grupo de Ecologia Social - LNEC, Centro de Estudos Territoriais - I S C T E, Lisboa 1990

anexos I

desenhos



Victor Manuel Teigão

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LOULÉ

PLANTA de ORDENAMENTO

ESPAÇOS URBANOS

- AGLOMERADOS URBANOS TIPO A
- AGLOMERADOS URBANOS TIPO B
- AGLOMERADOS URBANOS TIPO C
- ÁREAS URBANO TURÍSTICAS

ESPAÇOS URBANIZÁVEIS

- ÁREAS DE EXPANSÃO (espaços urbanizáveis de expansão)
- ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA A ESTRUTURAR
- ÁREAS DE EDIFICAÇÃO NÃO HABITACIONAL
- ÁREAS DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS, DESPORTIVOS DE LAZER E SERVIÇOS
- ÁREAS DEGRADADAS (de reconversão urbanística)
- ÁREAS DE VERDE URBANO EQUIPADO
- ÁREAS DE VERDE URBANO DE PROTECÇÃO

ESPAÇOS INDUSTRIAIS

- ÁREAS INDUSTRIAIS EXISTENTES
- NOVAS ÁREAS INDUSTRIAIS

ESPAÇOS DE INDUSTRIAS EXTRACTIVAS

ESPAÇOS AGRÍCOLAS

- ÁREAS DE RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL
- ÁREAS DE USO PREDOMINANTEMENTE AGRÍCOLA
- ÁREAS DE AGRICULTURA CONDICIONADA I
- ÁREAS DE AGRICULTURA CONDICIONADA II

ESPAÇOS FLORESTAIS

- ÁREAS DE PRODUÇÃO/PROTECÇÃO
- ÁREAS DE PROTECÇÃO

ESPAÇOS NATURAIS

- GRAU I - ÁREAS DE RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL
- GRAU II - SÍTIOS CLASSIFICADOS
- ÁREAS DE DEFESA INTEGRAL DOS SÍTIOS CLASSIFICADOS
- GRAU III - LIMITE DO PRE PARQUE NATURAL DA RIA FORMOSA
- GRAU III - PARQUE NATURAL DA RIA FORMOSA

ESPAÇOS CULTURAIS

- PERIMETROS HISTÓRICOS CLASSIFICADOS
- PERIMETROS HISTÓRICOS A CLASSIFICAR
- IMÓVEIS NACIONAIS
- IMÓVEIS DE INTERESSE PÚBLICO
- IMÓVEIS DE INTERESSE CONCELHIO

ESPAÇOS CANAIS

- V.L.A. - I.P. - E ACESSOS COMPLEMENTARES
- VIA FERREA
- OUTRAS VIAS EXISTENTES
- OUTRAS VIAS PREVISTAS E RESPECTIVOS CORREDORES DE PROTECÇÃO

PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

- E1 AERÓDROMO MUNICIPAL
- E2 ATERRO SANITÁRIO INTERMUNICIPAL
- E3 E.T.A.R. DE VILAMOURA (lagunagem)
- E4 ALBUFEIRA
- E5 AUDITÓRIO
- E6 BIBLIOTECA MUNICIPAL
- E7 COMPLEXO DESPORTIVO DE APOIO À ALTA COMPETIÇÃO
- E8 ESCOLA SUPERIOR
- E9 HOSPITAL SUB-REGIONAL
- E10 PARQUE DE CAMPISMO
- E11 PARQUE URBANO
- E12 PISCINAS COBERTAS
- E13 PÓLO TECNOLÓGICO
- E14 PORTO DE PESCA
- E15 MOTODROMO
- E16 DEPOSITO DE ENTULHOS
- CAPTAÇÕES DE ÁGUA
- ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS
- UOP UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO
- T ÁREAS DE APTIDÃO TURÍSTICA
- ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA A CONTER

Cidade de Loulé - Área Envolvente

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagistico

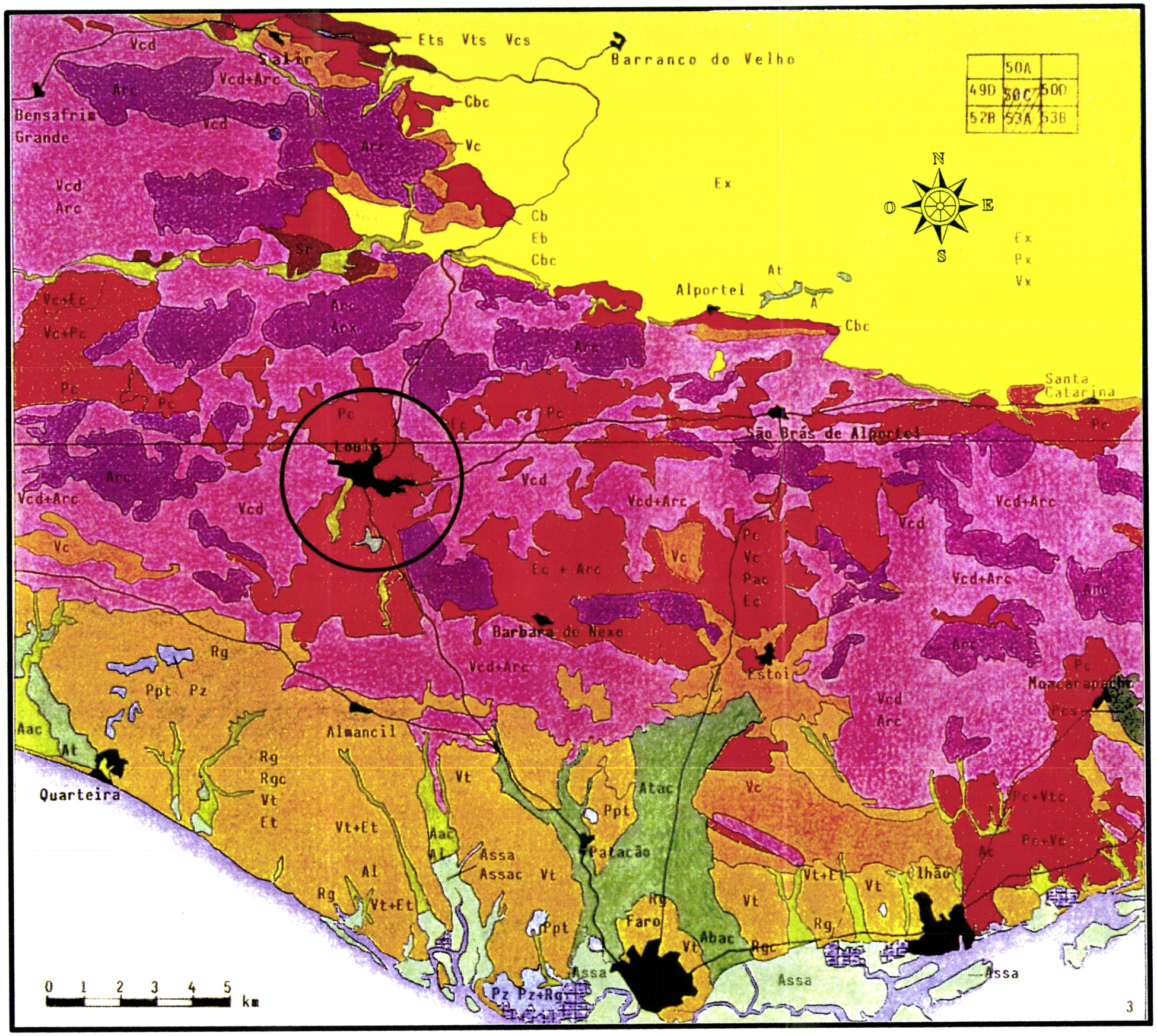
Universidade de Évora

Plano Director Municipal
Planta de Ordenamento Territorial

1

Escala: 1/200 000

Data: Setembro 1995



Zona Envolvente de Loulé[1]

[1] Os Solos do Algarve e suas Caracrterísticas.
Mapa - GDHEA - DRAA - GTZ, Faro 1989 p.25

Victor Manuel Teigão

LEGENDA

(Pc) - Calcários Pardos Compactos

(Vcd) - Mediterrâneos Vermelhos ou Amarelos de Materiais Calcários

(A) - Aluviosolos Modernos não Calcários (Textura Mediana)

Cidade de Loulé - Área Envolvente

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagistico

Universidade de Évora

Envolvente de Loulé
Os Solos

2

Escala: 1/125.000

Data: Setembro 1995

Victor Manuel Teigão

LEGENDA

- Cotas < 100
- Cotas 100 a 150
- Cotas 150 a 200
- Cotas 200 a 250
- Cotas 250 a 300
- Cotas 300 a 350
- Cotas > 350
- Ribeiras e Principais Linhas de Água
- Principais Acessos

Cidade de Loulé - Área Envolvente

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagistico

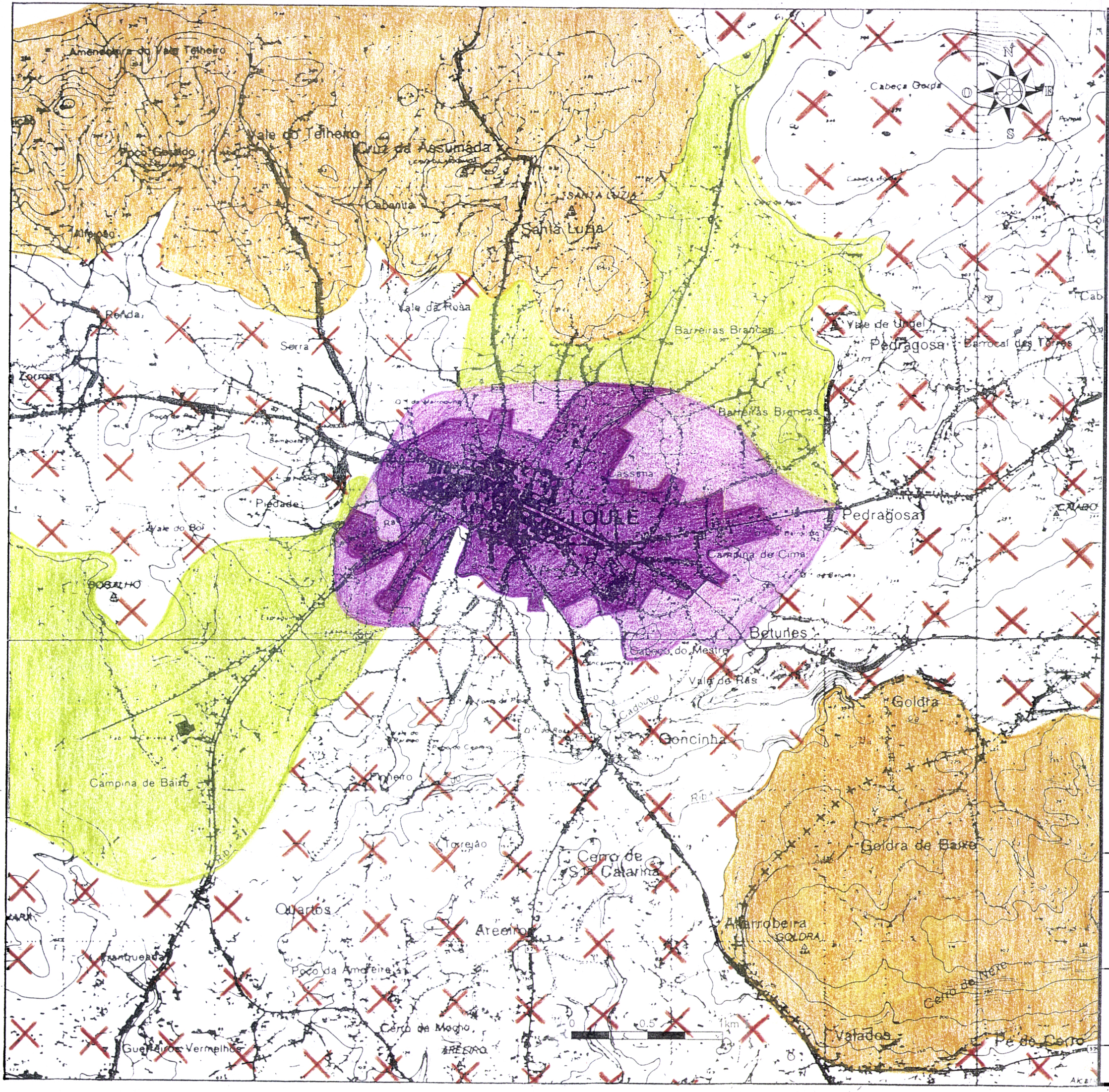
Universidade de Évora

Envolvente de Loulé
Sistema Natural - Morfologia

3

Escala: 1/25.000

Data: Setembro 1995



Victor Manuel Teigão

LEGENDA

- Zona Urbana
- Zona de Expansão Urbana (P.D.M.)
- Zona de Elevado Potencial Agricola com uso de Hortas
- Maquis
- Pomares de Sequeiro

Cidade de Loulé - Área Envolvente

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagistico

Universidade de Évora

Envolvente de Loulé
Sistema Natural - Usos

4

Escala: 1/25.000

Data: Setembro 1995

Victor Manuel Teigão

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LOULÉ

PLANTA de ORDENAMENTO

ESPAÇOS URBANOS

- AGLOMERADOS URBANOS TIPO A
- AGLOMERADOS URBANOS TIPO B
- AGLOMERADOS URBANOS TIPO C
- ÁREAS URBANO-TURÍSTICAS

ESPAÇOS URBANIZÁVEIS

- ÁREAS DE EXPANSÃO (espaços urbanizáveis de expansão)
- ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA A ESTRUTURAR
- ÁREAS DE EDIFICAÇÃO NÃO HABITACIONAL
- ÁREAS DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS, DESPORTIVOS DE LAZER E SERVIÇOS
- ÁREAS DEGRADADAS (de reconversão urbanística)
- ÁREAS DE VERDE URBANO EQUIPADO
- ÁREAS DE VERDE URBANO DE PROTECÇÃO

ESPAÇOS INDUSTRIAIS

- ÁREAS INDUSTRIAIS EXISTENTES
- NOVAS ÁREAS INDUSTRIAIS

ESPAÇOS DE INDUSTRIAS EXTRACTIVAS

ESPAÇOS AGRÍCOLAS

- ÁREAS DE RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL
- ÁREAS DE USO PREDOMINANTEMENTE AGRÍCOLA
- ÁREAS DE AGRICULTURA CONDICIONADA I
- ÁREAS DE AGRICULTURA CONDICIONADA II

ESPAÇOS FLORESTAIS

- ÁREAS DE PRODUÇÃO-PROTECÇÃO
- ÁREAS DE PROTECÇÃO

ESPAÇOS NATURAIS

- GRAU I - ÁREAS DE RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL
- GRAU II - SITIOS CLASSIFICADOS
- ÁREAS DE DEFESA INTEGRAL DOS SITIOS CLASSIFICADOS
- GRAU III - LIMITE DO PRÉ PARQUE NATURAL DA RIA FORMOSA
- GRAU III - PARQUE NATURAL DA RIA FORMOSA

ESPAÇOS CULTURAIS

- PERÍMETROS HISTÓRICOS CLASSIFICADOS
- PERÍMETROS HISTÓRICOS A CLASSIFICAR
- IMÓVEIS NACIONAIS
- IMÓVEIS DE INTERESSE PUBLICO
- IMÓVEIS DE INTERESSE CONCELHIO

ESPAÇOS CANAIS

- V.L.A. - I.P. 1 E ACESSOS COMPLEMENTARES
- VIA FÉRREA
- OUTRAS VIAS EXISTENTES
- OUTRAS VIAS PREVISTAS E RESPECTIVOS CORREDORES DE PROTECÇÃO

PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

- E1 AERÓDROMO MUNICIPAL
- E2 ATERRO SANITÁRIO INTERMUNICIPAL
- E3 E.T.A.R. DE VILAMOURA (lagunagem)
- E4 ALBUFEIRA
- E5 AUDITÓRIO
- E6 BIBLIOTECA MUNICIPAL
- E7 COMPLEXO DESPORTIVO DE APOIO À ALTA COMPETIÇÃO
- E8 ESCOLA SUPERIOR
- E9 HOSPITAL SUB-REGIONAL
- E10 PARQUE DE CAMPISMO
- E11 PARQUE URBANO
- E12 PISCINAS COBERTAS
- E13 PÓLO TECNOLÓGICO
- E14 PORTO DE PESCA
- E15 MOTÓDROMO
- E16 DEPÓSITO DE ENTULHOS
- CAPTAÇÕES DE AGUA
- ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS
- UOP UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO
- T ÁREAS DE APTIDÃO TURÍSTICA
- ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA A CONTER

Cidade de Loulé - Área Envolvente

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagistico

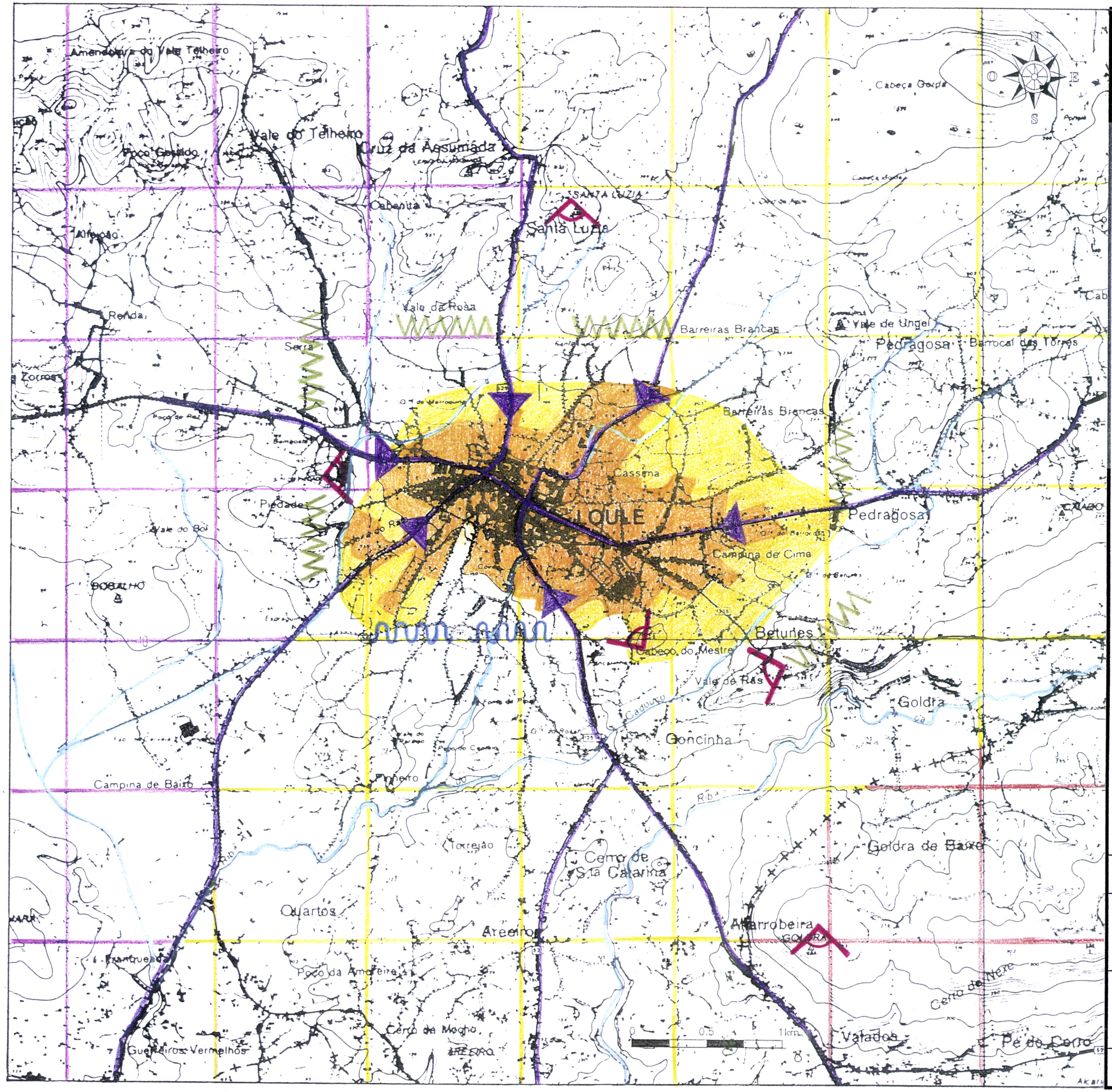
Universidade de Évora

Plano Director Municipal
Envolvente de Loulé
Limite Urbano - Cidade

5

Escala: 1/25.000

Data: Setembro 1995



Victor Manuel Teigão

LEGENDA

- Vista Panorâmica
- Vista de Mar
- Vista da Serra
- Zona Urbana
- Zona de Expansão Urbana (P.D.M.)
- Ribeiras e Principais Linhas de Água
- Principais Acessos
- Freguesia S.Sebastião
- Freguesia S.Clemente
- Concelho de Faro

Cidade de Loulé - Área Envolvente

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagistico

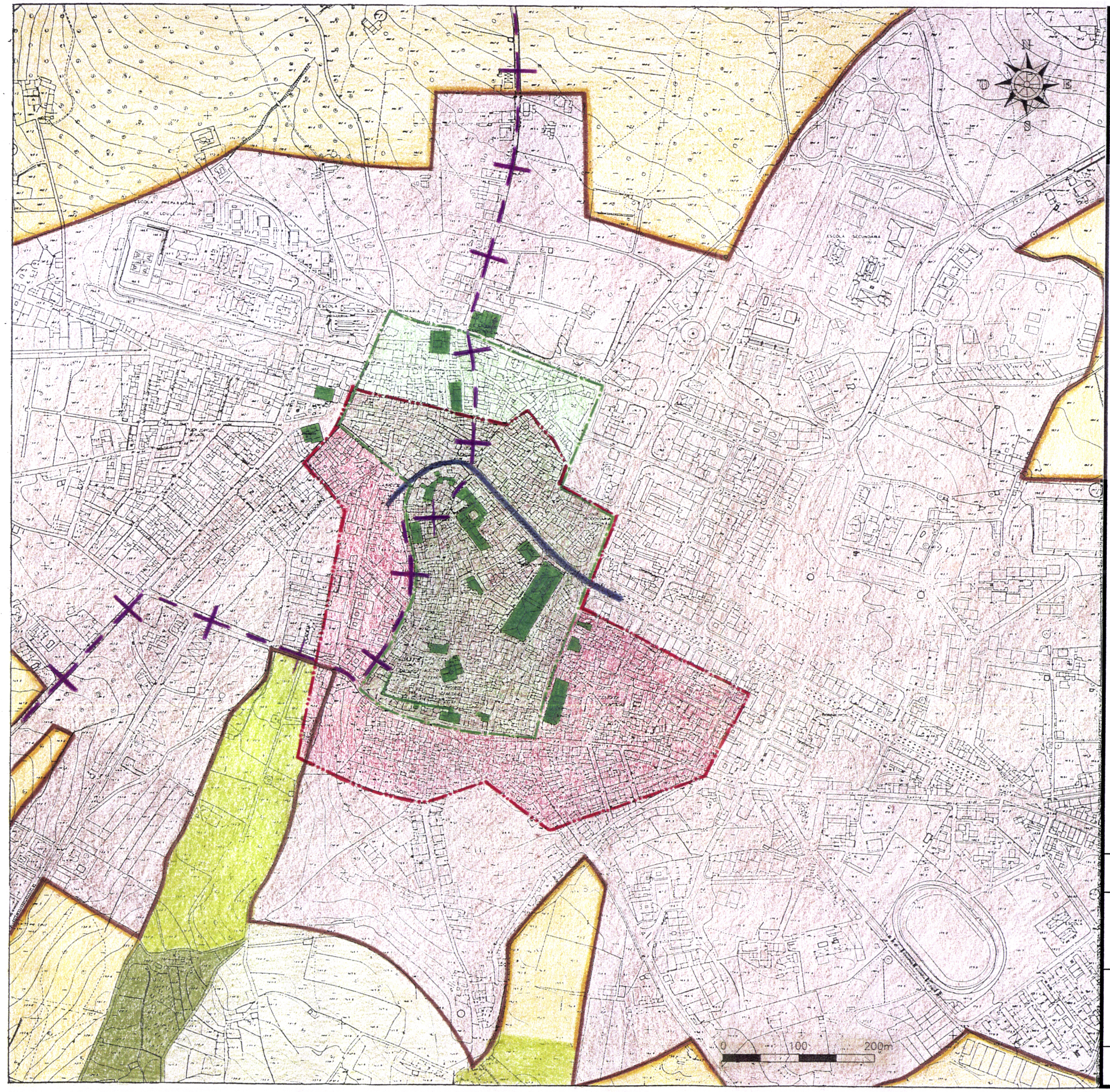
Universidade de Évora

Envolvente de Loulé
Análise da Imagem Urbana

6

Escala: 1/25.000

Data: Setembro 1995



Victor Manuel Teigão

LEGENDA

- Zona Urbana
- Zona de Expansão Urbana
- Perímetro de Protecção (Portaria Nº 425/95)
- Limite Territorial da Área em Estudo
- Eixo Interface Castelo - Malha Urbana Limítrofe
- Construções Classificadas ou Interesse Arquitectónico
- Inserção Administrativa Limites das Freguesias S.Clemente e S.Sebastião
- Áreas de Verde Urbano de Protecção
- Áreas de Agricultura Condicionada II
- Áreas de Reserva Agricola Nacional

Cidade de Loulé - Área Urbana

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagistico

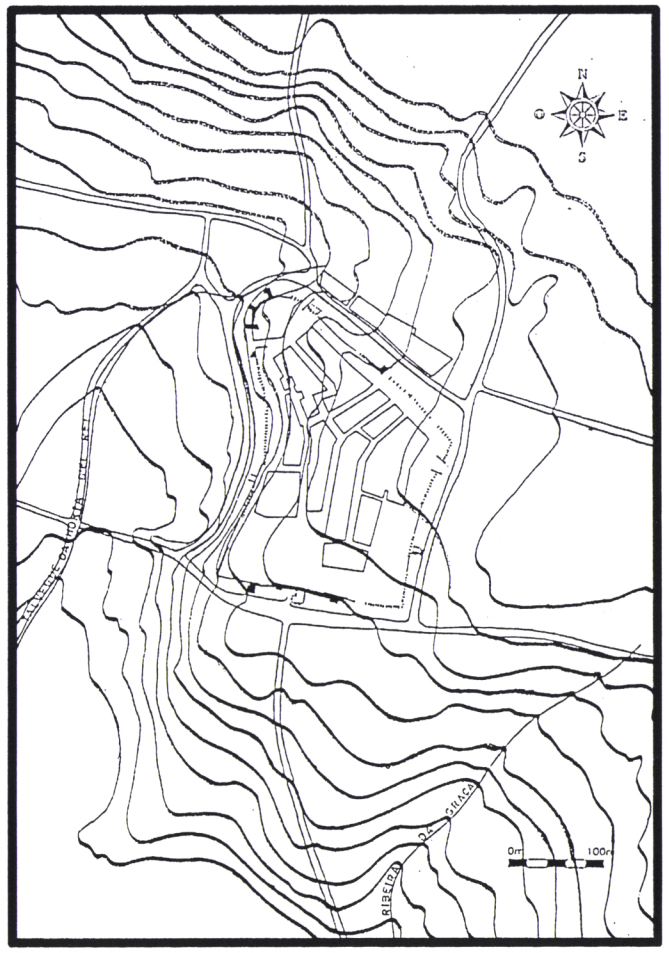
Universidade de Évora

Limites Administrativos na Cidade de Loulé e Área em Estudo

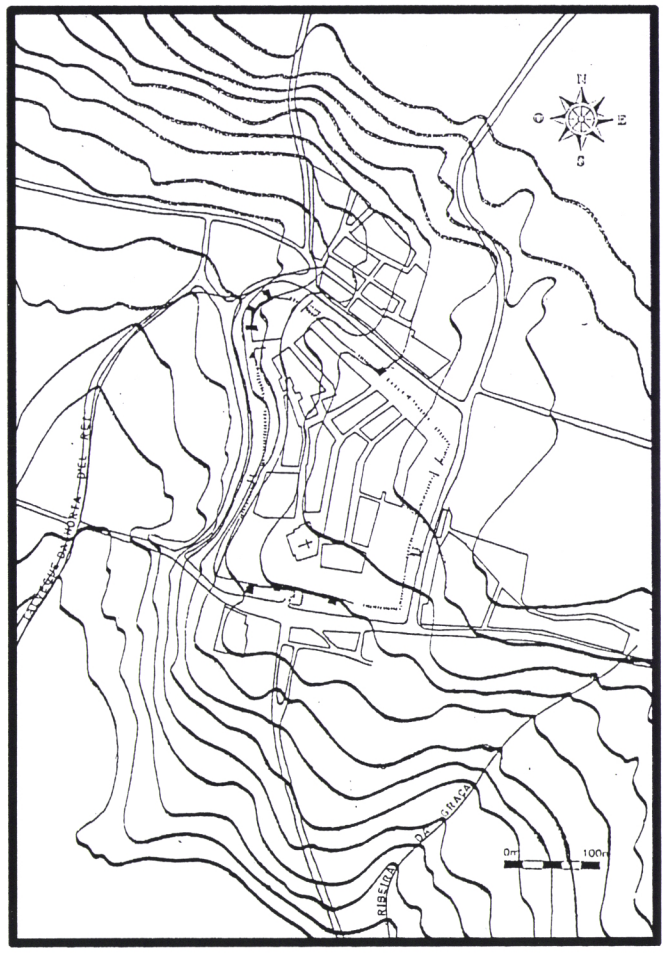
7

Escala: 1/5000

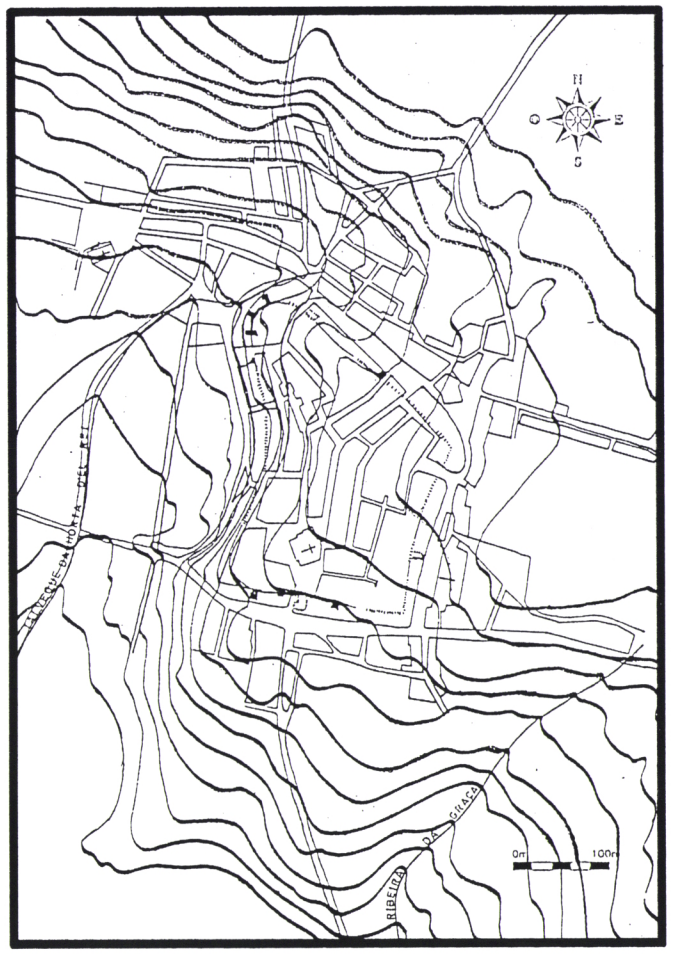
Data: Setembro 1995



1249



1505



1850

1900

1925

1995

Victor Manuel Teigão

Cidade de Loulé - Área Urbana

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagistico

Universidade de Évora

Origem e Evolução Urbana

8

Escala:

Data: Setembro 1995

Victor Manuel Teigão

LEGENDA

- Malha Organica
- Malha Recticulada
- Malha Ortogonal
- Malha Linear
- Malha Dessiminada - Anos 60-70
- Malha Dessiminada - Anos 80-90
- Limite da Área em Estudo

0 100 200m

Cidade de Loulé - Área Urbana

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagistico

Universidade de Évora

Tipologia das Malhas Urbanas

9

Escala: 1/5000

Data: Setembro 1995

Victor Manuel Teigão

LEGENDA

- Predominante Habitação
- Comércio/Serviços no R/Chão
- Edificios de Interesse Público
- Espaços Ajardinados
- Limite da Área em Estudo

Cidade de Loulé - Área Urbana

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagistico

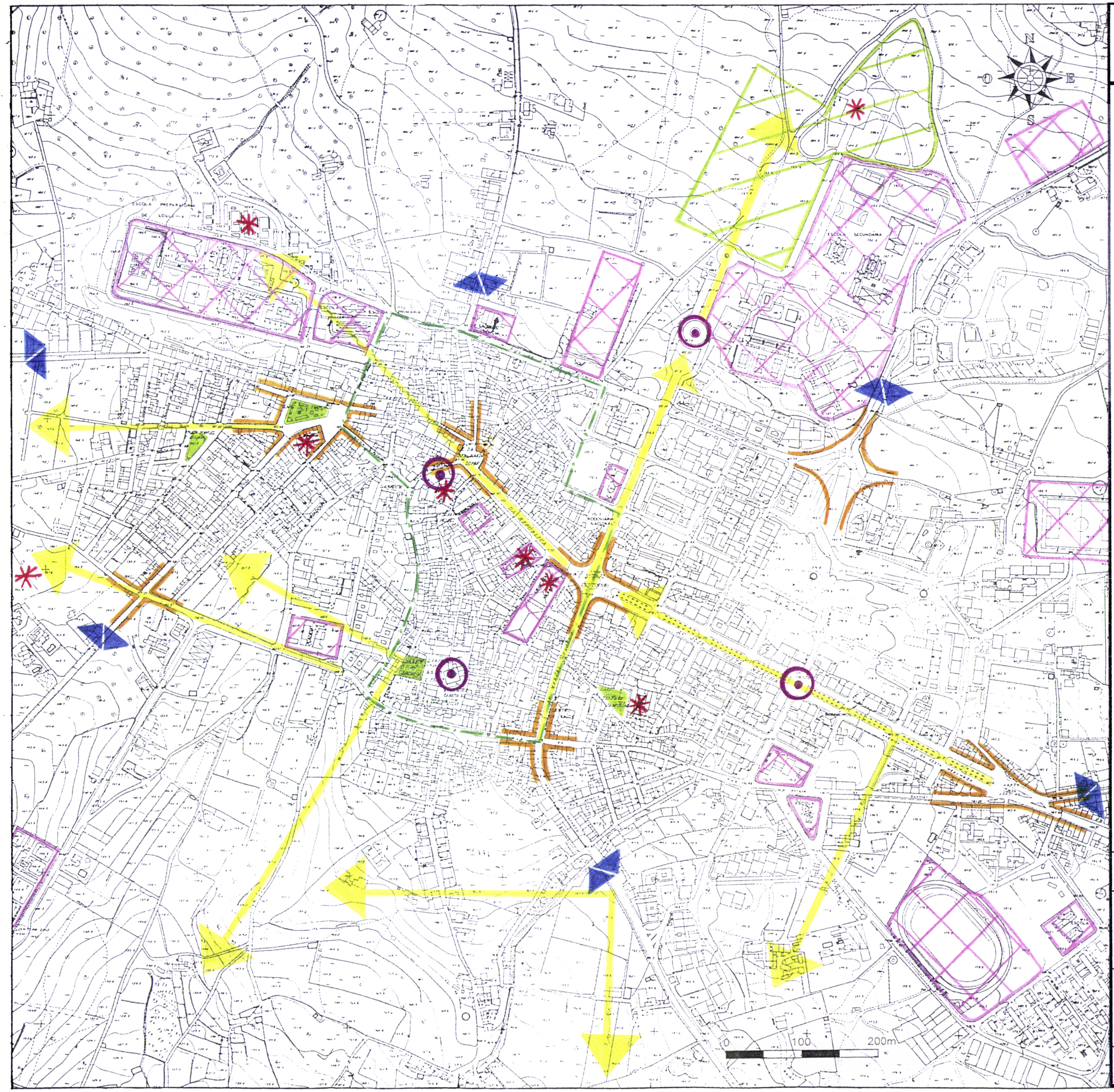
Universidade de Évora

Ocupação dos Quarteirões

10

Escala: 1/5000

Data: Setembro 1995



Victor Manuel Teigão

LEGENDA

- "Portas" da Cidade
- Nós de Distribuição
- Marco Espacial
- Pontos de Referencia
- Principais Equipamentos
- Espaço Público Autónomo
- Vistas em Profundidade
- Limite da Área em Estudo

Cidade de Loulé - Área Urbana

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagistico

Universidade de Évora

Imagem Urbana - Cidade

11

Escala: 1/5000

Data: Setembro 1995

Victor Manuel Teigão

LEGENDA

- Limite da Área em Estudo

Cidade de Loulé - Área Urbana

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagistico

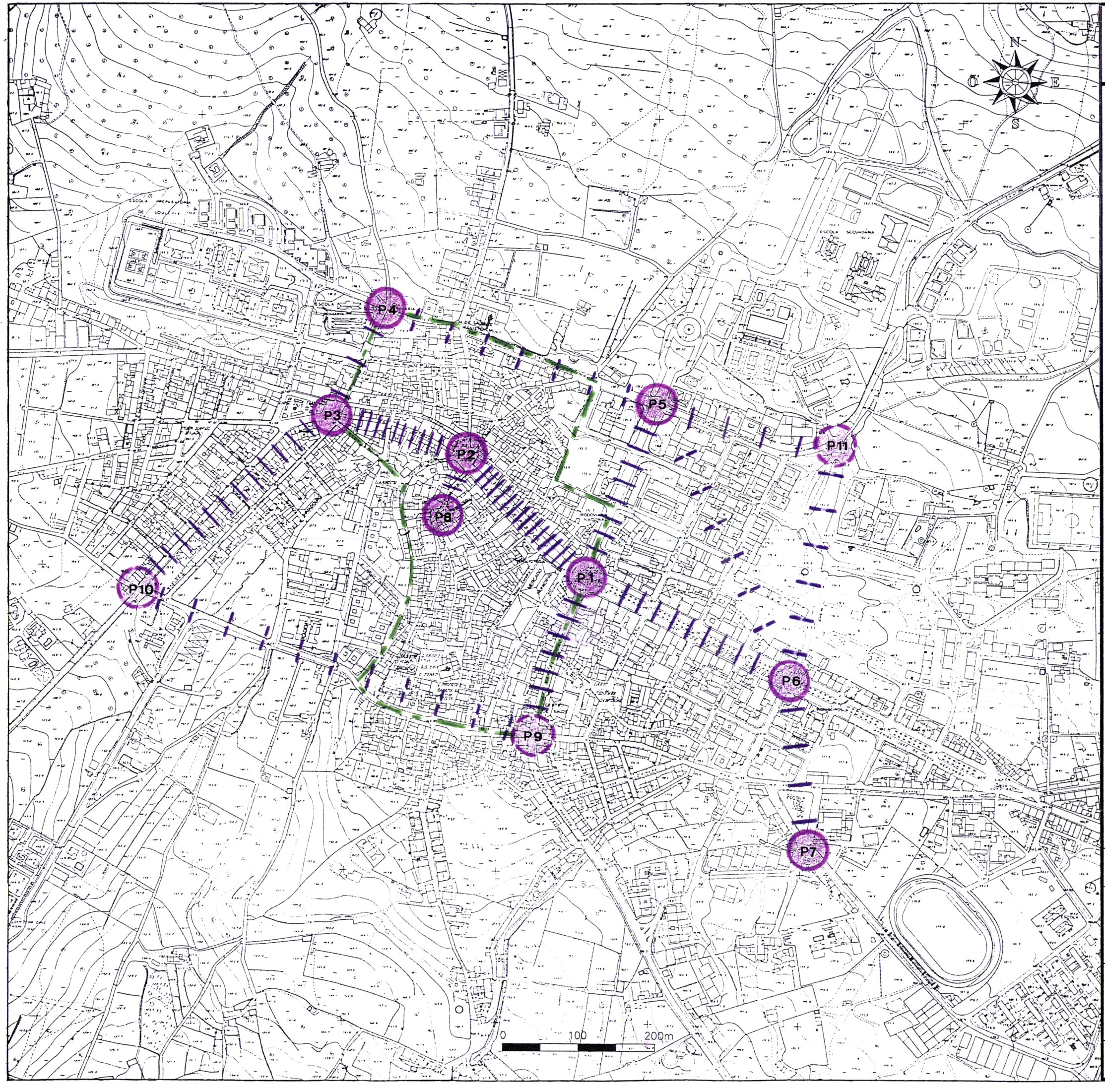
Universidade de Évora

Estrutura Viária Principal

12

Escala: 1/5000

Data: Setembro 1995



Victor Manuel Teigão

LEGENDA

- Limite da Área em Estudo

Cidade de Loulé - Área Urbana

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagistico

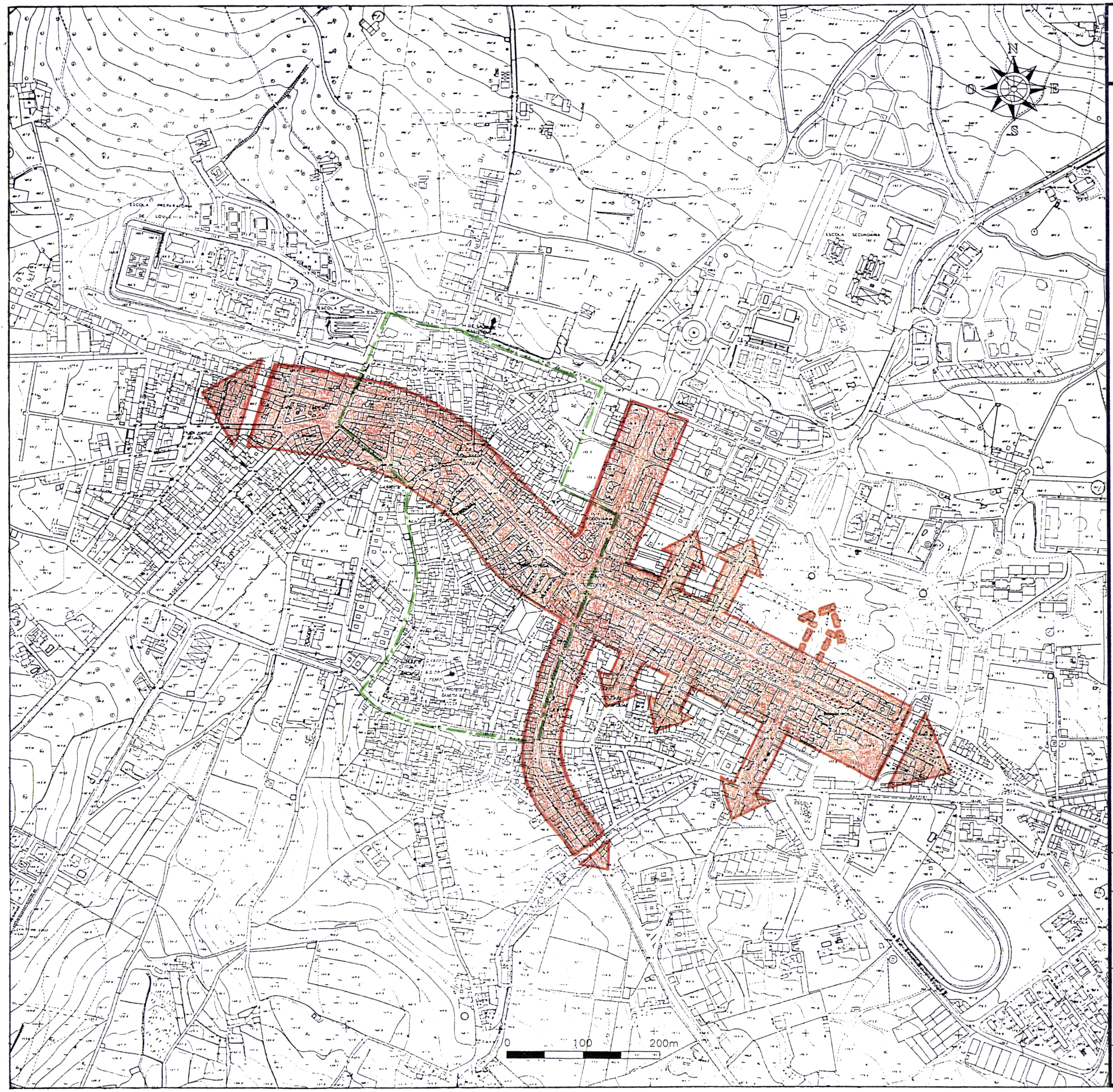
Universidade de Évora

Estrutura Funcional

13

Escala: 1/5000

Data: Setembro 1995



Victor Manuel Teigão

LEGENDA

- - - - Limite da Área em Estudo

Cidade de Loulé - Área Urbana

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagistico

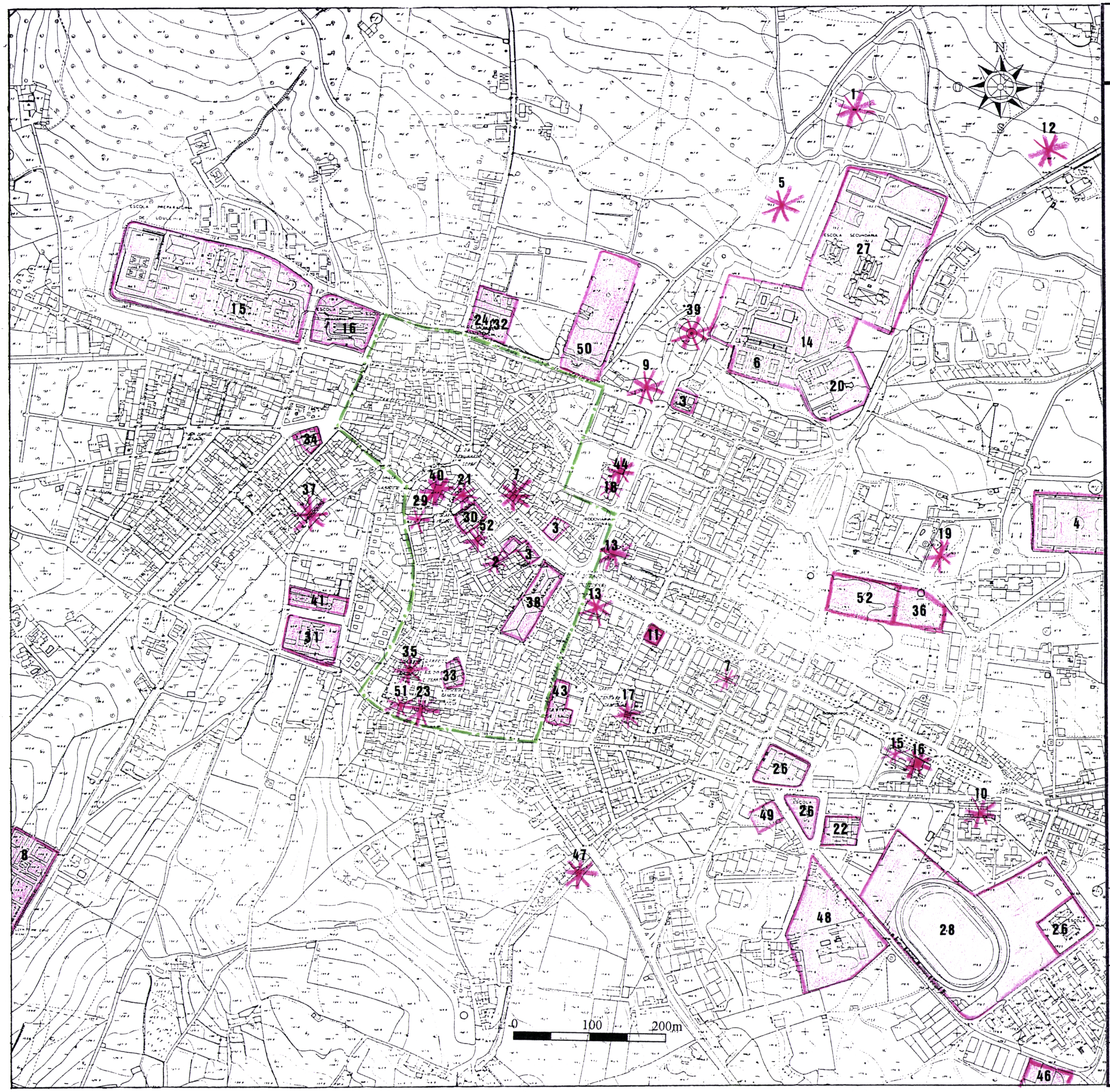
Universidade de Évora

Estrutura Comercial e de Serviços

14

Escala: 1/5000

Data: Setembro 1995



Victor Manuel Teigão

LEGENDA

1 - Auditório António Aleixo
2 - Bibioteca Municipal
3 - Câmara Municipal
4 - Campo de Jogos Municipal
5 - Campo de Rugby
6 - Campos de Ténis
7 - Cartório Notarial
8 - Cemitério
9 - Centro de Emprego
10 - Centro Regional de Segurança Social
11 - Cine Teatro Louletano
12 - Centro de Saúde
13 - Clinica Médica
14 - Complexos de Piscinas
15 - Conservatória do Registo Civil
16 - Conservatória do Registo Predial
17 - Convento da Graça (Ruinas)
18 - Correios
19 - Creche Jardim de Infancia e Activ.de Tempos Livres
20 - Creche Jardim de Infancia
21 - Ermida da N.S. da Conceição (Imóvel de Interesse Público)
22 - Ermida das Portas do Céu
23 - Ermida de N.S. do Pilar
24 - Escola de Música
25 - Escola Preparatória
26 - Escola Primária
27 - Escola Secundária
28 - Estádio Municipal
29 - Fonte das Bicas Velhas (Conjunto a Classificar)
30 - Galeria de Arte Convento do Espirito Santo
31 - G.N.R.
32 - Igreja de Santa Ana
33 - Igreja S.Clemente-Matriz
34 - Igreja de S.Francisco
35 - Jardim dos Amuados
36 - Lar 3ª Idade
37 - Matadouro Municipal
38 - Mercado Municipal
39 - Monumento a Duarte
40 - Museu e Arquivo Histórico (Castelo-Alcaiadaria)
41 - Oficinas da Câmara
42 - Parque Infantil
43 - Portico e Cruzeiro da Mesericórdia (Monumento Nacional)
44 - Portugal Telecom
45 - Posto de Turismo
47 - Quedas da Ribeira da Graça (Carcavai)
48 - Salão de Festas
49 - Repartção de Finanças
50 - Terminal Rodoviário
51 - Torre da Vela (Restos do Castelo)
52 - Tribunal

- Limite da Área em Estudo

Cidade de Loulé - Área Urbana

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagistico

Universidade de Évora

Estrutura de Equipamentos e Serviços Colectivos

15

Escala: 1/5000

Data: Setembro 1995